



Ministério da  
Ciência, Tecnologia  
e Inovação



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**

**CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL - CETEM**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

**MARÇO/2014**



Ministério da  
Ciência, Tecnologia  
e Inovação



## MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL - CETEM

Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 132/2013, da Portaria TCU nº 175/2013 e das orientações do órgão de controle interno.

### PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL

### RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

MARÇO/2014

## LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS

- ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas  
APD – Aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento  
APL - Arranjo Produtivo Local  
APME – Apoio a Micro, Pequena e Média Empresas  
CACRI - Campus Avançado de Criciuma  
CAP – Nº de contratos atendidos no ano, no prazo, menos os contratos os não atendidos em razão de falha do cliente do setor produtivo.  
CATE - Coordenação de Apoio Técnico às Micro e Pequenas Empresas  
CENPRA - Centro de Pesquisas Renato Archer  
CGU – Controladoria-Geral da União  
COAD - Coordenação de Administração  
COAM – Coordenação de Análises Minerais  
COPM - Coordenação de Processos Minerais  
CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas  
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
CPAA – Coordenação de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação  
CPGLS – Comissão gestora do Plano Gestor de Logística Sustentável  
CPMA – Coordenação de Processos Metalúrgicos e Ambientais  
CPRM-RJ-Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais  
CTC – Conselho Técnico Científico  
DN – Decisão Normativa  
DOU – Diário Oficial da União  
ENCE-IBGE-RJ – Escola Nacional de Ciências Estatísticas  
FACC – Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Computação científica  
ICPC – Índice de Cumprimento de Prazos e Contratos  
ICT – Índice de Capacitação e Treinamento  
IDTIS- Indicador de Difusão Tecnológica de Interesse Social  
IER – Índice de Estudos Realizados  
IEO – Índice de Execução Orçamentária  
IFES-ES – Instituto Federal do Espírito Santo-ES  
IFATT – Índice Financeiro de Atendimento e Transferência de Tecnologia  
INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial  
IGPUB – Índice Geral de Publicações  
IPUB – Índice de Publicações  
IN – Instrução Normativa  
IPIIn – Índice de Inovação  
LOA – Lei Orçamentária Anual  
MME – Ministério das Minas e Energia  
MAST-RJ – Museu de Astronomia e Ciências Afins-RJ  
MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação  
NGPB - Nº de artigos publicados em periódico com ISSN indexado no SCI ou em outro banco de dados + Nº de artigos publicados em revista de divulgação científica nacional ou internacional + Nº de artigos completos publicados em congresso nacional ou internacional + (Nº de capítulo de livros no ano, incluindo o nº de publicações em série.  
CETEM – Centro de Tecnologia Mineral  
NMEA – Nº de micro, pequena e média empresas atendidas no ano  
NPPACI – Nº de programas, projetos e ações desenvolvidos em parceria formal  
NPSCI - Nº de publicações em periódicos, com ISSN, indexados no SCI, no ano  
NPTD – Nº total de processos, protótipos, softwares e técnicas desenvolvidos no ano  
NTC – Nº total de contratos no ano, menos o nº de contratos não atendidos em razão de falha do cliente produtivo 3

NUCI – Núcleo de Cachoeiro do Itapemirim-ES  
OCC – A soma das dotações de Custeio e Capital, inclusive as fontes 100/150  
OE - Objetivo Específico  
OCI – Órgão de controle interno  
PA - Plano de Ação  
PcTD – Índice de Processos e Técnicas Desenvolvidos  
PD&I – Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação  
PDU – Plano Diretor da Unidade  
PE - Planejamento Estratégico  
PNQ – Prêmio Nacional de Qualidade  
PITCE – Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior  
PO – Portaria  
PPACI – Nº de Projetos e Ações, sem casa decimal  
PPACN - Índice de Projetos, Pesquisas e Ações de Cooperação Nacional  
PRB – Participação Relativa de Bolsistas  
PRPT – Participação Relativa de Pessoal Terceirizado  
PUC - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais  
PCI - Programa de Capacitação Institucional  
RG – Relatório de Gestão  
RRP – Relação entre Receita Própria  
SAPL – Serviço de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais  
SCT – Seção de Caracterização Tecnológica  
SCUP – Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa  
SDPM – Serviço de Desenvolvimento de Novos Produtos Minerais  
SEDS – Serviço de Desenvolvimento Sustentável  
SEIN – Serviço de Informação  
SEOF – Serviço de Orçamento, Finanças e Contabilidade  
SERH - Serviço de Recursos Humanos  
SETL – Serviço de Tecnologias Limpas  
SETU - Serviço de Tratamento de Minérios e Usina-Piloto  
SIAFI – Sistema de Administração Financeira  
SIAPE – Sistema de Administração de Pessoal  
SMPI - Serviço de Material, Patrimônio e Infra-estrutura  
SPMB - Serviço de Desenvolvimento de Processos Minerometalúrgicos e Biotecnológicos  
SSG – Setor de Serviços Gerais  
TCG – Termo de Compromisso de Gestão  
TCU – Tribunal de Contas da União  
TDC – Termo de Descentralização de Crédito  
TI - Tecnologia da Informação  
TNSE – Técnicos de Nível Superior  
UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora-MG  
UFPA-PA - Universidade Federal do Pará  
UG – Unidade Gestora  
UJ – Unidade Jurisdicionada  
UNB-DF - Universidade Nacional de Brasília-DF  
USP- Universidade de São Paulo

# SUMÁRIO

PARTA A DO ANEXO II DA DN TCU N° 127/2013 – CONTEÚDO GERAL do relatório de gestão.....	14
1 Parte A, item 1, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.....	14
<b>1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada.....</b>	<b>14</b>
1.1.1 Relatório de Gestão Individual .....	14
<b>1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade .....</b>	<b>14</b>
<b>1.3 Organograma Funcional.....</b>	<b>16</b>
<b>1.4 Macroprocessos finalístico .....</b>	<b>20</b>
<b>1.5 Macroprocessos de Apoio .....</b>	<b>22</b>
<b>1.6 Principais Parceiros .....</b>	<b>23</b>
2 Parte A, item 2, do Anexo II da DN TCU 127/2013.....	26
<b>2.1 Planejamento da unidade.....</b>	<b>26</b>
<b>2.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados .....</b>	<b>41</b>
2.2.3 Ações .....	68
2.2.3.1 Ações - OFSS .....	68
2.2.3.2 Ações/Subtítulos - OFSS .....	68
2.2.3.5 Análise Situacional.....	69
<b>2.3 Informações sobre outros resultados da gestão.....</b>	<b>69</b>
3 Parte A, item 3, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.....	69
<b>3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos .....</b>	<b>69</b>
<b>3.5 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU.....</b>	<b>71</b>
4 Parte A, item 4, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.....	71
<b>4.1 Execução das despesas .....</b>	<b>71</b>
4.1.1 Programação .....	71
4.1.1.1 Análise Crítica.....	72
4.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa.....	72
4.1.3 Realização da Despesa .....	73
4.1.3.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total .....	73
4.1.3.2 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ .....	74
4.1.3.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total.....	75
4.1.3.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores executados Diretamente pela UJ.....	75
4.1.3.5 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação .....	77
4.1.3.6 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação .....	78
4.1.3.7 Análise crítica da realização da despesa.....	78
<b>4.3 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores.....</b>	<b>79</b>
4.3.1 Análise Crítica.....	79
<b>4.4 Transferências de Recursos .....</b>	<b>80</b>
4.4.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício .....	80
4.4.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios .....	80
<b>4.5 Suprimento de Fundos .....</b>	<b>82</b>
4.5.1 Suprimento de Fundos – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo .....	82
4.5.4 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos .....	82
4.5.5 Análise Crítica.....	82

5	Parte A, item 5, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.....	83
<b>5.1</b>	<b>Estrutura de pessoal da unidade .....</b>	<b>83</b>
5.1.1	Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada .....	83
5.1.1.1	Lotação .....	83
5.1.1.2	Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada .....	84
5.1.2	Qualificação da Força de Trabalho .....	84
5.1.2.1	Estrutura de Cargos e de Funções.....	84
5.1.2.2	Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade .....	85
5.1.2.3	Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade .....	86
5.1.3	Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada .....	87
5.1.4	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas .....	87
5.1.4.1	Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria .....	88
5.1.4.2	Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada.....	88
5.1.5	Cadastramento no Sisac.....	88
5.1.5.1	Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC.....	89
5.1.5.2	Atos Sujeitos à comunicação ao TCU.....	89
5.1.5.3	Regularidade do cadastro dos atos no Sisac .....	89
5.1.5.4	Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico.....	89
5.1.8	Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos.....	90
<b>5.2</b>	<b>Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários.....</b>	<b>93</b>
5.2.1	Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão .....	93
5.2.3	Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada .....	94
5.2.4	Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão .....	94
5.2.5	Análise Crítica dos itens 5.2.3 e 5.2.4 .....	96
5.2.6	Composição do Quadro de Estagiários.....	96
6	Parte A, item 6, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.....	96
<b>6.1</b>	<b>Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros.....</b>	<b>96</b>
<b>6.2</b>	<b>Gestão do Patrimônio Imobiliário.....</b>	<b>97</b>
6.2.1	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial.....	97
6.2.3	Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ .....	98
7	Parte A, Item 7, do Anexo II da DN TCU N° 127, DE 15/5/2013.....	98
<b>7.1</b>	<b>Gestão da Tecnologia da Informação (TI) .....</b>	<b>98</b>
7.1.1	Análise Crítica.....	100
8	Parte A, item 8, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.....	100
<b>8.1</b>	<b>Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....</b>	<b>100</b>
<b>8.2</b>	<b>Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....</b>	<b>102</b>
9	Parte A, item 9, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.....	102
<b>9.2</b>	<b>Tratamento de Recomendações do OCI.....</b>	<b>102</b>
9.2.1	Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício .....	102
9.2.2	Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício .....	108
<b>9.4</b>	<b>Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei n° 8.730/93 .....</b>	<b>111</b>
9.4.1	Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93 .....	111
9.4.2	Situação do Cumprimento das Obrigações .....	112
<b>9.6</b>	<b>Alimentação SIASG E SICONV.....</b>	<b>112</b>

10 Parte A, item 10, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.....	113
11 Parte A, item 11, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.....	114
<b>11.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público .....</b>	<b>114</b>
<b>11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis.....</b>	<b>115</b>
11.2.1 Declaração Plena.....	115
12 Parte A, item 12, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.....	116
<b>12.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ .....</b>	<b>116</b>
PARTE B DO ANEXO II DA 127/2013– CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS.....	119
20 Parte B, item 8, do Anexo II da DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013.....	120
<b>20.1 Indicadores de Gestão das ICT nos Termos do Acórdão TCU n° 2.267/2005 .....</b>	<b>120</b>
<b>20.2 Análise dos Resultados dos Indicadores de Gestão das ICT.....</b>	<b>120</b>
<b>20.3 Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio .....</b>	<b>120</b>

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro A.1.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual .....	14
Quadro A.2.2.3.1 – Ações – OFSS .....	68
Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS .....	68
Quadro A.3.2 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ .....	69
Quadro A.4.1.1 – Programação de Despesas .....	71
Quadro A.4.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa .....	72
Quadro A.4.1.2.2 – Movimentação Orçamentária EXterna por Grupo de Despesa .....	73
Quadro A.4.1.3.1.– Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total .....	73
Quadro A.4.1.3.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total .....	75
Quadro A.4.1.3.4 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores Executados Diretamente pela UJ.....	76
Quadro A.4.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação– Créditos de Movimentação .....	77
Quadro A.4.1.3.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação.....	78
Quadro A.4.4.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência .....	80
Quadro A.4.4.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios .....	81
Quadro A.4.5.1 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica).....	82
Quadro A.5.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ.....	84
Quadro A.5.1.2.1 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro).....	85
Quadro A.5.1.2.2 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária .....	85
Situação apurada em 31/12.....	85
Quadro A.5.1.2.3 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade Situação apurada em 31/12 .....	86
Quadro A.5.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores .....	87
Quadro A.5.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro.....	88
Quadro A.5.1.4.2 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12.....	88
Quadro A.5.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007).....	89
Quadro A.5.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007).....	89
Quadro A.5.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac .....	89
Quadro A.5.1.5.4 – Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007) .....	90
Quadro A.5.2.1 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada .....	93
Quadro A.5.2.3 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva .....	94
Quadro A.5.2.4 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	95
Quadro A.5.2.6 - Composição do Quadro de Estagiários.....	96
Quadro A.6.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União .....	97
Quadro A.8.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis .....	100
Quadro A.8.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	102
Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	102
Quadro A.9.2.2 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício .....	108
Quadro A.9.4.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR .....	111
Quadro A.9.6 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV.....	112
Quadro A.11.2.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.....	115
Quadro B.8.2 – Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio .....	120

## **INTRODUÇÃO**

### **ESTRUTURA DO RELATÓRIO DE GESTÃO**

Esse relatório está estruturado em partes e itens.

**Itens da DN TCU N° 127/2013, ANEXO II que não se aplicam à natureza da Unidade.**

### **PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU N° 127/2013 – CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO**

#### **1 PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.**

##### **1.1.2 Relatório de Gestão Consolidado**

Não se aplica

##### **1.1.3 Relatório de Gestão Agregado**

Não se aplica

##### **1.1.4 Relatório de Gestão Consolidado e Agregado**

Não se aplica

#### **3 PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013**

##### **3.1 Estrutura de Governança**

A UJ não possui Estrutura de Governança

##### **3.3 Remuneração Paga a Administradores**

Não se aplica

#### **4 PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013**

##### **4.7 Gestão de Precatórios**

**Abrangência:** Unidades Jurisdicionadas do Poder Judiciário Federal responsáveis pela gestão e pagamento de precatórios.

#### **9 PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013**

##### **9.3 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria.**

A UJ não possui Auditoria Interna.

#### **11 PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013**

##### **11.3 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008**

**Abrangência:** Entidades cuja contabilidade seja regida pela Lei nº 4.320/64 e pela Resolução CFC nº 1.133/2008 e cujos registros contábeis NÃO são feitos no SIAFI.

#### **11.4 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976**

**Abrangência:** Entidades cuja contabilidade seja regida pela Lei nº 6.404/1976 ou outra norma específica e cujos registros contábeis NÃO são feitos no SIAFI.

#### **11.5 Composição Acionária das Empresas Estatais**

**Abrangência:** Empresas da Administração Pública Federal cujo capital acionário esteja sob o controle da União.

#### **11.6 Parecer da Auditoria Independente**

**Abrangência:** Autarquias e fundações, empresas estatais da Administração Pública Federal, fundos especiais e entidades que tenham firmado contrato de gestão.

**Itens da DN TCU N° 127/2013, ANEXO II que apesar de se aplicarem à natureza da Unidade não houve ocorrências.**

**PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU N° 119/2012 – CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO**

**2 PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013**

**2.2.1 Programa Temático**

A unidade não possui programa temático sob sua responsabilidade.

**2.2.2 Objetivos**

A unidade não possui programa temático sob sua responsabilidade.

**2.2.3.3 ações não previstas na LOA 2013 – Restos a pagar não processados – OFSS**

Não houve ocorrência.

**2.2.3.4 ações –Orçamento de investimentos – OFSS**

Não houve ocorrência.

**3 PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013**

**3.4 Sistema de Correição**

A Unidade não possui Sistema de Correição.

**3.6 Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos**

A Unidade não possui tais indicadores.

**4 PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013**

**4.2 Reconhecimento de Passivos**

Não houve passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

**4.4.3 Informações sobre a Prestação de contas Relativas aos convênios, Termos de cooperação e Contratos de repasse.**

A UJ não repassou recursos.

**4.5 Suprimento de Fundos**

Não Houve despesa realizada por meio de Suprimento de Fundos.

**4.6 Renúncias sob a gestão da UJ**

A UJ não faz gestão sobre renúncia tributária, tendo em vista a não arrecadação da modalidade da receita em questão.

**5 PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013**

**5.1.6 Acumulação indevida de Cargos, Funções e Empregos Públícos**

Não houve ocorrências.

**5.2.2 Autorizações Expedidas pelo MPOG para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados.**

Não houve ocorrências.

**6 PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.<sup>o</sup> 127, DE 15/5/2013**

**6.2.2 Discriminação dos Bens imóveis Sob a responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel Funcional**  
A UJ possui apenas um imóvel.

**6.3 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de terceiros.**

A UJ não possui Imóvel locado.

**9 PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU N.<sup>o</sup> 127, DE 15/5/2013**

**9.1 Tratamento de Deliberações e Exaradas pelo TCU**

Não Houve ocorrências.

**9.5 Medidas Adotadas em caso de dano ao Erário**

Não Houve ocorrências.

**PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU N° 127/2013 – CONTEÚDO GERAL DO  
RELATÓRIO DE GESTÃO**

## **1 PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.<sup>o</sup> 127, DE 15/5/2013.**

### **1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada**

#### **1.1.1 Relatório de Gestão Individual**

**QUADRO A.1.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL**

<b>Poder e Órgão de Vinculação</b>		
<b>Poder:</b> Executivo		
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação		<b>Código SIORG:</b> 001988
<b>Identificação da Unidade Jurisdicionada</b>		
<b>Denominação Completa:</b> Centro de Tecnologia Mineral		
<b>Denominação Abreviada:</b> CETEM		
<b>Código SIORG:</b> 024752	<b>Código LOA:</b> 99999	<b>Código SIAFI:</b> 240127
<b>Natureza Jurídica:</b> Órgão Público		<b>CNPJ:</b> 04.074.457/0001-00
<b>Principal Atividade:</b> Administração Pública em Geral		<b>Código CNAE:</b> 84.11-6-00
<b>Telefones/Fax de contato:</b> (021) 3865-7296	(021) 3865-7222	(021) 2260-2837
<b>Endereço Eletrônico:</b> cetem.info@cetem.gov.br		
<b>Página na Internet:</b> <a href="http://www.cetem.gov.br">http://www.cetem.gov.br</a>		
<b>Endereço Postal:</b> Av. Pedro Calmon, 900,Cidade Universitária- Rio de Janeiro – RJ - Cep:21941-908		
<b>Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
Lei n. <sup>o</sup> 7.666 de 21/10/1988, publicada no DOU de 24/10/1988, que dispõe sobre a criação pelo Poder Executivo, de entidade destinada a promover o desenvolvimento de tecnologia mineral e dá outras providências.		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
Portaria MCTI n. <sup>o</sup> 292 de 28/03/2013, publicada no DOU de 03/04/2013, Seção 1, página 15, que aprova o Regimento Interno.		
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada		
Plano Diretor da Unidade – PDU 2011-2015 e Termo de Compromisso de Gestão – 2011.		
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
<b>Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>		
<b>NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ</b>		
<b>Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>		
<b>NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ</b>		
<b>Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões</b>		
<b>NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ</b>		

### **1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade**

O Centro de Tecnologia Mineral – CETEM é uma Instituição Científica e Tecnológica – ICT, nos termos da Lei n.<sup>o</sup> 10.973, de 2 de Dezembro de 2004, regulamentada pelo Decreto n.<sup>o</sup> 5.563, de 11 de outubro de 2005, integrante da estrutura do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação MCTI, na forma do disposto no Decreto n.<sup>o</sup> 5.886, de 6 de setembro de 2006.

O CETEM tem como principais objetivos a realização de pesquisas com o intuito de inovar e desenvolver tecnologia para o uso sustentável dos recursos minerais brasileiros, aplicável ao setor minerometalúrgico, que as utiliza em prol da sociedade, contribuindo para o crescimento econômico e o desenvolvimento social do País.

A administração central do CETEM está situada em uma área de 60.000 m<sup>2</sup>, no *campus* da Universidade Federal do Rio de Janeiro, na Ilha da Cidade Universitária. O Centro também conta

com um núcleo regional localizado em Cachoeiro de Itapemirim – ES, com 1.500 m<sup>2</sup> que abrigará uma usina piloto, quatro laboratórios e uma biblioteca, e ainda, outros três laboratórios avançados em implantação, sendo um em Recife, em parceria com a UFPE, outro em Teresina, em colaboração com governo do estado e o terceiro em Criciúma, em parceria com o Instituto Federal de Santa Catarina.

A finalidade e as competências institucionais do CETEM estão definidas nos artigos 4 e 5 do seu Regimento Interno, aprovado pela Portaria MCT n.<sup>o</sup> 292, de 28.3.2013, publicada no DOU em 3.4.2013, Seção I, pág. 15, transcrita a seguir:

Art. 4.<sup>º</sup> O CETEM tem por finalidade a realização de pesquisas, o desenvolvimento de tecnologias na área mineral e a disponibilização de serviços destinados a atividades produtivas e à criação de soluções compatíveis com o uso sustentável dos recursos não renováveis e a preservação do meio ambiente.

Art. 5.<sup>º</sup> Ao CETEM compete:

I - promover, executar e divulgar projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico na área mineral;

II - realizar estudos de viabilidade econômica, de assistência técnica a projetos industriais e de mineração dirigidos ao desenvolvimento sustentável nas atividades minero- metalúrgicas;

III - executar programas, projetos e atividades de pesquisa e desenvolvimento de tecnologias para identificação de composição, propriedades e usos de materiais com conteúdo mineral;

IV - promover, manter e articular atividades de cooperação e intercâmbio técnico-científico com entidades nacionais, estrangeiras e internacionais com interesses técnicos e científicos na sua área de atuação;

V - promover, estabelecer e manter, nos limites de sua competência legal, convênios, contratos e demais acordos;

VI - promover ou patrocinar a articulação de competências inter-institucionais para a realização de programas, pesquisas e desenvolvimento, em temas de interesse para o país ligados a sua área de competência;

VII - difundir os conhecimentos técnico-científicos por meio de palestras, publicações informativas, técnicas e científicas;

VIII - promover ou patrocinar a formação e especialização de recursos humanos, bem como realizar atividades de extensão com vistas ao aprimoramento do conhecimento científico e tecnológico na sua área de competência;

IX - transferir para a sociedade serviços e produtos singulares, resultantes de suas atividades de pesquisa e desenvolvimento, mediante o cumprimento de dispositivos legais aplicáveis;

X - promover, patrocinar e realizar cursos, conferências, seminários e outros conclave de caráter técnico-científico, de interesse direto ou correlato ao órgão; e

XI - criar mecanismos de captação de novos recursos financeiros para pesquisa e ampliar as receitas próprias.

O CETEM, representado pela sua Diretoria, com vistas a estabelecer, formalmente, metas de desempenho a serem alcançadas anualmente junto ao MCTI, representado pelo Secretário-Executivo, possui um documento assinado chamado TCG – Termo de Compromisso de Gestão, que norteiam as atividades finalísticas do Centro.

Os TCG's são instrumentos regimentais de acompanhamento e avaliação das atividades científicas e tecnológicas das Unidades de Pesquisa - UP, assinados pelos seus Diretores com o Ministro e o Secretário-Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, tendo por base seus respectivos Planos Diretores e indicadores e metas mutuamente pactuados entre a SCUP e cada UP. No momento, esses instrumentos são aplicados às treze Unidades de Pesquisa de administração direta do MCTI.

Através dos indicadores mencionados, as UP's ficaram responsáveis pela proposição de metas a serem alcançadas no ano com o depósito de patentes e, ao final, com a comprovação de sua realização, pela qual a Unidade de Pesquisa recebe, juntamente com o desempenho de outros indicadores, um conceito e uma nota que são divulgados pela internet, na página eletrônica do Ministério.

Por ocasião da necessidade de implementação dos procedimentos para avaliação individual e institucional da Gratificação de Atividade de Ciência e Tecnologia – GDACT, o CETEM, com intuito de desdobrar os objetivos estratégicos as outras Unidades organizacionais do Centro, definiu como metas institucionais as metas pactuadas no TCG e como metas individuais, prioritariamente as originárias das atividades que atendem a essas metas e secundariamente as metas dos processos de apoio.

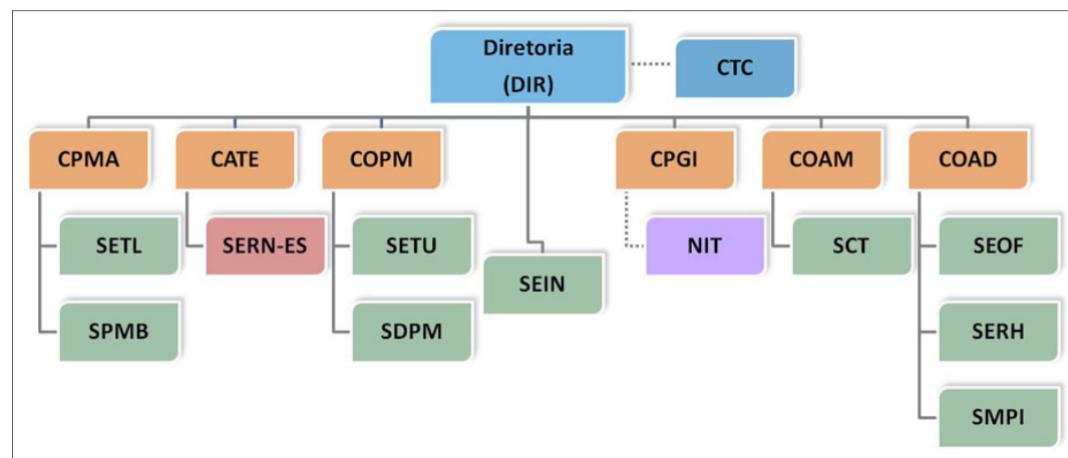
Neste mesmo exercício de 2013, o Centro submeteu ao exame de excelência em gestão do GESPUBLICA, suas práticas para que pudessem ser avaliadas as oportunidades de melhoria das soluções aplicadas até o momento, e delas fosse elaborado um plano que complementasse as ações de garantia do alcance das metas de crescimento institucional.

---

### 1.3 Organograma Funcional

---

O CETEM possui o seguinte organograma funcional:



A sua organização interna é composta pelas seguintes unidades:

**CTC - Conselho Técnico Científico:** É a unidade colegiada com função consultiva e de assessoramento na implementação da política científica e tecnológica da unidade de pesquisa.

**Coordenações:** As coordenações são responsáveis por planejar, coordenar e supervisionar, controlar e avaliar as atividades das respectivas unidades, praticando os atos inerentes ao exercício de suas atribuições, ou daquelas que lhes tiverem sido delegadas.

**Serviços:** Têm por incumbência supervisionar, controlar e orientar a execução das atividades decorrentes das competências de sua unidade, praticando os atos inerentes ao exercício de suas atribuições, ou daquelas que lhes vierem a ser delegadas.

**NIT:** O Núcleo de Inovação Tecnológica é uma Unidade prevista na lei n.º 10.973 (Lei de Inovação Tecnológica) e tem como função o apoio aos pesquisadores do Centro na proteção dos resultados de suas pesquisas, no zelo do cumprimento das políticas de inovação tecnológica, na interação com o setor público e privado e a prospecção de parceiros para transferência de tecnologia. O NIT está funcionando no CETEM desde 2012.

**Competências e Contribuição para os Resultados da Instituição constantes da Portaria MCTI n.º 292, de 28/3/2013:**

**SEIN - Serviço de Informação:** Ligado diretamente à Direção é responsável pelos setores de Informática e Biblioteca. Sendo a equipe de Informática responsável pela gerência, administração e manutenção da infraestrutura de Tecnologia da Informação do Centro e a da Biblioteca destina-se a dar apoio a todas as atividades de pesquisa da instituição, e é uma biblioteca de referência, especializada na área de tecnologia mineral, processos minerometalúrgicos e tecnologia ambiental.

**CPMA - Coordenação de Processos Metalúrgicos e Ambientais:** Subordinada a Direção é responsável pelo planejamento, coordenação e supervisão da execução de estudos, pesquisas e desenvolvimento de tecnologias nas áreas de metalurgia extractiva em geral, como pirometalurgia, hidrometalurgia e extração por solventes, tratamento de efluentes, biotecnologia, eletroquímica, reciclagem e áreas correlatas. Inclui a execução de projetos-piloto de desenvolvimento e aplicação de tecnologias destinadas ao emprego de processos de metalurgia extractiva e de melhoria e preservação ambiental, além do desenvolvimento e utilização de tecnologias limpas (extração de metais e tratamento de rejeitos contaminados). Serviços associados:

**SETL - Serviço de Tecnologias Limpas:** Realiza pesquisas, estudos e diagnósticos em escala de laboratório, piloto e no campo visando desenvolver ou adaptar métodos de mitigação de impactos ambientais em áreas sob a influência de instalações industriais. Programa, realiza e supervisiona projetos, análise e desenvolvimento de processos e ensaios de laboratório e de campo em temas relativos à qualidade ambiental sob a influência de instalações industriais.

**SPMB - Serviço de Desenvolvimento de Processos Minerometalúrgicos e Biotecnológicos:** Realiza projetos de pesquisa e desenvolvimento nas áreas de metalurgia extractiva e tratamento ambiental de efluentes. Programa, realiza e supervisiona o desenvolvimento ou otimização de processos, bem como busca alternativas de tecnologias de menor impacto ambiental.

**CATE - Coordenação de Apoio Técnico às Micro e Pequenas Empresas:** Subordinada a Direção, é responsável pelo planejamento, coordenação e supervisão da execução de estudos, análises e pesquisas para o desenvolvimento de metodologias voltadas ao apoio técnico às micro e pequenas empresas. Busca solucionar problemas relacionados ao uso de tecnologias apropriadas, melhoria de produtividade, redução de desperdícios, preservação do meio ambiente e desenvolvimento socioeconômico das comunidades envolvidas. Oferece apoio tecnológico às micro e pequenas empresas organizadas em Arranjos Produtivos Locais (APLs) de base mineral de forma direta, ou por meio de redes de apoio às quais o CETEM esteja associado.

**SENR-ES - Serviço do Núcleo Regional do Espírito Santo:** Localizado em Cachoeiro de Itapemirim (ES). Realiza projetos de pesquisas e desenvolvimento e inovação na área de Rochas Ornamentais e Minerais Industriais, com enfase as demandas Regionais das empresas do setor. Promove capacitação, consultoria e assessoramento a órgãos públicos e privados através de contratos, convênios e acordos de cooperativos.

**COPM - Coordenação de Processos Minerais:** Subordinada a Direção, é responsável pelo planejamento, coordenação e supervisão da execução de estudos, pesquisas e desenvolvimento de tecnologias na área de tratamento de minérios, incluindo processos físico-químicos e técnicas de modificação dos minerais para usos específicos. Inclui projetos e programas de desenvolvimento sustentável em atividades de mineração, com vistas à proteção do meio ambiente, ao estímulo e manutenção da economia.

**SETU - Serviço de Tratamento de Minérios e Usina-Piloto:** Realiza projetos de pesquisa e desenvolvimento em escala de laboratório e de protótipos piloto a partir de processos de cominuição, concentração gravítica, separações magnética e eletrostática, flotação, desaguamento e secagem. Executa projetos de beneficiamento de minérios em escala piloto, bem como extraí dados para dimensionamento de usinas industriais considerando a preservação ambiental e sustentabilidade econômica.

**SDPM - Serviço de Desenvolvimento de Novos Produtos Minerais:** Realiza projetos de pesquisa na área de físico-química de interfaces e sistemas coloidais, aplicados à área mineral. Executa serviços de caracterização físico-química de superfície de minerais e materiais, bem como pesquisas para modificar as propriedades superficiais dos minerais visando novas aplicações. Desenvolve ou aperfeiçoa procedimentos de avaliação e especificação de novos produtos minerais baseados em processos de floculação e flotação. Atua na área de minerais industriais, no desenvolvimento ou aprimoramento de processos de beneficiamento para melhor aproveitamento e novas aplicações dos insumos minerais. Desenvolve projetos na área de reologia de polpas minerais e escoamento em dutos.

**CPGI - Coordenação de Planejamento, Gestão e Inovação:** Subordinada a Direção, é uma unidade de suporte ao Diretor na supervisão e coordenação das ações de coleta, análise, armazenamento, difusão e intercâmbio de dados e informações sobre ações das demais unidades do CETEM. É também responsável pela supervisão e coordenação das ações de acompanhamento e avaliação, quais sejam: Execução de planos anuais e plurianuais do órgão; Orientação, supervisão, elaboração, acompanhamento e avaliação dos planos e programas de desenvolvimento científico e tecnológico e de capacitação de recursos humanos destinados à criação de novos conhecimentos ou que atendam às necessidades específicas de setores de importância estratégica; Promoção da imagem institucional e divulgação dos processos e produtos do CETEM por meio de atividades de comunicação social, incluindo assessoria de imprensa, publicidade e participação em eventos em sua área de atuação; e a coordenação das atividades do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) do CETEM.

**NIT – Núcleo de Inovação Tecnológica:** Apoia a execução da Política de Inovação do CETEM; assegurar os meios necessários ao cumprimento dos atos estabelecidos na Política de Inovação Institucional em consonância com a Lei n.º 10.973/2004 e com o Decreto n.º 5.563/2005; promove a apresentação de Projetos de Inovação Tecnológica; apoia e estimula a construção de ambientes especializados e cooperativos de inovação nas demais unidades do CETEM; promove a proteção da propriedade intelectual e a transferência de tecnologia para o setor produtivo e para a sociedade e promover a articulação das atividades do CETEM com o Arranjo NIT Rio.

**COAM - Coordenação de Análises Minerais:** Subordinada a Direção, é responsável pelo planejamento, coordenação, supervisão, desenvolvimento, otimização e implementação de metodologias analíticas para os projetos de pesquisa em desenvolvimento no CETEM, nas áreas minerometalúrgica e de controle do impacto ambiental. Inclui métodos analíticos clássicos e instrumentais, que visam à caracterização tecnológica de amostras de minérios, rochas, resíduos, ligas, produtos manufaturados, efluentes de origem ambiental e similares.

**SCT - Setor de Caracterização Tecnológica:** Desenvolve e realiza pesquisas em técnicas para caracterização tecnológica de minérios, materiais, gemas e amostras ambientais. Realiza procedimentos de caracterização tecnológica de gemas, minérios e materiais, incluindo rejeitos industriais, visando seu melhor uso, através da caracterização de constituintes geoquímicos naturais e antropogênicos e detecta possíveis tratamentos aos quais estes possam ter sido submetidos.

**COAD - Coordenação de Administração:** Subordinada a Direção, é responsável por planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relativas às áreas de recursos humanos, contabilidade, orçamento, finanças, material, patrimônio, almoxarifado, compras, suprimentos, importação, documentação, protocolo, arquivo, zeladoria, vigilância, transporte, manutenção, terceirização, serviços gerais e os demais aspectos administrativos, inclusive contratos e convênios; administrar o plano de contas e o plano operacional nos aspectos orçamentário, contábil e financeiro, bem como as suas atividades, de acordo com normas internas e legislação pertinente.

**SEOF - Serviço de Orçamento, Finanças e Contabilidade:** Prepara, orienta e acompanha a elaboração da proposta orçamentária anual. Analisa as necessidades de reformulação orçamentária e promove a avaliação da execução orçamentária e financeira, elaborando relatórios gerenciais. Processa a execução orçamentária, financeira e contábil, em conformidade com as normas do SIAFI e dos órgãos de controle. Analisa, para efeito de liquidação da despesa, toda a documentação a ser encaminhada para pagamento, especialmente no que diz respeito a sua exatidão e legalidade.

**SERH - Serviço de Recursos Humanos:** Identifica as necessidades de treinamento. Planeja e organiza a realização de cursos, visando à capacitação e ao desenvolvimento de recursos humanos. Aplica, acompanha e controla os processos de Avaliação de Estágio Probatório e de Avaliação de Desempenho Funcional. Organiza e mantém atualizados os assentamentos funcionais dos servidores ativos, inativos e recursos humanos agregados. Prepara atos relacionados a ingresso, exercício e afastamento; expedem certidões, atestados, mapas de tempo de serviço, declarações e qualificação funcional de servidores entre outros, bem como dá publicidade aos atos praticados. Coordena as atividades voltadas à assistência social, médica, hospitalar e odontológica prestadas aos servidores e seus dependentes.

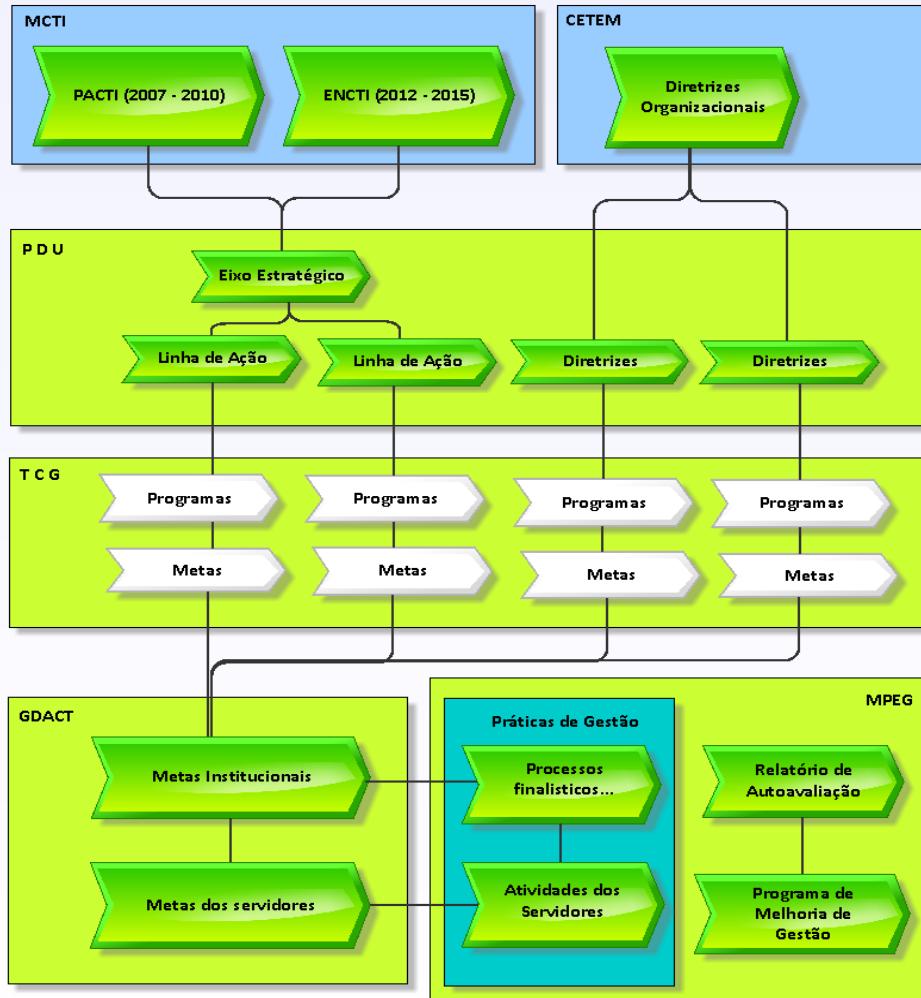
**SMPI - Serviço de Material, Patrimônio e Infraestrutura:** Recebe, confere, classifica e registra pedidos de aquisição de material, prestação de serviços, execução de

obras e terceirização. Processa as aquisições e alienações de materiais e bens patrimoniais, bem como a contratação de serviços e obras. Recebe, confere, aceita e armazena, os materiais adquiridos pelo órgão. Registra e controla a compra de materiais estocáveis. Realiza licitações e contratos, aquisição de passagens aéreas e processa a agenda de pagamentos. O serviço ainda administra as atividades de serviço gerais, manutenção predial e oficina mecânica do CETEM.

## 1.4 Macroprocessos Finalísticos

### Macroprocessos - Publicados no PDU CETEM 2011 - 2015

Para que o CETEM cumpra sua Missão de “**Desenvolver tecnologia para uso sustentável dos recursos minerais brasileiros**” e esteja em total consonância com as macrodiretrizes definidas pelo Governo Federal, foram priorizados programas e metas compatíveis com os eixos estratégicos do Planejamento Estratégico do MCT.



O CETEM realiza pesquisas com o intuito de inovar e desenvolver tecnologia para o setor mínero-metalúrgico, que as utiliza em prol da sociedade, contribuindo para o crescimento econômico e para o desenvolvimento do País.

Na sede, localizada na cidade do Rio de Janeiro, são executadas atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) focadas, principalmente, em caracterização química, mineralógica e tecnológica, em processamento mineral, em processos metalúrgicos extractivos voltados para rochas, minérios e minerais industriais, bem como no desenvolvimento e aplicação de tecnologias ambientais.

Uma parte de sua capacidade técnica está focada no atendimento às micro, pequenas e médias empresas de mineração, individualmente, ou junto aos Arranjos Produtivos Locais de base mineral.

Ainda nesse contexto, são contempladas atividades de apoio à indústria, como a produção de materiais de referência certificados e estudos econômicos, prospectivos, assim como sobre a sustentabilidade do setor mineral.

Na área de meio ambiente são realizadas atividades de pesquisa e desenvolvimento em gestão e tecnologia ambiental, com foco na recuperação de áreas degradadas, avaliação dos impactos das atividades e de seus passivos, recuperação de metais, reciclagem de materiais, tratamento de resíduos e efluentes industriais, aplicação de tecnologias mais limpas e biorremediação.

Mais recentemente, o CETEM incluiu em suas atividades de PD&I a execução de estudos direcionados ao aproveitamento de fontes alternativas minerais, visando diminuir a dependência de importação de fertilizantes, tanto para a produção agrícola, quanto para a produção de biocombustíveis.

Na unidade do Espírito Santo (Cachoeiro do Itapemirim), os pesquisadores do CETEM desenvolvem projetos relacionados com a caracterização e a alterabilidade de rochas ornamentais e de revestimento, bem como aproveitamento de resíduos abundantes na região. Desenvolvem melhorias tecnológicas no processamento de rochas ornamentais e prestam serviços para as empresas da região. Além disso, a nova infraestrutura, em implantação, permitirá o desenvolvimento de projetos de interesse regional na área de beneficiamento de calcários, agregados para construção civil e outros minerais industriais.

Cabe ressaltar que o CETEM desempenha papel significativo no desenvolvimento da tecnologia mineral do País e na disseminação do conhecimento, fato comprovado pela sua vasta produção científica e tecnológica, somado à constante procura do Centro pelo setor público e pela iniciativa privada.

No âmbito do Governo Federal, o CETEM é o único centro de pesquisa vinculado ao MCTI dedicado exclusivamente à tecnologia mineral.

Contando com uma equipe de pesquisadores e tecnologistas altamente qualificada, através de seus laboratórios e plantas-piloto, a organização está estruturada para atender às demandas dos seus parceiros na área mínero-metalúrgica, desde análises físicas e químicas de substâncias minerais simples a estudos completos de caracterização físico-química, beneficiamento de minérios e desenvolvimento de processos metalúrgicos extractivos de todos os tipos de minérios, dos mais simples aos mais complexos, além de desenvolver estudos direcionados para a recuperação das áreas degradadas por estas atividades.

Os serviços oferecidos pelo CETEM são desenvolvidos em dois níveis: Serviços Tecnológicos (de atendimento direto aos clientes e por eles financiado) e outro de PD&I - Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (financiado com recursos do próprio orçamento ou por agências de fomento e até mesmo por parceiros do setor empresarial). O segundo tem importância vital, na medida em que permite à organização desenvolver tecnologias de ponta na sua área de competência, para melhorar continuamente o desempenho dos seus serviços e melhor atender à demanda de seus parceiros. Frequentemente estes projetos são desenvolvidos em parceria com outras organizações de PD&I situadas no Brasil ou no exterior, permitindo, de modo eficaz, a transferência e aplicação de novas tecnologias.

Este é o caso do Projeto de Recuperação Ambiental de Áreas Mineradas que foi desenvolvido em parceria com o CANMET – *Canadá Center for Minerals and Energy Technology*, em que o *know how* tecnológico do CETEM está sendo utilizado na recuperação de áreas degradadas de mineração de carvão nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Atualmente, a Instituição possui dois projetos estruturantes. São eles: Uso de recursos minerais estratégicos, com destaque para terras-raras, lítio e silício, em produtos de alta tecnologia e uso de agrominerais na agricultura brasileira. Além desses estudos, o CETEM desenvolve atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação nas seguintes áreas:

- Caracterização química, mineralógica e tecnológica de rochas, minérios e materiais
- Processamento mineral
- Processamento metalúrgico – metalurgia extractiva
- Processos biotecnológicos
- Recuperação de metais, reciclagem de materiais e aproveitamento de resíduos
- Tratamento de efluentes industriais
- Recuperação ambiental de áreas mineradas
- Desenvolvimento de materiais de referência certificados
- Estudos prospectivos dos impactos socioeconômicos e ambientais da mineração
- Identificação e caracterização de gemas preciosas e semi-preciosas

Destaca-se que o CETEM é um dos órgãos reconhecidos pela Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio para elaborar laudos para o setor de rochas ornamentais.

---

## **1.5 Macroprocessos de Apoio**

---

Os processos relacionados aos serviços de apoio desenvolvidos no CETEM estão inseridos nos seus Sistemas Administrativo, Financeiro e de Informação.

Em razão da natureza de órgão público do Centro, a maioria dos processos relativos ao Sistema Administrativo e ao Sistema Financeiro é estruturada para atender aos requisitos de leis e normas federais, estaduais e municipais.

Os serviços terceirizados (vigilância, manutenção predial, limpeza e conservação, apoio administrativo e informática) representam 39% da força de trabalho do CETEM.

Os processos de apoio estão integrados nas áreas de serviços relacionados a seguir:

- Serviço de Orçamento, Finanças e Contabilidade – SEOF
- Serviço de Recursos Humanos – SERH
- Serviço de Material, Patrimônio e Infraestrutura – SMPI
  - a. Compras e Contratos
  - b. Almoxarifado e Patrimônio
  - c. Manutenção Predial
  - d. Serviços Gerais
- Serviço de Informação – SEIN
  - a. Informática
  - b. Biblioteca

---

## 1.6 Principais Parceiros

---

Os órgãos dos Governos Federal, Estaduais e Municipais são de fundamental importância para o CETEM, constituindo-se como instituições de fomento para projetos de PD&I em mineração, metalurgia e de recuperação ambiental de áreas impactadas por estas atividades. Em seguida vem o mercado constituído pelas empresas de grande porte, médias, pequenas e micro, da área mínero-metalúrgica, junto às quais presta serviços tecnológicos e de PD&I. Estes clientes podem ser classificados em três grupos como representado na tabela a seguir.

Grupo	Alguns Representantes
1 - Governos Federal, Estaduais e Municipais, universidades e demais centros de pesquisa ou associações.	MCTI MME Universidades CNPq/MCTI FINEP/MCTI FAPERJ EMBRAPA MMA IPHAN
2 - Grandes empresas mínero-metalúrgicas e outras.	Vale Petrobras Grupo Votorantim Mineração Caraíba Mineração Criciúma
3 - Pequenas, médias e micro empresas mínero-metalúrgicas com ou sem convênios setoriais.	A.S.M.G. Antonio Sartório Mármores e Granitos Ltda Antolini do Brasil Pedras Naturais Ltda ETNA Granitos do Brasil Ltda Fortuna Granitos Brasil Ltda Gramazini Granitos e Mármores Thomazini Ltda GRANIGEO Ltda Mineração Consultoria Ltda Granitos Collodetti Ltda Granitos Zucchi Ltda IMETAME Granitos Aparecida Ltda Mineração Curimbaba Ltda Mineração Guidone Ltda Pedreira Nova Rocha Ltda Serra Granitos Ltda Toledo Mineração Ltda Vigui Granitos Ltda Wanderley Alves de Andrade Revestir Comercio e Exportação de

	Pedras Ltda TECQUÍMICA Ltda SERPEDIT – Serraria Pedra Itacolomy Ltda Produtores de quartzito para rochas ornamentais associados a Cooperativa COOPERVÁRZEA
--	---

Tabela 1 – Principais Clientes Institucionais

O Grupo 1 que comprehende setores do Governos Federal, Estaduais e Municipais, universidades e demais centros de pesquisa tem no CETEM importante parceiro para projetos de fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico deste setor, ou de recuperação ambiental de áreas mineradas.

As grandes empresas listadas no Grupo 2 são parceiras tanto para execução de serviços tecnológicos, como no desenvolvimento de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação nas diversas áreas de competência dos pesquisadores e tecnologistas que compõem o quadro de colaboradores do CETEM.

As pequenas, médias e micro empresas relacionadas no Grupo 3 são clientes que contratam serviços de elaboração de laudos de caracterização de rochas e minerais industriais e de consumo de insumos, estudos de patologias e desenvolvimento de processos de beneficiamento, e empresas que colaboraram com projetos de pesquisa mais abrangentes do CETEM. Em sua maioria, são empresas produtoras de rochas ornamentais, mas neste grupo, também se incluem microempresas e empresas individuais que solicitam laudos gemológicos e representantes de APLs diretamente beneficiados por projetos de fomento governamentais.

A atual política do CETEM para fortalecimento dos acordos de cooperação nacional e internacional tem se concentrado em torno do desenvolvimento de projetos de PD&I alinhados com as estratégias institucionais e de interesse industrial, treinamento de pessoal e intercâmbio de pesquisadores.

As ações de cooperação internacional têm envolvido diversos países. Entre as entidades internacionais, as principais são:

1 - Instituto Técnico Superior de Lisboa / Portugal; Cooperação técnico-científica relacionada a estudos da economia internacional e globalização.

2 - ESPOL-Escola Superior Politécnica do Litoral - Faculdade de engenharia e ciências da Terra (FICT), Guayaquil – Equador

3 – Universidad Industrial de Santander – UIA; Escola de Engenharia Metalúrgica e Ciência de Materiais. Bucaramanga, Colômbia. Cooperação técnico-científica para promover o intercâmbio em PD&I nas áreas de interesse mútuo das instituições, principalmente na área de metalurgia extractiva do ceno de doutorado em engenharia de materiais da Escola de Engenharia e Ciência de Materiais.

4 – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro – UTAD; Acordo de Cooperação e Intercâmbio Acadêmico, Científico e Cultural.

5 – Instituto Politécnico de Viana do Castelo, Escola Superior Agrária – Portugal; Promover a cooperação em pesquisa e desenvolvimento nas áreas de interesse mútuo.

Em nível nacional, as ações de cooperação têm se desenvolvido por meio de acordos técnico-científicos, de pesquisa e de fomento, em conjunto com as organizações listadas a seguir:

Organizações
UESPI-CETEM
CETEM/CPRM/DNPM
CETEM/SENAI-RJ
CETEM/FACC
CETEM/CENPES/EMBRAPA
CETEM/ESPOL/FICT
CETEM/UFRA
CETEM/SAMA S.A/Inst.Bras.Crisotila
CETEM/SENAI
CETEM/CEDAE
CETEM/PETROBRAS/FUJB/UFRJ
CETEM/FINEP
CETEM/UFRGS
CETEM/BIO-RIO
CETEM/ABQ
CETEM/Universidade Celso Lisboa
CETEM/UEMG
CETEM/UFF

Tabela2 – Organizações Conveniadas

Com associações e agências de fomento, destacam-se as abaixo relacionadas:

- ABC - Associação Brasileira de Cerâmica;
- ABIPTI - Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica;
- ABIROCHAS - Associação Brasileira da Indústria de Rochas Ornamentais;
- ABM - Associação Brasileira de Metalurgia e Materiais;
- ABQ - Associação Brasileira de Química;
- ANPEI - Associação Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento e Engenharia de Empresas Inovadoras;
- CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico;
- FAPERJ - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro;
- FEAM - Fundação Estadual do Meio Ambiente de Minas Gerais;
- FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos;
- IBRAM - Instituto Brasileiro de Mineração;
- SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas;

## **2 PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU 127/2013**

---

### **2.1 Planejamento da Unidade**

---

#### **I. Objetivos estratégicos e descrição sintética dos planos estratégicos:**

Para que o CETEM cumpra sua Missão de “*Desenvolver tecnologia para uso sustentável dos recursos minerais brasileiros*” e esteja em total consonância com as macrodiretrizes definidas pelo Governo Federal, foram priorizados programas e metas compatíveis com os eixos estratégicos do Planejamento Estratégico do MCTI, expressos na Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI), os quais estão alinhados com os Objetivos Estratégicos e Ações do Plano Nacional de Mineração – 2030, do MME. Essas condições asseguram à instituição a sua sustentabilidade enquanto organização pública que busca a valorização social dos bens, serviços e produtos que gera.

Portanto, os eixos estratégicos constantes neste capítulo alinham-se com aqueles do Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação do MCTI. Em cada eixo estratégico estão identificadas as linhas de ação e programas do CETEM. Esse alinhamento assegura ao gestor público e à sociedade constatar de que forma a instituição está comprometida e oferece sua contribuição aos eixos estratégicos do MCTI.

#### **Eixo Estratégico I: Expansão e Consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação**

**Linha de Ação 1:** Implementar mecanismos de inteligência competitiva e gestão do conhecimento no setor mínero-metalúrgico.

##### **Programas**

Estudos prospectivos: Estudos prospectivos do setor mineral visando subsidiar a formulação de políticas de governo e de investimentos.

Educação em tecnologia mineral: Promoção de ações relacionadas à educação e formação na área mineral.

Intercâmbio: Promoção de intercâmbios entre instituições, organizações públicas e privadas nacionais e internacionais.

#### **Eixo Estratégico II: Promoção da Inovação nas Empresas**

**Linha de Ação 1:** Desenvolver e otimizar processos de beneficiamento, metalurgia extrativa e reciclagem de bens minerais.

##### **Programas**

Minerais industriais: Otimização do desempenho funcional dos minerais industriais para segmentos industriais diversos.

**Meio ambiente e resíduo da produção mineral:** Realização de estudos voltados para gestão e a remediação dos impactos ambientais do setor mínero-metalúrgico e desenvolvimento de novas rotas de processamento para viabilização do aproveitamento econômico dos resíduos gerados.

**Computação científica aplicada:** Estudos de simulação, otimização e automação de processos na mineração.

**Linha de Ação 2:** Prospectar e realizar ações de PD&I em tecnologias emergentes aplicáveis ao setor mínero-metalúrgico.

### **Programas**

**Processos biotecnológicos:** Desenvolvimento e aplicação de processos biotecnológicos e tecnologias mais limpas (T+L) voltadas para a extração de elementos minerais e para a remediação da contaminação ambiental.

**Nanotecnologia:** Implementação de linhas de P,D&I em minerais nanoestruturados.

**Linha de Ação 3:** Suprir as necessidades de serviços tecnológicos no setor minerometalúrgico.

### **Programas**

**Materiais de referência certificados:** Estar entre os líderes nacionais na produção de materiais de referência certificados de amostras minerais.

**Normatização de ensaios e qualificação de produtos:** Criação de procedimentos operacionais padrão (POP's).

**Avaliação do ciclo de vida:** Promover melhorias tecnológicas, ambientais e energéticas da produção de bens minerais.

## **Eixo Estratégico III: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Áreas Estruturantes para o Desenvolvimento**

**Linha de Ação 1:** Executar atividades de pesquisa e de desenvolvimento científico e tecnológico orientadas para exploração de bens minerais em áreas sensíveis de interesse nacional.

### **Programa**

**Recursos minerais estratégicos:** Desenvolvimento de atividades de PD& I para o aproveitamento de minerais estratégicos do País, portadores de elementos tais como terras raras, lítio e carvão mineral.

## **Eixo Estratégico IV: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Recursos Naturais e Sustentabilidade**

**Linha de Ação 1:** Executar atividades de pesquisa e de desenvolvimento científico e tecnológico orientadas para exploração de bens minerais com foco na sustentabilidade.

## **Programa**

Recursos minerais da Amazônia, Pantanal, Serrado, Semiárido e/ou outras: Desenvolvimento de atividades de PD&I para o aproveitamento de recursos minerais nas regiões com foco na sustentabilidade.

## **Eixo Estratégico V: Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social**

**Linha de Ação 1:** Atuar na estruturação e na gestão tecnológica de arranjos produtivos locais de base mineral, núcleos regionais e de entidades associadas regionais.

### **Programas**

Rede de APL's: Disponibilização e disseminação da informação e conhecimento técnico e científico, a respeito dos aspectos econômicos, legais e políticos do setor mineral para MPEs do setor mínero-metalmúrgico.

Núcleos Regionais: Implantação de núcleos regionais avançados que atendam as necessidades do Centro.

Entidades Associadas: Implantação de entidades associadas que se enquadrem no atendimento da Portaria MCT n.º 613, de 23/7/2009.

**Linha de Ação 2:** Apoiar a transferência de tecnologias mineral e ambiental para pequenas e médias empresas com vistas ao desenvolvimento sustentável.

### **Programas**

Rochas ornamentais: Desenvolvimento de tecnologia de produção e uso para o melhor aproveitamento de rochas ornamentais e seus resíduos.

Gemas: Implementação de técnicas e análises laboratoriais voltadas para agregação de valor.

Resíduos industriais das cadeias produtivas dos minerais não ferrosos: Desenvolvimento de tecnologias para a geração de agregados (areia e brita) para a construção civil a partir de rejeitos de pedreira de brita ou de rochas ornamentais e, também, a partir da reciclagem de resíduos de construção e demolição (RCD)

## **Diretrizes**

### **Diretrizes de Operações, Pesquisa e Desenvolvimento**

**Diretriz 1** Disseminar o conhecimento científico e tecnológico gerado no CETEM.

### **Linhas de Ação**

Publicações: Incentivo ao aumento do número de publicações.

**Diretriz 2** Desenvolver projetos de pesquisa de cooperação nacional e internacional.

Linhas de Ação

Cooperações: Incentivo à cooperação nacional e internacional.

Redes de CT&I: Participação em redes de CT&I agrupando competências específicas.

**Diretriz 3** Desenvolver processos, técnicas, produtos e protótipos para atendimento das empresas do setor mínero-metalúrgico.

Linhas de Ação

Processos e Técnicas: Desenvolvimento de Processos, Técnicas e Produtos.

**Diretriz 4** Incrementar a quantidade de pedidos de patente e contratos de transferência de propriedade intelectual.

Linhas de Ação

Propriedade Intelectual: Efetivar o estabelecimento da cultura de proteção e da negociação da propriedade intelectual.

**Diretriz 5** Promover a inclusão social.

Linhas de Ação

Extensão e Difusão Tecnológica de Interesse Social: Promover a extensão e a difusão de tecnologia de interesse social.

**Diretriz 6:** Criar normas e procedimentos internos para realização de análises minerais e condução de processos.

Linhas de Ação

Certificação de processos e acreditação de laboratórios e ensaios: Implementação de sistema de gestão para certificação de processos e acreditação de laboratórios e ensaios.

Ensaio de proficiência: Execução de programas de ensaios de proficiência para análises minerais.

**Diretriz 7:** Consolidar o Núcleo Regional de Cachoeiro de Itapemirim (NR-ES).

Linha de Ação

Núcleo Regional: Conclusão das obras e inauguração do NR-ES, com o objetivo de atuar como centro de difusão regional de conhecimento e tecnologia mineral, em especial na área de rochas ornamentais.

## **Diretrizes de Organização e Gestão**

### ***Desenvolvimento Institucional***

**Diretriz 1** Revisar a arquitetura organizacional, abrangendo fluxo de processos e modelo de gestão.

#### **Linhas de Ação**

Capacitação e diagnóstico: Preparação de equipe interna para elaboração do diagnóstico organizacional.

Modelagem e Institucionalização: Proposição, aprovação e sedimentação do novo modelo organizacional.

**Diretriz 2** Adotar metodologias estruturadas para planejamento, desenvolvimento e controle de projetos e processos.

#### **Linhas de Ação**

Controle interno: Estabelecimento de política de controle interno de projetos e processos.

Escritório de projetos: Acompanhamento e avaliação da execução física e orçamentária dos projetos.

**Diretriz 3** Adotar práticas continuadas de melhoria de gestão em conformidade com os critérios do Programa Nacional da Qualidade.

#### **Linhas de Ação**

Gestão pela qualidade: Adoção de práticas continuadas de gestão da qualidade.

Gestão de informações: Adoção de práticas continuadas de gestão de informação.

**Diretriz 4** Implementar as ferramentas de gestão da inovação.

#### **Linhas de Ação**

Inovação tecnológica: Priorizar o uso de recursos próprios para projetos com grande potencial inovador.

Assessoria em propriedade intelectual e transferência de tecnologia: Aprimorar mecanismos internos de gestão e implementar a articulação com o NIT-Rio.

**Diretriz 5** Promover a imagem institucional.

#### **Linhas de Ação**

Imagen institucional: Avaliação da imagem institucional.

Divulgação institucional: Promoção da divulgação institucional.

### ***Recursos Humanos***

**Diretriz 6** Capacitar, treinar e propor uma nova política de gestão de recursos humanos do CETEM.

#### Linhas de Ação

Capacitação e treinamento: Desenvolvimento de capacitação interna e implementação de programas de treinamento.

Comportamento organizacional e conhecimento: Melhoria continuada da política de gestão de recursos humanos.

**Diretriz 7** Ampliar e ajustar o quadro de colaboradores do CETEM.

#### Linhas de Ação

Dotação de pessoal: Realização de ações que adéquem o quadro de colaboradores às atuais necessidades da instituição por meio de contratações temporárias ou outros meios tidos como legais.

### ***Recursos Financeiros***

**Diretriz 8** Aprimorar o processo de planejamento e execução orçamentária.

#### Linhas de Ação

Captação de recursos financeiros: Promoção de ações visando o aumento da internalização de recursos.

Execução orçamentária: Totalização da execução orçamentária.

### ***Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)***

**Diretriz 9** Ampliar a oferta de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

#### Linhas de Ação

Políticas de TIC: Definições das políticas de utilização de serviços em TIC, assim como dos níveis de segurança relacionados.

Modernização da Plataforma de TIC: Realização de ações que ofereçam uma infraestrutura capaz de atender às necessidades da Instituição.

### ***Infraestrutura***

**Diretriz 10** Ampliar e modernizar a infraestrutura física e instrumental.

#### Linhas de Ação

Adequação e Modernização das Usinas Piloto: Promoção de ações visando à reforma, organização e modernização das instalações das usinas piloto.

Utilidades: Adequação e modernização dos serviços de fornecimento de ar condicionado, energia, tratamento de efluentes, sistema de exaustão e tratamento de gases.

Segurança Patrimonial: Investimento em ações que contemplem a melhoria do sistema de segurança patrimonial da instituição.

## **II. Temas e Projetos Estruturantes - Demonstração da Vinculação do Plano da Unidade.**

Considerando os eixos estratégicos da Estratégia Nacional em Ciência, Tecnologia e Inovação do MCTI e as linhas de ação do PDU 2011-2015 do CETEM, apresentam-se a seguir 11 linhas de ação que identificam a atuação do Centro. Do Quadro abaixo, se pode verificar que a atuação do CETEM se insere nos principais desafios mundiais, que foram identificados no documento final do Ano Internacional do Planeta Terra, o qual foi aprovado pela Organização das Nações Unidas (ONU) e, em consonância, são considerados como prioritários pelo Governo Brasileiro. O quadro resume e destaca as linhas de ação que podem ser consideradas de impacto nacional, estando, portanto, inseridas como temas estruturantes do Centro.

DESAFIOS NACIONAIS		LINHAS DE AÇÃO DO PDU 2011-2015		
Água	Meio ambiente e resíduos da produção mineral Processos biotecnológicos			Estudos prospectivos
Energia		Recursos minerais estratégicos		Estudos prospectivos
Emprego e Renda		Recursos minerais da Amazônia, do Nordeste e do Semiárido	Rede de APL's de base mineral	Educação em tecnologia mineral
Alimentos	Agrominerais			Estudos prospectivos
Habitação		Rochas ornamentais  Resíduos industriais das cadeias produtivas dos minerais não ferrosos e não metálicos e da construção e demolição		

De forma a alinhar as principais atividades de P,D&I do CETEM nos próximos cinco anos com as atividades previstas no Programa 9 – Energia e Recursos Minerais do Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação 2011-2015 (PACTI-II) do MCTI, bem como com as Diretrizes para Minerais Estratégicos, estabelecidas no Plano Nacional de Mineração (PNM-2030) do MME, dentre os temas estruturantes anteriormente mapeados, foram identificados pelo Centro dois temas considerados como base para definição de Projetos Estruturantes que nortearão o foco principal de atuação da instituição para: Recursos Minerais Estratégicos para uso em Produtos de Alta Tecnologia e Agrominerais.

Alguns minerais são considerados estratégicos devido, por exemplo, ao seu uso e aplicação, à posição de dependência do país relativo às importações ou à significância do material para a balança comercial do país. Dentre esses materiais, destacam-se aqueles que crescerão em importância nas próximas décadas em função de sua aplicação em produtos de alta tecnologia como, por exemplo, os minerais que contém elementos terras-raras, lítio e silício. Por outro lado, os agrominerais desenvolvidos com matérias primas nacionais terão importância estratégica para a diminuição da dependência de fertilizantes importados e para aumentar a sustentabilidade da agricultura nacional.

**Projeto Estruturante 1:** Recursos Minerais Estratégicos contendo Elementos Terras-Raras (ETR) e Lítio para uso em Produtos de Alta Tecnologia.

O Brasil, atualmente, não tem lavra tampouco produz elementos e compostos de terras raras, sendo totalmente dependente da importação. Há várias reservas e fontes alternativas associadas às terras raras no Brasil. Entretanto se faz necessário retomar o desenvolvimento e a otimização de processos de beneficiamento, concentração, extração e separação hidrometalúrgica, de modo a viabilizar a sua exploração. Nesse sentido é de interesse que sejam retomados os mecanismos que se utilizem de cooperação técnico-científica nacional e internacional. A utilização de outros mecanismos como a parceria público-privada pode alavancar os nichos e as oportunidades para a produção no País, de produtos de alta tecnologia empregando compostos de terras-raras.

Em paralelo ocorre adicionalmente uma elevada demanda por minerais de lítio, causada, principalmente, pelo uso crescente de baterias recarregáveis em dispositivos portáteis. A despeito da pressão exercida pelos setores automotivos e de eletro-eletrônicos, ainda se necessita investir em pesquisa e atualização tecnológica dos processos de produção de lítio no País, a fim de melhor aproveitar as fontes dos minérios carreadores de lítio e reduzir custos de produção de sais precursores de elevada pureza. É desejável que o País estabeleça ações de cooperação técnico-científica internacional no segmento dedicado à obtenção de produtos de alta tecnologia, a exemplo da fabricação de baterias automotivas a base de lítio.

**Programa 1:** Desenvolver e otimizar processos de beneficiamento, concentração, extração e separação hidrometalúrgica de Elementos Terras-Raras (ETR).

**Meta 1:** Participar de estudo para implantação de uma cadeia produtiva de imãs de Terras Raras no Brasil, mais especificamente desenvolvendo atividades relacionadas às etapas de caracterização tecnológica, beneficiamento e proposição de rotas hidrometalúrgicas para obtenção de óxidos de terras raras, a partir de concentrado de monazita.

**Meta 2:** Realizar estudo de prospecção e avaliação de novas ocorrências.

**Meta 3:** Realizar caracterização mineralógica e tecnológica das fontes alternativas de terras-raras.

**Meta 4:** Realizar estudos de beneficiamento, concentração, extração hidrometalúrgica, separação e obtenção de óxidos de elevada pureza.

**Programa 2:** Desenvolver e otimizar novas rotas tecnológicas para a produção de lítio e seus compostos.

**Meta 1:** Produzir LiOH.H<sub>2</sub>O diretamente pela rota alcalina.

**Meta 2:** Purificar o carbonato de lítio.

**Meta 3:** Caracterizar e recuperar lítio a partir das águas-mães de salinas.

**Meta 4:** Realizar estudos tecnológicos para o aproveitamento integral dos pegmatitos litiníferos: espodumênio, quartzo, feldspato e mica.

### **Projeto Estruturante 2: Agrominerais.**

Os recursos minerais utilizados na fabricação de fertilizantes, os agrominerais, também podem ser considerados estratégicos para o País. Os solos brasileiros precisam de nutrientes para manter a produtividade do setor agrícola, e a biodiversidade nacional permite aproveitar diversas rochas como fontes alternativas e condicionadores de solo para alcançar padrões de fertilidade compatíveis com as necessidades regionais, promovendo mecanismos sustentáveis de desenvolvimento econômico e ambiental. Para exemplificar, a dependência externa relativa a potássio, nitrogênio e fósforo é, respectivamente, da ordem de 90%, 70% e 50%, uma fragilidade que precisa ser superada. O desenvolvimento de novos produtos derivados de matérias primas nacionais deverá ser associado com as demandas regionais onde estes produtos serão desenvolvidos, necessitando de formação de recursos humanos e aprimoramento da infraestrutura laboratorial.

**Programa 1:** Desenvolver Projetos de P,D&I para o desenvolvimento de rotas tecnológicas alternativas de uso de agrominerais ou de resíduos da industrial mineral para a produção de corretivos de solo e de fertilizantes.

**Meta 1:** Caracterizar e beneficiar cinco rochas e minerais industriais para utilização como fertilizantes de liberação lenta. O estudo contempla o uso de verdete, amazonita, serpentinito e alguns feldspatos como fonte de potássio, bem como o desenvolvimento de rotas de processamento dos referidos materiais.

**Meta 2:** Definir duas rotas sobre o aproveitamento de rochas fosfáticas, minérios pobres ou rejeitos das minas de fosfatos. Serão estudadas melhorias nos processos de beneficiamento

atualmente utilizados, visando aproveitamento de minérios de baixo teor ou rejeitos, como dos depósitos de Itataia, Tapira e Catalão.

**Meta 3:** Definir uma rota hidrometalúrgica para a aplicação do resíduo gerado no corte de blocos de rochas ornamentais provenientes do estado do Espírito Santo como fonte alternativa para produção de fertilizantes potássicos.

**Meta 4:** Realizar dois estudos visando à aplicação de processos biotecnológicos para viabilizar o emprego de fontes alternativas minerais na obtenção de fertilizantes, incluindo resíduos de corte de rochas ornamentais provenientes do estado do Espírito Santo e rochas (verdete e alguns feldspatos).

**Segue abaixo o quadro com os principais objetivos estratégicos para o exercício de 2013, pactuados junto ao MCTI através do TCG / 2013.**

Indicadores	Total no ano		
		Pactuado	Realizado
<b>Físicos e Operacionais</b>	<b>Unidade</b>		
1 - IGPUB – Índice Geral de Publicações	Pub/téc	1,50	1,63
2 - IPUB – Índice de Publicações	Pub/téc	0,17	0,31
3 - PPACI – Programas, Projetos e Ações de Cooperação Internacional	Nº	6	10
4 - PPACN – Programas, Projetos e Ações de Cooperação Nacional	Nº	27	25
5 - PctD – Índice de Processos e Técnicas Desenvolvidas	Nº/téc	0,90	1,42
ICPC – Índice de Cumprimento de Prazos de Contrato	%	93,0	97,4
6 - IFATT – Índice Financeiro de Atendimento e Transferência De Tecnologia	R\$/téc	70.000	85.166
7 - APME – Apoio a Micro, Pequena e Média Empresas	%	35	35
8 - IPIn – Índice de Propriedade Intelectual	Nº Ped/téc	0,06	0,09
<b>Administrativo-Financeiros</b>			
1 - APD – Aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento	%	25	27
2 - RRP – Relação entre Receita Própria e OCC	%	50	60
3 - IEO – Índice de Execução Orçamentária	%	100	93
<b>Recursos Humanos</b>			
1 - ICT – Índice de Investimento em Capacitação e Treinamento	%	2,00	2,30
2 - PRB – Participação Relativa de Bolsistas	%	40	43
3 - PRPT – Participação Relativa de Pessoal Terceirizado	%	50	51
<b>Inclusão Social</b>			
1 - IDTIS – Indicador de Difusão Tecnológica de Interesse Social	Nº	40	95

## SINTESE DAS REALIZAÇÕES MARCANTES 2013 - TCG

Os principais acontecimentos com a participação direta ou indireta do CETEM, bem como os resultados obtidos pela instituição, ao longo do ano de 2013 são apresentados a seguir.

### A) Resultados Positivos da Gestão:

O CETEM fez-se presente em importantes debates ocorridos no Congresso Nacional. O Diretor participou de audiência pública no Senado sobre terras raras, e o Diretor-substituto esteve em seminário no Conselho de Estudos Estratégicos da Câmara, dedicado também a terras raras, ambos

no primeiro semestre. O Diretor fez apresentações em audiências públicas na Comissão Especial de Mineração, na Câmara dos Deputados, que está analisando a proposta do Governo para o novo marco legal da mineração. Uma das apresentações foi feita em agosto, sobre tecnologia mineral e a outra, em outubro, sobre minerais estratégicos.

Como desdobramento, no dia 22 de outubro, o CETEM recebeu a visita do presidente e do relator da Comissão Especial de Mineração, que perceberam a necessidade de fortalecer o Centro e incluíram no Art. 68 do substitutivo a proposta para o CETEM para receber 2% da arrecadação da CFEM, os *royalties* da mineração, para aplicação em atividades de pesquisas, estudos e projetos de tratamento, beneficiamento e industrialização de bens minerais. Se aprovada a proposta, que deverá ir ao Plenário no primeiro trimestre de 2014, o CETEM passará a ter um papel muito mais significativo no desenvolvimento de tecnologia mineral no País.

Novos servidores ingressaram no CETEM por conta dos concursos públicos realizados em 2012 e passaram a fazer parte do quadro da instituição, em 2013. São 41 novos servidores, sendo: um Pesquisador, um Assistente de Pesquisa, dois Tecnologistas, 11 Técnicos e 26 Assistentes em C&T.

Em março, o diretor, os coordenadores e chefes de serviços participaram do curso de *Negociação e Gestão de Conflitos*, com duração de 20 horas, no Ibmecc. O curso atendeu à demanda evidenciada na avaliação do GesPública, que apontou a necessidade de capacitar os gestores para negociação do plano de trabalho e metas individuais. Além disso, foi oferecido, em agosto e novembro, o curso *Critérios de Avaliação com a finalidade de desenvolver o Gespública*, com o objetivo de capacitar o diretor, coordenadores, chefes de serviços e servidores do Centro a autoavaliar sistemas de gestão de organizações, segundo os Critérios de Excelência, e proporcionar um nível diferenciado de compreensão sobre gestão organizacional. O curso contou com a participação de 25 servidores na turma de agosto e 23 servidores na turma de novembro.

O CETEM vem inserindo critérios sustentáveis em suas rotinas administrativas, com vistas a mudanças de conduta dos servidores e colaboradores da Instituição. O Plano de Logística Sustentável do CETEM, datado de maio de 2013, elencou uma série de medidas, que estão sendo gradativamente incorporadas como economia e uso racional da água, energia elétrica, entre outros. Com isso, já houve uma redução em 2013, com respeito a 2012, de 33% no consumo de água e 7%, no de energia elétrica. O Projeto Sala Verde do CETEM foi um dos 100 selecionados em todo o Brasil para receber a chancela concedida pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA). O projeto apresentou como proposta a criação de um espaço de convivência, lazer e bem-estar comunitário, destinado a inserção, educação e a formação de cidadãos que tenham consciência do seu papel frente aos problemas ambientais do País e do mundo.

O MCTI formalizou na Portaria n.º 292, de 28 de março de 2013, a implantação pelo CETEM de seu primeiro Núcleo Regional (NR), construído em Cachoeiro de Itapemirim-ES, em terreno cedido pela prefeitura local. Até o momento, o MCTI investiu cerca de R\$ 8 milhões na edificação, cuja área é de 1500 m<sup>2</sup>, aquisição de equipamentos e custeio. A completa ocupação, bem como a inauguração do prédio acontecerá no primeiro semestre de 2014, deixando as instalações vizinhas do Instituto Federal do Espírito Santo, onde ocupa dois laboratórios há seis anos. A equipe que atua no NR-ES conta com 25 colaboradores, entre servidores, concursados em 2009, e bolsistas.

O Programa Materiais de Referência Certificados (PMRC) foi auditado no final de julho pelo *Bureau Veritas Certification* (BVC), que constatou que o sistema de gestão do CETEM permanece em conformidade com os requisitos da ABNT NBR ISO 9001:2008.

Deu-se atenção especial à comunicação. O informativo externo eletrônico do CETEM alcançou 4.500 destinatários, contra 500 ao final de 2012. O Centro tem agora uma coluna para artigos na revista Mineração & Sustentabilidade.

### **B) Gestão da Inovação Tecnológica**

O MCTI formalizou na Portaria n.º 292, de 28 de março de 2013, o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) na estrutura do CETEM, vinculado à Coordenação de Gestão, Planejamento e Inovação (CPGI).

No ano de 2013, o CETEM, através do NIT-Rio, encaminhou ao INPI três novos pedidos de privilégio de invenção e recebeu duas cartas patentes. Além disso, dois pedidos de patentes foram encaminhados para depósito internacional via PCT (Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes).

Em novembro, o CETEM publicou o Edital 002/2013 para licenciamento de tecnologia, com o objetivo de selecionar empresa para uso e exploração de tecnologia aplicável ao setor de rochas ornamentais. Como resultado, uma empresa manifestou interesse em participar do processo seletivo. Com o objetivo de disseminar a cultura da inovação, o NIT do CETEM promoveu, em novembro, o curso *Gestão da Inovação*, de seis horas, para vinte e cinco servidores. Em parceria com o NITRio, a empresa INVENTTA foi contratada para a realização de prospecção mercadológica, visando à inserção de tecnologias no mercado. A tecnologia selecionada pelo CETEM foi “Processo de utilização de finos de granito na composição do asfalto”.

### **C) Novas Parcerias**

O CETEM e a Associação Gemológica Alemã celebraram acordo de cooperação técnica para realização de atividades de P,D&I na área de pesquisas gemológicas. Em janeiro, a Votorantim Metais, técnicos do BNDES e da FAPERJ realizaram reunião com representantes do CETEM para discutir a possibilidade de investimentos e apoio financeiro para a continuação de projetos de pesquisa da Votorantim realizados na Instituição. Atualmente, são desenvolvidos projetos que visam à recuperação de níquel contido em rejeitos, por flotação e/ou biolixiviação, além do aproveitamento de minérios de baixos teores, ora sem aproveitamento.

Em março, recebeu delegação do grupo Lhoist, sediado na Bélgica, e de especialistas brasileiros da subsidiária Mineração Belocal para identificar áreas comuns de interesse. Em setembro foi firmado acordo de cooperação para desenvolvimento do primeiro projeto, o qual está em curso. A Lhoist tem cerca de seis mil empregados e minas em vários países da Europa e da América, inclusive no Brasil. É produtora de minerais industriais, especialmente para a indústria siderúrgica.

### **D) Produção Técnico-Científica**

No que tange à produção técnico-científica do CETEM durante o ano de 2013, além dos documentos que compõem os indicadores de desempenho institucionais IPUB, IGPUB, PCTd, APE e IPIn, merecem destaque: “O Brasil e a Reglobalização da Indústria das Terras-Raras”, livro de autoria do pesquisador emérito do CETEM Francisco Lapido-Loureiro, editado pelo pesquisador Ronaldo Santos, e os Anais do “IV Congresso Brasileiro de Rochas Ornamentais”, tendo como um dos editores o pesquisador Francisco Wilson Hollanda Vidal.

### **E) Eventos Internos**

A III Jornada Interna do Programa de Capacitação Institucional (PCI) resultou em vinte e oito trabalhos científicos, mostrando os avanços da pesquisa realizada pelos bolsistas PCI. O evento realizado em março contou, pela primeira vez, com a participação de avaliadores externos ao CETEM, provenientes da academia e das empresas de mineração.

A primeira reunião do Conselho de Competitividade da Mineração do Plano Brasil Maior, realizada fora de Brasília, foi sediada pelo CETEM, em abril, e contou com a presença de representantes do Governo (MME, MCTI, MPOG, MDIC, ABDI e BNDES), bem como de representantes da indústria mineral, associações e empresas.

Em julho de 2013, a XXI Jornada de Iniciação Científica contou com a apresentação de quarenta e três trabalhos dos bolsistas. Na avaliação houve a participação de representantes de diversas áreas de conhecimento (engenharias, química, física e biologia) aplicadas à tecnologia mineral.

Em agosto, o CETEM sediou a reunião de instalação da Comissão de Estudos de Pérolas, que faz parte do Comitê Brasileiro de Gemas, Joias e afins (CB-33), da ABNT.

O evento internacional intitulado Sustentabilidade 2013, realizado em outubro, reuniu especialistas do Brasil e do exterior que debateram vários temas, dentre estes: a mineração do futuro, mineração em terras indígenas e fronteiriças, indicadores e metodologias de medição da sustentabilidade da atividade de mineração, soluções de conflitos gerados pela atividade extractiva, além de tecnologias e processos sustentáveis. O evento foi integralmente transmitido online registrando-se quatrocentos acessos do Brasil e do exterior. Houve também duas conferências internacionais realizadas via Skype, dos EUA e da Alemanha.

O II Seminário Brasileiro de Terras Raras, realizado em novembro, reuniu especialistas de todo o Brasil, da academia e das empresas, para apresentações e debates sobre a cadeia de produtos à base de terras raras no Brasil. Participaram também da organização do evento a SETEC/MCTI e a SGM/MME. O evento foi transmitido *online*, tendo sido contabilizados cerca de quinhentos acessos remotos.

O I Primeiro Seminário de *Tecnologias de Rochas Ornamentais do CETEM-ES* teve como objetivo apresentar os trabalhos na área de rochas ornamentais desenvolvidos pela equipe do Núcleo Regional do Espírito Santo (NR-ES) em dois eventos (*I Seminário de Tecnologias de Rochas Ornamentais do CETEM-ES* e *Seminário Interno de Engenharia de Minas do Instituto Federal do Espírito Santo*), que aconteceram em dezembro no IFES, campus Cachoeiro de Itapemirim.

#### ❖ Palestrantes Externos:

O CETEM recebeu, em fevereiro, a visita de representantes das Unidades de Negócios do Grupo Votorantim Metais (VMetais Zinco e Níquel). A delegação foi liderada por Alexandre Gonzaga de Magalhães Gomes, Diretor de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Grupo. Após visita e reunião da delegação com os membros da diretoria do Centro, Alexandre Gomes proferiu uma palestra com foco no plano estratégico do Grupo, no tocante às ações de PD&I, a serem realizadas nos próximos cinco anos, dentre as quais já se inclui o desenvolvimento de alguns projetos ora em curso no CETEM.

Geólogo Seppo Leionen, do Serviço Geológico da Finlândia, apresentou em abril, trabalho sobre mineração na Finlândia.

Gerente de projetos da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), Miguel Nery, apresentou, em abril, as medidas e metas do Plano Brasil Maior: Inovar para competir. Competir para crescer.

Coordenador de negócios do INT, Vicente Landim de Macêdo Filho, proferiu palestra no Centro, sobre a EMBRAPII, em setembro.

#### ❖ Visitas Técnicas

Cinco funcionários da Petrobras que atuam no Peru e no Brasil participaram de treinamento em temas relacionados com o biotratamento de solos afetados por resíduos oleosos e realizaram visita técnica às dependências do CETEM.

Professor de disciplina Rochas Ornamentais do curso de Geologia da Univ. Federal do Espírito Santo (UFES), Dr. Paulo Fortes, visitou o Núcleo Regional do Espírito Santo (NR-ES), para realização de ensaios de caracterização tecnológica.

Pesquisadores do CSIRO (*The Commonwealth Scentific and Industrial Organization*), instituição de pesquisa do governo australiano, realizaram visita técnica, seguida de reunião.

Estudantes de mestrado da Universidade de Santiago do Chile (UDE Santiago) discutiram sobre possíveis projetos de pesquisa a serem desenvolvidos em conjunto com a Fundação Chile.

Estudantes de mestrado da Universidade John Hopkins, do curso de Energia, Recursos e Meio Ambiente, conheceram as instalações do CETEM.

#### F) Participação em Eventos (Feiras, Congressos e Seminários)

- **Seminário da Câmara Brasileira de Construção**, Brasília/DF, março - Pesquisadora apresentou o Inventário de Ciclo de Vida de Rochas Ornamentais (ACV), que foi finalizado pela equipe de Cachoeiro de Itapemirim.
- **Reunião no CETEMAG**, Cachoeiro do Itapemirim/ES, abril - Três pesquisadores estiveram na reunião cujo objetivo foi discutir o andamento, resultados obtidos e etapas a serem realizadas do projeto *Melhorias Tecnológicas Ambientais e Energéticas da Produção de Rochas Ornamentais*.
- **I Simpósio de Atualização Científica de Santo Amaro (ISACSA)**, Santo Amaro/BA, maio - o CETEM apresentou o Plano de Ação, executado pelo Centro, que foi definido com a contribuição de pesquisadores que participaram do Seminário Santo Amaro, realizado no CETEM em 2012.
- **36.<sup>a</sup> Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Química (RASBQ)**, Águas de Lindóia/SP, maio - Duas colaboradoras apresentaram trabalhos.
- **40 anos do SINDIROCHAS**, Vitória/ES, junho - Pesquisador do CETEM esteve presente no evento.
- **II Seminário sobre Inovação em Geologia, Mineração e Transformação Mineral (Inovamin)**, Brasília/DF, junho - Evento organizado pelos SETEC, SGM, CETEM e ABDI que abordou questões referentes aos programas e ações governamentais no apoio a P,D&I nas empresas. O diretor do CETEM expôs a experiência do Centro em trabalhos cooperativos de PD&I. Mais dois pesquisadores da instituição estiveram presentes.
- **36.<sup>a</sup> Reunião da ISO/REMCO**, Sydney/Austrália, junho - Pesquisadora fez parte da delegação brasileira. Essa participação contribuiu para maior visibilidade do CETEM como única

instituição de pesquisa nacional na produção de materiais de referência de amostras minerais, acreditado pelo Cgcre/Inmetro.

- **PASTE 2013**, Belo Horizonte/MG, junho - Pesquisador representou o CETEM em busca de contatos e parcerias na área de produção de pastas e sólidos densos por espessamento.
- **65.<sup>a</sup> Reunião Anual da SBPC**, Recife/PE, julho - duas servidoras e um pesquisador, auxiliados por seis monitores da UFPE, atuaram como expositores em estande institucional, montado no pavilhão da EXPOT&C.
- **Semana de Engenharia de Minas (SEMINAS IFES) e IX Encontro Nacional dos Engenheiros de Minas (IX ENGMINAS)**, Cachoeiro de Itapemirim/ES, julho - CETEM ofereceu dois minicursos nas áreas de tratamento de minérios e de lavra e beneficiamento de rochas ornamentais.
- **IV Seminário Comemorativo ao Dia Nacional do Garimpeiro**, Picuí/PB, julho - Seminário que reuniu cerca de trezentas pessoas, entre elas um coordenador do CETEM, autoridades locais, representantes do Sebrae, CDRM/PB, Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e Pesca – SEDAP, SUDEMA, Projeto Cooperar, Rede APL de Base Mineral, UFCG, IFPN (Picuí e Campina Grande) e SENAI.
- **FIPP 2013 (Feira Internacional de Pedras Preciosas)**, Teófilo Ottoni/MG, agosto - Pesquisador do CETEM em parceria com a Univ. Estadual de Minas Gerais prestou serviço de identificação para visitantes e expositores.
- **36.<sup>a</sup> Feira Internacional do Mármore e Granito - Cachoeiro Stone Fair**, Cachoeiro do Itapemirim/ES, agosto - no estande institucional, o CETEM mostrou o rebolo ecobrasivo e dois possíveis usos de resíduos de rochas ornamentais, ambas as tecnologias desenvolvidas por pesquisadores do CETEM.
- **IV Congresso Brasileiro de Carvão Mineral**, Gramado/RS, agosto - O CETEM montou um estande e participou do evento com a apresentação de três trabalhos. O evento foi organizado pelo SACT – Centro Tecnológico de Carvão Limpo e pela Rede de Carvão e reuniu cerca de trezentos participantes do Brasil e do exterior.
- **Semana Nacional de C&T**, Rio de Janeiro/RJ, outubro - três servidoras e sete bolsistas atuaram como expositores em estande institucional montado no Parque de Madureira.
- **XXV ENTMME**, Goiânia/GO, outubro - CETEM montou estande institucional, apresentou vinte e cinco trabalhos e instituiu e entregou pela primeira vez o prêmio, um diploma, *Tecnologia Mineral*, que homenageou nesta edição o Pesquisador Emérito do CETEM, Francisco Lapido-Loureiro, aos dois melhores trabalhos que se destacaram na edição anterior do evento, XXIV ENTMME. Ressalta-se que o prêmio é destinado a trabalhos em que o CETEM não tenha participação na sua elaboração.
- **Simpósio da APCOM - Aplicações de Computadores e Pesquisa Operacional na Indústria Mineral**, Porto Alegre/RS, novembro - Pesquisador integrou comitê do evento.
- **Flotation 2013**, Cidade do Cabo/Africa do Sul, novembro - Pesquisador apresentou trabalho.

## G) Importância do PCI

O Programa de Capacitação Institucional (PCI) é fundamental para o fortalecimento institucional no que diz respeito ao desenvolvimento tecnológico e à promoção da inovação dos nossos processos e serviços, uma vez que supre a carência de profissionais ocasionada pelas dificuldades de reposição e ampliação do quadro de pessoal técnico especializado do Centro. Pode-se afirmar que o Programa PCI continua sendo essencial às atividades do CETEM. Cabe ressaltar que, em 2013, os bolsistas PCI contribuíram decisivamente para o cumprimento de metas pactuadas no TCG e parte deles participou voluntariamente de eventos de popularização da ciência, como reunião da SBPC, Semana Nacional de C&T, entre outros.

Destaque merece ser dado à elaboração do programa intitulado *Programa de Capacitação Institucional em Projetos Estruturantes: Inovação e Competitividade da Indústria Mineral*, que rege o PCI 2013-2015 e favorece o alinhamento entre os objetivos do Programa e a estratégia de atuação institucional explicitada no PDU 2011-2015. Destaca-se, ainda, elaboração de documento, amplamente divulgado, destinado a selecionar bolsistas PCI e formar um banco de currículos para futuras oportunidades. A primeira e segunda chamada de bolsistas atraíram oitenta e quatro candidatos. Atualmente a instituição conta com trinta bolsistas.

## H) Prêmios

Ao longo do ano o CETEM recebeu três prêmios. São eles:

**Prêmio de Excelência da Indústria Minero-metalúrgica Brasileira** - O projeto *Coberturas Secas*, realizado pelo CETEM em parceria com a Carbonífera Criciúma S.A., conquistou o referido prêmio conferido pela Revista Minérios & Minerales.

**Prêmio Celso Ferraz de Economia Mineral** – O pesquisador do CETEM Francisco Mariano R. S. Lima venceu a primeira edição do Prêmio Celso Ferraz de Economia Mineral, promovido pela revista Brasil Mineral e Signus Editora, com patrocínio da Cia. Brasileira de Metalurgia e Mineração, com o trabalho intitulado “*A formação da mineração urbana no Brasil: reciclagem de resíduos de construção e demolição e a produção de agregados*”.

**Biodisponibilidade de metais em MP10 da região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro (RMC RJ)** foi premiado como o melhor trabalho em pôster do XVII ENQA – Encontro Nacional de Química Analítica.

Como compromisso de estabelecer políticas de controle de risco, frente a realização dos principais objetivos estratégicos, o CETEM possui a meta 23M da diretriz 2 de Desenvolvimento Institucional pactuada no TCG que visa garantir a implementação de níveis de autoridade e responsabilidade com as metas institucionais.

Em 2013, como resultado para esta meta o CETEM reestruturou o seu regimento interno, implementou as Políticas de Gestão de Desempenho dos servidores (GDACT) e de monitoramento e acompanhamento das metas das coordenações através das reuniões da diretoria executiva e técnica, as quais são registradas através das atas das reuniões.

Com estas ações, o Centro no intuito de avaliar as soluções e práticas de gestão implementadas, submeteu um relatório ao Gespública, que utilizando o Modelo de Excelência e Gestão de 250 pontos (MEG), avaliou as práticas adotadas e, com base no resultado deste relatório, foi criado o Plano de Melhorias de Gestão do CENTRO.

---

## 2.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

---

Os resultados alcançados pela execução das ações planejadas pelo CETEM para o ano de 2013, podem ser verificados através do Quadro de Acompanhamento de Execução das metas estabelecidas no Plano Diretor da Unidade (PDU 2011-2015), apresentado a seguir, e que faz parte do Relatório Anual do Termo de Compromisso de Gestão (TCG 2013) encaminhado para a SCUP/MCTI.

Quadro 1- Acompanhamento de Execução das Metas do PDU 2011-2015

## 1.1 - Eixos Estratégicos

Eixo Estratégico I: Expansão e Consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação

Linha de Ação 1: Implementar mecanismos de inteligência competitiva e gestão do conhecimento no setor minero-metalmúrgico.

Programas	Nº da Meta	Meta	Horizonte	Indicador	Execução													
					2011		2012		2013		2014		2015					
					Previsto	Realizado												
Estudos Prospectivos	1M	Realizar um estudo de prospecção tecnológica na área mineral para conhecer as novas demandas e entares do setor para os próximos 5 anos.	dez/12	número	1	1												
	2	Liderar a realização de 1 estudo prospectivo relativo aos agrominerais e seus usos na produção de biocombustíveis líquidos, atividade que será consolidada com o lançamento de um livro sobre "Agrominerais para o Brasil".	dez/11	número	1	1												
	3	Liderar a realização de 10 estudos sobre Grandes Minas e APL de base mineral e seus impactos para a comunidade local. Estudo de caso de 10 grandes minas em operação no Brasil e seus efeitos e benefícios para as comunidades locais e arredores (aspectos sociais, econômicos, ambientais e de qualidade de vida)	dez/12	número	5	10	5	5										
	4	Desenvolver relatório com a definição de indicadores para avaliação regional da mineração na perspectiva da sustentabilidade. Avaliar os aspectos sociais, econômicos, ambientais e de qualidade de vida) da atividade mineral por regiões do país	dez/12	número	0,5	0,8	0,2	0,2										
Educação em Tecnologia Mineral	5M	Desenvolver ações voltadas à educação na área mineral	dez/15	%	20	20	20	10	30	30	20		20					
Intercâmbio	6	Promover o intercâmbio institucional nacional e internacional	dez/15	%	20	20	20	20	20	20	20		20					

Eixo Estratégico II: Promoção da Inovação nas Empresas

Linha de Ação 1: Desenvolver e otimizar processos de beneficiamento, metalurgia extrativa e reciclagem de bens minerais.

Programas	Nº da Meta	Meta	Horizonte	Indicador	Execução									
					2011		2012		2013		2014		2015	
					Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Minerais Industriais	7(*)	Realizar 2 estudos sobre o desenvolvimento tecnológico do setor da cerâmica vermelha. Atuar na caracterização dos insumos (especialmente argilominerais), para a sua melhor utilização, bem como prover apoio tecnológico aos pequenos produtores e às associações produtivas dos estados de Sergipe e do Piauí.	dez/15	número	0,8	0,8	0,2	0,2	XXXXXXXXXX					
Meio Ambiente e Resíduos da Produção Mineral	8	Desenvolver 7 rotas de processamento para viabilização técnico-económica para o reuso dos resíduos gerados na produção mineral, dentre eles: resíduo da lixiviação em pilha do minério de cobre intemperizado, rejeitos de flotação dos processos de produção de sulfetos minerais de cobre e níquel, rejeitos da produção de carvão mineral para a produção de pigmentos à base de óxidos de ferro, extração de alumínio do resíduo das estações de tratamento d'água e recuperação de metais preciosos e terras raras a partir de sucatas das indústrias eletro-eletônicas.	dez/15	número	1	1	1	1	2	2	1	2		
	9	Realizar 4 estudos voltados para a redução dos impactos ambientais resultantes da exploração e uso do carvão mineral. Deseja-se otimizar o processo de beneficiamento, de modo a reduzir os impactos causados por esse processamento, com especial atuação nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e realizar ensaios preliminares de síntese de fases zeolíticas em sistemas abertos, a partir de cinzas de carvão com o objetivo de se remover manganês de soluções aquosas por processos de sorção.	dez/15	número	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8		
	10	Realizar 2 estudos de avaliação dos impactos ambientais associados aos metais pesados. Atenção especial será dada ao mercúrio, diretamente ligado às atividades garimpeiras.	dez/15	número	0,3	0,3	0,5	0,6	0,3	0,3	0,4	0,4		
	10A	Realizar 2 estudos de avaliação ecotoxicológica dos impactos ambientais associados a effluentes, rejeitos e passivos da indústria minero-metalúrgica	dez/15	número	XXXXXXXXXX				1	1	0,5	0,5		
	10B	Realizar 2 estudos de avaliação ecotoxicológica da qualidade das águas de bacias hidrográficas impactadas por ações antropicas.	dez/15	número	XXXXXXXXXX				1	1	0,5	0,5		
	11	Realizar 1 estudo de simulação e otimização de processos minerais por ano. Serão tomados como estudo de caso processos que carecem de melhorias nas suas operações unitárias, especialmente aqueles com necessidade de redução da demanda de energia (ex.: otimização da	dez/15	número	1	3	1	3	1	1	1	1		
Computação Científica Aplicada	12	Implantar a automação de 1 circuito de processamento mineral. A automação de circuitos de beneficiamento propicia maior confiabilidade dos dados obtidos em trabalhos experimentais de bancada e em escala piloto, para tanto deseja-se equipar um circuito clássico de beneficiamento (Britagem, moagem, separação gravítica, flotação, desaguamento, etc) com instrumentação adequada para controle e aquisição de dados experimentais	dez/15	número	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3	0,2		

7(\*) A parte referente ao estado de Sergipe já foi concluída. O segundo estudo do setor de cerâmica vermelha do Piauí foi substituído pelos estudos das atapulgitas e paligorskita, também no Piauí.

Linha de Ação 2: Prospectar e realizar ações de PD&I em tecnologias emergentes aplicáveis ao setor minero-metalmúrgico.

Programas	Nº da Meta	Meta	Horizonte	Indicador	Execução									
					2011		2012		2013		2014		2015	
					Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Processos Biotecnológicos	13M	Realizar 2 estudos relacionados à biolixiviação de minérios incluindo Biolixiviação de cobre, Biolixiviação de concentrado gravítico piritoso e Biodesulfurização de carvão mineral.	dez/13	número	1	1	1	0,5	0,5	0,5	META EXCLUÍDA			
	14(*)	Realizar 1 estudo relacionado à aplicação de bioprocessos para o tratamento de solos multicontaminados com metais pesados e óleo cru			0,3	0,3	0,3	0,3	0,4	0,3	0,1	META EXCLUÍDA		
Nanotecnologia	15E	Realizar 1 estudo focado na preparação e uso de argilas como nanomaterial	dez/15	número	META EXCLUÍDA									

14(\*) Foi expandido o horizonte temporal para 2014, com a previsão de se realizar mais 0,1 do projeto.

Linha de Ação 3: Suprir as necessidades de serviços tecnológicos no setor minero-metalmúrgico.

Programas	Nº da Meta	Meta	Horizonte	Indicador	Execução										
					2011		2012		2013		2014		2015		
					Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	
Materiais de Referência Certificados (MRC)	16	Producir 8 MRC. A produção de amostras de material de referência certificado tem por objetivo auxiliar na padronização de métodos analíticos e acompanhamento de processos. Serão produzidas amostras de referência de minérios de bauxita, rejeitos de mineração contendo metais pesados, terras raras.	dez/15	número	1	1	2	1	2	2	2	2	META EXCLUÍDA		
Normatização de Ensaios e Qualificação de Produtos	17E	Criar 2 procedimentos operacionais padrão para análises e processos	dez/15	número	META EXCLUÍDA										
	18(*)	Participar da elaboração de 5 normas de ensaios e/ou produtos para o setor de gemas e jóias apoiando a ABNT	dez/14	número	0	0	1	0,8	3	0,2	2	2	META EXCLUÍDA		
	19	Participar da elaboração de 5 normas de ensaios tecnológicos para o setor de rochas ornamentais apoiando a ABNT e produtores	dez/14	número	0	0	1	0,7	3	4,3	META EXCLUÍDA				
Avaliação do Ciclo de Vida (ACV)	20	Criar 2 metodologias para realizar estudos piloto de ACV - Análise do Ciclo de Vida de bens minerais direcionados à construção de "edificações verdes"	dez/13	número	0	0	1	0,9	1	1,1	META EXCLUÍDA				

18(\*) O prazo foi estendido pois houve atraso na ABNT. Os ensaios foram revistos este mês. A certificação será feita até 2015.

Eixo Estratégico III: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Áreas Estruturantes para o Desenvolvimento

Linha de Ação 1: Executar atividades de pesquisa e de desenvolvimento científico e tecnológico orientadas para exploração de bens minerais em áreas sensíveis de interesse nacional.

Programa	Nº da Meta	Meta	Horizonte	Indicador	Execução							
					2011		2012		2013		2014	
					Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Recursos Minerais Estratégicos	21	Realizar 2 estudos relacionados melhorias no processo de beneficiamento do espodumênio nacional (troca da rota ácida pela alcalina) para a obtenção de concentrados com grau bateria.	dez/15	número	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4
	21A (M)	Desenvolver três métodos analíticos de interesse da cadeia extractiva e produtiva do Petróleo			25	25	25	25	25	25	25	25

Eixo Estratégico IV: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Recursos Naturais para o Desenvolvimento Sustentável

Linha de Ação 1: Executar atividades de pesquisa e de desenvolvimento científico e tecnológico orientadas para exploração de bens minerais com foco na sustentabilidade.

Programa	Nº da Meta	Meta	Horizonte	Indicador	Execução							
					2011		2012		2013		2014	
					Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Recursos minerais da Amazônia, do Nordeste e do Semi-árido	22	Realizar 1 estudo relacionado ao aproveitamento dos recursos minerais da Amazônia. Serão estudadas as bauxitas com alto teor de silica reativa, para viabilização do seu uso na cadeia produtiva do alumínio, especialmente no processo Bayer.	dez/15	número	0,8	0,8	0,8	0,8	0,2	0,2	0,2	0,2
	23	Realizar 1 estudo relacionado ao aproveitamento dos recursos minerais do Semi-árido, especificamente da Região do Seridó da Paraíba.			0,2	0,8	0,2	0	0,2	0,2	25	

Eixo Estratégico V: Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social												
Linha de Ação 1: Atuar na estruturação e na gestão tecnológica de arranjos produtivos locais de base mineral e de entidades associadas regionais												
Programas	Nº da Meta	Meta	Horizonte	Indicador	Execução							
					2011		2012		2013		2014	
Rede de APL's	24	Participar da Rede de APL's de Base Mineral em parceria com o IBCIT/MCT visando a transferência de conhecimento e tecnologia a MPEs	dez/15	número de empresas atendidas	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Núcleos Regionais	25(*)	Implantar o NUTER (Piauí) para apoio tecnológico e auxílio no desenvolvimento das atividades do setor mineral desse estado, por meio de capacitação técnica de pessoal e atendimento às demandas do setor.	dez/15	% implantado	20	20	20	20	20	40		
	26E	Implantar o NUCRI (Santa Catarina)	dez/15	% implantado	META EXCLUÍDA							
Entidades Associadas	27	Qualificar e implementar 2 Entidades Associadas de acordo com a Portaria MCT nº 613 de 23/07/2009, sendo uma delas com a Universidade Federal de Pernambuco e a outra com a Universidade Federal de Campina Grande.	dez/14	% implantado	10	10	30	20	30	20	50	

25 (\*) : Não haverá mais etapas em 2015, pois os recursos disponíveis encerram-se em 2014.

Linha de Ação 2: Apoiar a transferência de tecnologias mineral e ambiental para as micro, pequenas e médias empresas com vistas ao desenvolvimento sustentável.												
Programas	Nº da Meta	Meta	Horizonte	Indicador	Execução							
					2011	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Rochas Ornamentais	28	Realizar 2 estudos sobre o aproveitamento de resíduos de rochas ornamentais (marmore e granito) visando a redução de descartes no meio ambiente	dez/13	número	1	1	0,5	0,5	0,5	0,5		
Gemas	29(*)	Realizar 5 estudos visando à agregação de valor às gemas brasileiras	dez/15	número	1	0,6	1	0,9	1	0,5	1	2
Resíduos Industriais das Cadeias Produtivas dos Minerais Não Ferrosos	30	Realizar 2 estudos voltados para viabilizar a produção de agregados reciclados (areia e brita) para a construção civil a partir da reciclagem de resíduos de construção e demolição (RCD)	dez/15	número	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	

29(\*) : O equipamento para irradiar as gemas esteve inoperante por mais de um ano, por isso a execução da meta não foi atingida conforme previsto.

1.2 - Diretrizes												
Diretrizes de Operações, Pesquisa e Desenvolvimento												
Diretriz 1: Disseminar o conhecimento científico e tecnológico gerado no CETEM												
												Execução
Programa	Nº da Meta	Meta	Horizonte	Indicador	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Publicações	1	Sustentar valor do IGPUB índice geral de publicações igual ou superior a 1,5	dez/15	IGPU	1,5	1,63	1,5	2,35	1,5	2,0	1,5	1,5
	2	Sustentar valor do IPUB índice de publicações igual ou superior a 0,17	dez/15	IPUB	0,17	0,24	0,17	0,33	0,17	0,30	0,17	0,17
Diretriz 2: Desenvolver projetos de pesquisa de cooperação nacional e internacional												
												Execução
Programas	Nº da Meta	Meta	Horizonte	Indicador	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Cooperações	3	Sustentar valor do PPACI índice de projetos, pesquisas e ações de cooperação internacional igual a 6	dez/15	PPACI	6	5	6	6	10	6		6
	4	Sustentar valor do PPACN índice de projetos, pesquisas e ações de cooperação nacional igual a 27	dez/15	PPACN	27	34	27	27	25	27		27
Redes de C,T&I	5	Participar de 7 Redes de C,T&I, são elas: Rede APL mineral; Rede de Recuperação de Ecossistemas e Áreas degradadas (Petrobras); Rede de Metrologia do Rio de Janeiro; Rede Carvão; Rede tecnológica de Geoquímica (petrobras); Rede de análises Químicas e Rede Materiais para o Refino do Petróleo	dez/15	número	2	2	2	2	1	1	1	1
Diretriz 3: Desenvolver processos, técnicas, produtos e protótipos para atendimento das empresas do setor minero-metalmúrgico												
												Execução
Programa	Nº da Meta	Meta	Horizonte	Indicador	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Processos e Técnicas	6	Sustentar Valor do PctD índice de processos e técnicas desenvolvidos igual ou superior a 0,9	dez/15	PctD	0,9	1,08	0,9	0,91	0,9	1,3	0,9	0,9
	7	Sustentar valor do ICPC índice de cumprimento de prazos e contratos igual ou superior a 90%	dez/15	ICPC	90	91,3	90	94	90	97	90	90
	8	Sustentar valor do IFATT índice financeiro de atendimento e transferência de tecnologia em R\$ 70.000 por técnico	dez/15	IFATT	70.000	121.346	70.000	101.190	70.000	98.590,01	70.000	70.000
	9	Sustentar valor do APME índice de apoio à micro, pequena e média empresa em 35%	dez/15	APME	35	30	35	29	35	39	35	35

Diretriz 4: Incrementar a quantidade de pedidos de patente e contratos de transferência de propriedade intelectual.

Programa	Nº da Meta	Meta	Horizonte	Indicador	Execução									
					2011		2012		2013		2014		2015	
Propriedade Intelectual	10	Sustentar valor do IPIn índice de propriedade intelectual igual ou superior a 0,06	dez/15	IPIn	Previsto	Realizado								

Diretriz 5: Promover a inclusão social

Programa	Nº da Meta	Meta	Horizonte	Indicador	Execução									
					2011		2012		2013		2014		2015	
Difusão Tecnológica de Interesse Social	11	Sustentar valor do IDTIS índice de difusão tecnológica de interesse social igual ou superior a 40	dez/15	IDTIS	Previsto	Realizado								

Diretriz 6: Criar normas e procedimentos internos para realização de análises minerais e condução de processos

Programas	Nº da Meta	Meta	Horizonte	Indicador	Execução									
					2011		2012		2013		2014		2015	
Certificação de Processos e Acreditação de Laboratórios e Ensaios	12M	Manter um sistema de gestão em conformidade com os requisitos da ISO Guide 34:2009 - Exigência para a manutenção da acreditação do CETEM como produtor de materiais de referência pela Cgcre/Inmetro	dez/15	% implantado	100	100	100	100	100	100	100	100	100	
	13E	Implantar Sistema de Gestão de acordo com o ISO Guia 43 - Exigência para manutenção da certificação do CETEM como produtor de material de referência certificado	dez/12	% implantado	META EXCLUÍDA									
	14M(*1)	Implantar Sistema de Gestão de acordo com o ISO Guia 43 - Exigência para manutenção da certificação do CETEM como produtor de material de referência certificado	dez/15	% manutenção	20	20	100	100	META EXCLUÍDA					
	15(*2)	Implantar e implementar sistema de gestão em conformidade com a ABNT NBR ISO/IEC 17025 para o Laboratório de Gemologia	dez/13	% implantado	20	20	30	30	50	20	30			
	16(*3)	Acreditar o Laboratório de Gemologia do CETEM para a realização de 3 ensaios	dez/13	número	0	0	1	0,5	2	0				
	17(*4)	Implantar e implementar sistema de gestão em conformidade com a ABNT NBR ISO/IEC 17025 para o Laboratório de Rochas Ornamentais	dez/13	% implantado	20	20	30	20	50	20				
	18(*5)	Acreditar junto ao INMETRO 3 ensaios constantes das Normas técnicas elaboradas para o setor de rochas ornamentais	dez/13	número	0	0	0	0	3	0				
Ensaios de Proficiência	19	Participar de 3 programas de ensaios de proficiência para análises minerais	dez/15	número	1	1	0	1	1	2	0		1	

(\*1) Segundo a Alice, nada foi realizado em 2013, pois ela não teve pessoal disponível desde 2012. Portanto, a meta foi excluída. Só será reaberta em 2014, após discussão com a Direção.

(\*2) - Atrasado pela ABNT. A certificação será feita até 2014.

(\*3) - Atrasado pela ABNT. A certificação será feita até 2014.

(\*4) - O projeto atrasou pela ABNT e a contratação da empresa para implementação do programa só foi realizada em dezembro de 2013. O projeto foi prorrogado para outubro de 2014.

(\*5) - Mesmo projeto da Meta 17, atrasado pela ABNT. Os ensaios foram revistos em dezembro de 2013. A certificação será feita em 2014.

**Diretriz 7: Consolidar o Núcleo Regional de Cachoeiro de Itapemirim (NUCI).**

Programa	Meta	Horizonte	Indicador	Execução							
				2011		2012		2013		2014	
				Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Núcleo Regional	20(*) Conclusão das obras e inauguração do NUCI	dez/12	% consolidado	50	60	40	20	20	15	5	10

(\*) Falta fazer o arruamento da estrada de acesso. A inauguração está prevista para março de 2014.

**Diretrizes de Organização e Gestão**

**Desenvolvimento Institucional**

**Diretriz 1: Revisar arquitetura organizacional, abrangendo estrutura, processos e modelo de gestão**

Programas	Meta	Horizonte	Indicador	Execução							
				2011		2012		2013		2014	
				Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Capacitação e diagnóstico	21M Desenvolver equipe interna e realizar benchmark e diagnóstico organizacional	dez/12	% executado	100	90	10	10	10	10	10	10
Modelagem e Institucionalização	22M Desenvolver e implementar modelo organizacional de estrutura, processos, competências e cargos	dez/13	% implementado	100	30	70	50	20	10	10	10

**Diretriz 2: Adotar metodologias estruturadas para planejamento, desenvolvimento e controle de projetos e processos**

Programas	Meta	Horizonte	Indicador	Execução							
				2011		2012		2013		2014	
				Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Controle Interno	23M(*) Desenvolver política de controle interno para fazer frente aos riscos e à implementação de níveis de autoridade e responsabilidade no processo decisório	dez/15	% desenvolvido	100	25	5	45	15	40	40	40
Escritório de Projetos	24M(*) Desenvolver instrumentos voltados para a criação e ativação de sistema institucional de controle para acompanhar atividades técnicas e administrativas	dez/15	% desenvolvido	100	25	5	35	20	30	35	35

23M(\*) Os procedimentos foram formalizados e não atingiram ao percentual previsto devido as mudanças da equipe de servidores e funcionários de apoio do centro.

24M(\*) A montagem do NIT em 2013 foi uma etapa preliminar na estruturação do escritório. A contratação de profissionais da área jurídica é fundamental para as próximas etapas.

**Diretriz 3: Adotar práticas continuadas de melhoria de gestão em conformidade com os critérios do Programa Nacional da Qualidade.**

Programas	Meta	Horizonte	Indicador	Execução							
				2011		2012		2013		2014	
				Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Gestão pela Qualidade	25M Desenvolver diagnóstico organizacional no nível 1 do sistema de gestão pública pela qualidade GESPÚBLICA	dez/12	% desenvolvido	30	30	70	70	70	70	70	70
Gestão de Informações	26M(*) Levantar as melhorias que podem ser realizadas para exibição do saldo das fontes de recursos SIAFI com base no SIGTEC e repassá-las a equipe de desenvolvimento do CTI.	dez/12	% desenvolvido	100	70	15	15	15	15	15	15
	27 Desenvolver aperfeiçoamentos e ampliações da utilização do SIGTEC, mantendo treinamento constante dos usuários e contando com o apoio do CTI e da SCUP	dez/15	% desenvolvido	25	25	25	0	20	45	15	15

26M(\*) Foi alterado o horizonte temporal de dez/12 para dez/13, pois algumas melhorias foram implementadas a partir de situações levantadas em 2013 na conciliação do Sigtec x SIAFI.

Diretriz 4: Implementar as ferramentas de gestão da inovação

Programas		Meta	Horizonte	Indicador	Execução									
					2011		2012		2013		2014		2015	
					Previsto	Realizado								
Inovação Tecnológica	28	Disseminar a cultura da inovação tecnológica	dez/15	% execução	20	20	20	17	23	23	20		20	
Assessoria em Propriedade Intelectual e	29	Criar infraestrutura interna para implementação da gestão da inovação	dez/15	% execução	20	20	20	15	25	25	20		20	
	30	Promover a articulação como o NIT-Rio	dez/12	% execução	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50

Diretriz 5: Promover a imagem institucional

Programas		Meta	Horizonte	Indicador	Execução									
					2011		2012		2013		2014		2015	
					Previsto	Realizado								
Imagen Institucional	31M(*)	Realizar pesquisa de imagem junto à sociedade visando subsidiar a elaboração do plano de divulgação institucional	dez/15	% executado	50	0	30	5	40	0	50		45	
Divulgação Institucional	32M	Desenvolver programa permanente de comunicação (públicos, conteúdos, mídias)	dez/15	% desenvolvido	20	20	20	10	20	20	30		20	

31M(\*) A contratação de especialista será realizada no primeiro semestre de 2014, para fundamentar o nosso plano de divulgação institucional

Recursos Humanos

Diretriz 6: Capacitar, treinar e propor uma nova política de gestão de recursos humanos do CETEM

Programas		Meta	Horizonte	Indicador	Execução									
					2011		2012		2013		2014		2015	
					Previsto	Realizado								
Capacitação e Treinamento	33	Sustentar valor do ICT índice de capacitação e treinamento em 2,0%	dez/15	ICT	2,0	4,7	2,0	2,9	2,0	2,3	2,0		2,0	
	34M	Desenvolver capacitação do SERH para atender às demandas de novos modelos de gestão de pessoas	dez/12	% desenvolvido	50	30	70	70	70	70	70	70	70	70
	35	Desenvolver e sistematizar procedimentos para levantamento de necessidades de ações de capacitação	dez/15	% desenvolvido	0	0	50	20	30	50	20		10	
	36M	Desenvolver e implementar programa de capacitação da alta gerência	dez/15	% desenvolvido	30	0	50	0	35	40	30		30	
Comportamento organizacional e conhecimento	37M	Desenvolver metodologia e sistematização da gestão por competências	dez/14	% desenvolvido	30	0	30	0	30	30	30		40	
	38M	Desenvolver e aplicar pesquisa de clima organizacional	dez/12	% desenvolvido	100	90	10	10	10	10	10	10	10	10
	39	Desenvolver e implantar políticas de promoção à saúde do trabalhador	dez/15	% desenvolvido	30	30	30	15	20	40	10		5	

Diretriz 7: Ampliar e ajustar o quadro de colaboradores do CETEM.

Programa		Meta	Horizonte	Indicador	Execução									
					2011		2012		2013		2014		2015	
					Previsto	Realizado								
Dotação de Pessoal	40	Sustentar valor do PRB índice de participação relativa de bolsistas em 40%	dez/15	PRB	40	51	40	56	40	43,13	40		40	
	41	Sustentar valor do PRPT índice de participação relativa de pessoal terceirizado em 50%	dez/15	PRPT	50	55	50	58	50	51,22	50		50	

Recursos Financeiros

Diretriz 8: Aprimorar o processo de planejamento e execução orçamentária

Programas		Meta	Horizonte	Indicador	Execução									
					2011		2012		2013		2014		2015	
					Previsto	Realizado								
Captação de Recursos Financeiros	42M(*1)	Captar orçamento do Tesouro de capital na proporção de 100% do orçamento de capital recebido para a ação finalística e administrativa, a cada exercício. A proposta tem a finalidade de considerar os recursos captados por meio de TDC's e repasses de outras UP's.	dez/15	% desenvolvido	100	88,76	100	95,27	100	76,15	100		100	
	43	Desenvolver prospecção e consolidação de informações sobre fontes públicas de recursos com base em editais e fundos setoriais voltados para o setor mineral e inovação em geral	dez/15	% desenvolvido	20	20	20	20	20	20	20		20	
	44	Promover interação com o setor privado visando aumentar a internalização de recursos	dez/15	% promovido	20	20	20	20	20	20	20		20	
Execução Orçamentária	45	Sustentar valor da relação entre receita própria e orçamento de custeio, RRP, em valor igual ou superior a 50%	dez/15	RRP	50	82	50	57	50	60	50		50	
	46	Sustentar valor do APD índice de aplicação em pesquisa e desenvolvimento em valor igual ou superior a 25%	dez/15	APD	25	34,07	25	22	25	27,47	25		25	
	47(*2)	Sustentar valor do IEO índice de execução orçamentária em 100%	dez/15	IEO	100	91,38	100	90	100	93	100		100	

42M(\*1) O valor disponibilizado de recursos pelo MCTI foi menor do que de capital (Fonte 100) nos anos anteriores.

47M(\*2) A meta do indicador não foi atingida pois o pedido de revisão dos limites de gastos só foi atendido pela SCUP na última semana de empenho.

**Gestão da Informação e do conhecimento**

Diretriz 9: Ampliar e modernizar soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)

Programas		Meta	Horizonte	Indicador	Execução									
					2011		2012		2013		2014		2015	
					Previsto	Realizado								
Políticas de TIC	48M	Definir, em conjunto com a Comissão de Informática, a política de segurança da informação	dez/13	% definido	25	10	35	35	50	50				
Modernização da Plataforma de TIC	49(*)	Desenvolver projeto e implementar a rede wireless	dez/12	% desenvolvido	40	40	60	0	20	20	40			
	50	Ampliar e reestruturar o portal de serviços do CETEM	dez/15	% executado	15	15	25	0	20	35	30		20	
	51	Desenvolver projeto de virtualização dos servidores de rede	dez/12	% desenvolvido	50	50	50	50						

49(\*) O horizonte temporal da meta foi alterado para dez/14, pois teremos que investir na melhoria da infraestrutura buscando a adoção de soluções de código aberto em conformidade com as diretrizes do governo federal.

**Infraestrutura**

Diretriz 10: Ampliar e modernizar a infraestrutura física e instrumental

Programas		Meta	Horizonte	Indicador	Execução									
					2011		2012		2013		2014		2015	
					Previsto	Realizado								
Adequação e Modernização da Usina Piloto	52M	Realizar manutenção da infraestrutura física e dos equipamentos existentes	dez/13	% executado	100	50	50	30	20	5	15			
	53E	Investir na automação das unidades experimentais	dez/15	% executado										
Utilidades	54M	Substituir os fancois dos laboratórios e salas dos pesquisadores	dez/13	% substituído	30	30	70	40	30	0	30			
	55M	Instalar geradores para suprimento emergencial de energia	dez/13	% instalado	100	50	50	0	50	30	20			
	56E	Adequar à operação da Estação de Tratamento de Efluentes (ETE)	dez/13	% adequação										
	57E	Adequar à operação dos sistemas de exaustão e de tratamento de gases	dez/13	% adequação										
Segurança Patrimonial	58M	Investir na contratação de projetos para reforma e ampliação do sistema de detecção e combate a incêndio	dez/15	% executado	100	30	70	0	25	0	40		30	
	59M	Instalar uma nova rede de detecção de combate a incêndio e de descargas atmosféricas	dez/15	% instalado	30	10	40	0	30	0	45		45	
	60M	Instalar nova rede de aterramento e de proteção contra descargas elétricas atmosféricas	dez/15	% instalado	20	5	45	0	30	0	45		50	
	61M	Implantar normatização e instrumento de monitoramento para acesso e circulação visando a segurança coletiva e patrimonial	dez/15	% implantado	20	10	40	0	30	0	45		45	

52M(\*), 54M(\*), 55M(\*), 58M(\*), 59M(\*), 60M(\*), 61M(\*): Estes indicadores não foram alcançados por conta das restrições de gastos impostos pela Portaria do MPOG 268/2013.

**1.3 - Projetos Estruturantes**

*Projeto Estruturante 1: Recursos Minerais Estratégicos contendo Elementos Terras-Raras (ETR) e Lítio para uso em Produtos de Alta Tecnologia.*

Programa	Nº da Meta	Meta	Horizonte	Indicador	Execução									
					2011		2012		2013		2014		2015	
					Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
<b>Desenvolver e otimizar processos de beneficiamento, concentração, extração e separação hidrometalúrgica de Elementos Terras-Raras (ETR)</b>	1M	Participar de estudo para implantação de uma cadeia produtiva de imãs de Terras Raras no Brasil, mais especificamente desenvolvendo atividades relacionadas às etapas de caracterização tecnológica, beneficiamento e proposição de rotas hidrometalúrgicas para obtenção de óxidos de terras raras, a partir de concentrado de monazita	dez/15	% Execução	20	15	25	25	20	20	20	20	20	
	2M(*)	Realizar estudo de prospecção e avaliação de novas ocorrências	dez/15	% Execução	20	10	20	0,5	20	<b>META EXCLUÍDA</b>				
	3M	Realizar caracterização mineralógica e tecnológica de fontes alternativas de terras-raras.	dez/15	% Execução	20	20	20	20	20	30	20		10	
	4	Estudar metodologias para separação/purificação de ETR em fase aquosa empregando operações hidrometalúrgicas entre as quais a precipitação seletiva e/ou extração por solventes e/ou troca-iônica com o objetivo de obter elementos individuais ou misturas de ETRs com grau de pureza adequado a etapas posteriores de processamento ou à utilização final.	dez/15	% Execução	20	15	25	25	20	20	20	20	20	
	5	Instalação de infraestrutura laboratorial e piloto adequada à PDI para pesquisa e desenvolvimento na área de Terras-raras	dez/15	% Execução							50		50	
	6	Producir LiOH.H <sub>2</sub> O diretamente pela rota alcalina	dez/15	% Execução	20	20	20	25	20	20	20		15	
	7	Purificar o carbonato de lítio.	dez/15	% Execução	20	20	20	10	20	15	30		25	
	8E	Caracterizar e recuperar lítio a partir das águas-mães de salinas.	dez/15	% Execução	<b>META EXCLUÍDA</b>									
	9	Realizar estudos tecnológicos para o aproveitamento integral dos pegmatitos litiníferos: espodumênio, quartzo, feldspato e mica.	dez/15	% Execução	20	20	20	20	20	20	20	20	20	

2M(\*) A meta foi excluída por não ter sido viabilizado parceria.

**Projeto Estruturante 2: Agrominerais.**

Programa	Nº da Meta	Meta	Horizonte	Indicador	Execução							
					2011		2012		2013		2014	
					Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Desenvolver Projetos de P,D&I para o desenvolvimento de rotas tecnológicas alternativas de uso de agrominerais ou de resíduos da industrial mineral para a produção de corretivos de solo e de fertilizantes.	10M	Caracterizar e beneficiar rochas e minerais industriais para utilização como fertilizantes de liberação lenta. O estudo de rochagem como fonte de potássio e outros insumos será investigado, bem como o desenvolvimento de rotas de processamento.	dez/15	número	1	0,4	1,6	1,6	1	1	1	1
	11	Definir 2 rotas sobre o aproveitamento de rochas fosfáticas, minérios pobres ou rejeitos das minas de fosfatos. Serão estudadas melhorias nos processos de beneficiamento atualmente utilizados, visando aproveitamento de minérios de baixo teor ou rejeitos, como dos depósitos de Itataia, Tapira e Catalão.	dez/15	número	0,4	0,6	0,4	0,4	0,4	0,4	0,3	0,3
	12M	Definir 1 rota hidrometalúrgica para a aplicação do resíduo gerado no corte de blocos de rochas ornamentais provenientes do estado do Espírito Santo como fonte alternativa para produção de fertilizantes potássicos. Serão testadas as rotas de calcinação/solubilização, zeolitzação e tratamento térmico.	dez/12	número	0,5	0,2	0,8	0,8				
	13	Realizar 2 estudos visando à aplicação de processos biotecnológicos para viabilizar o emprego de fontes alternativas minerais na obtenção de fertilizantes, incluindo resíduos de corte de rochas ornamentais (granitos), provenientes dos Municípios de Nova Venécia e Vila Pavão, no norte do Espírito Santo.	dez/15	número	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4

## **INDICADORES**

Desde 2002, a análise do desempenho da Organização, com foco no alcance de metas, é realizada nas reuniões de DIREX, assessorada regularmente pela Coordenação de Planejamento Gestão e Inovação – CPGI. A análise dos resultados é baseada, principalmente, no atingimento dos valores pactuados para indicadores de desempenho institucional, correspondentes às metas previstas no Plano Diretor da Unidade - PDU e no Termo de Compromisso de Gestão - TCG, anual.

O desempenho do CETEM frente aos compromissos assumidos no TCG é acompanhado semestralmente e avaliado, anualmente, pela verificação do cumprimento das metas pactuadas para os respectivos indicadores.

Cabe à SCUP/MCTI a convocação de reuniões semestrais de acompanhamento e anuais de avaliação objetivando a elaboração de relatórios de acompanhamento (semestrais) e de avaliação (anual).

Da avaliação de desempenho resultam recomendações para a Alta Administração do CETEM, que se balizam nos seguintes procedimentos:

- A avaliação de desempenho se baseia nos indicadores constantes do TCG, agrupados por áreas-chave relacionadas à obtenção de resultados dos EIXOS ESTRATÉGICOS, das DIRETRIZES de AÇÃO e dos PROJETOS ESTRUTURANTES acordados no PDU 2011 – 2015.
- É calculado o esforço no atingimento de cada meta em particular, que determina na implicação de notas de 0 (zero) a 10 (dez), para cada meta acordada, associadas a valores realizados.
- Os pesos são atribuídos de acordo com o grau de importância de cada indicador para o CETEM, considerando a graduação de fatores de 1 a 3; os pesos de cada indicador foram negociados com a SCUP/MCTI.
- O resultado da multiplicação do peso pela nota corresponde ao total de pontos atribuídos a cada indicador;
- O somatório dos pontos dividido pelo somatório dos pesos corresponde à pontuação média global da Unidade de Pesquisa.

O acompanhamento de desempenho semestral serve apenas para indicar tendência de realização com recomendação ao CETEM para adoção de medidas corretivas quando forem observados desvios negativos, considerando-se atendidas as necessidades mínimas do CETEM, providas pelo SCUP/MCTI.

A análise crítica dos resultados obtidos no ano anterior é utilizada para a realização do planejamento para o ano seguinte, de forma que as oportunidades de melhorias detectadas sejam implantadas por meio de ações e produtos que impactarão diretamente os resultados dos indicadores institucionais.

Na Tabela 1 são apresentados os resultados obtidos no ano de 2013. Já no Quadro 1, a seguir, são apresentados os dados relativos ao acompanhamento do desempenho institucional de 2010 a 2013 e, em seguida, a conceituação técnica e a memória de cálculo dos mesmos. **Tabela 1- Resultados Obtidos pelo CETEM em 2013**

Indicadores Físicos e Operacionais	Resultados	
	Previsto	Executado
<b>IGPUB</b>	<b>1,5</b>	<b>1,63</b>
NGPB		88
TNSE		54
<b>IPUB</b>	<b>0,17</b>	<b>0,31</b>
NPSCI		17
TNSE		54
<b>PPACI</b>	<b>6,0</b>	<b>10,0</b>
NPPACI		10,0
<b>PPACN</b>	<b>27</b>	<b>25</b>
NPPACN		25
<b>PcTD</b>	<b>0,90</b>	<b>1,42</b>
NPTD		77
TNSE		54
<b>ICPC</b>	<b>93</b>	<b>97</b>
CAP		27.352
NTC		28.076
<b>IFATT</b>	<b>70.000,00</b>	<b>85.166,56</b>
Valor (R\$)		4.598.994,
TNSE		54
<b>APME (%)</b>	<b>35</b>	<b>35</b>
NAPME		27
TER (NER+NPTD)		77
<b>IPIn</b>	<b>0,06</b>	<b>0,09</b>
NP		5
TNSE		54
<b>Indicadores Administrativos e Financeiros</b>		
<b>APD (%)</b>	<b>25</b>	<b>27</b>
DM (R\$)		7.365.234,
OCC (R\$)		10.155.263,
<b>RRP (%)</b>	<b>50</b>	<b>61</b>
RPT (R\$)		6.168.346,
OCC (R\$)		10.155.263,
<b>IEO (%)</b>	<b>100</b>	<b>93</b>
VOE (R\$)		10.155.263,
OCCe (R\$)		10.927.615,
<b>Indicadores de Recursos Humanos</b>		
<b>ICT (%)</b>	<b>2,0</b>	<b>2,30</b>
ACT (R\$)		233.191,
OCC (R\$)		10.155.263,
<b>PRB (%)</b>	<b>40</b>	<b>43</b>
NTB		91
NTS		120
<b>PRPT (%)</b>	<b>50</b>	<b>51</b>
NTP		126
NTS		120
<b>Indicador de Inclusão Social</b>		
<b>IDTIS</b>	<b>40</b>	<b>95</b>
NMEA		95

**Quadro 1 - Acompanhamento de Desempenho Institucional**

Indicadores	Série Histórica			Peso	Total no ano		Variação (%)	Nota	Pontos	$H=A^*G$	Obs
	2010	2011	2012		Unidade	A	D	E	F	G	
<b>Físicos e Operacionais</b>											
1. IGPUB – Índice Geral de Publicações	1,55	1,63	2,35	Pub/téc	3	1,50	1,63	108,66	10	30	
2. IPUB – Índice de Publicações	0,28	0,24	0,33		3	0,17	0,31	182,35	10	30	
3. PPACI – Programas, Projetos e Ações de Cooperação Internacional	3	5	6	Nº	2	6	10	166,67	10	20	
4. PPACN – Programas, Projetos e Ações de Cooperação Nacional	31	34	27	Nº	2	27	26	96,30	9	18	
5. PcTD – Índice de Processos e Técnicas Desenvolvidas	1,00	1,08	0,91	Nº/téc	3	0,90	1,42	157,77	10	30	
6. ICPC – Índice de Cumprimento de Prazos de Contrato	91,6	91,3	94	%	2	93	97,4	104,30	10	20	
7. IFATT – Índice Financeiro de Atendimento e Transf. De Tecnologia	121.926,	121.346,	101.190	R\$/téc	3	70.000,	85.166	121,67	10	30	
8. APME – Apoio a Micro, Pequena e Média Empresas	51	30	29	%	3	35	35	100,00	10	30	
9. IPIn – Índice de Propriedade Intelectual	0,02	0,08	0,07	Nº Ped/téc	3	0,06	0,09	154,32	10	30	
<b>Administrativo-Financeiros</b>											
10. APD – Aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento	34	28	22	%	2	25	27	109,88	10	20	

<b>11. RRP – Relação entre Receita Própria e OCC</b>	81	82	57	%	2	50	60	121,48	10	20	
<b>12. IEO – Índice de Execução Orçamentária</b>	91	91	90	%	3	100	93	92,93	9	27	
<b>Recursos Humanos</b>											
<b>13. ICT – Índice de Investimento em Capacitação e Treinamento</b>	2,92	2,32	2,87	%	2	2	2,30	115,00	10	20	
<b>14. PRB – Participação Relativa de Bolsistas</b>	41	51	56	%	0	40	43	107,83	10	0	
<b>15. PRPT – Participação Relativa de Pessoal Terceirizado</b>	51	55	58	%	0	50	51	102,44	10	0	
<b>Inclusão Social</b>											
<b>16 IDTIS – Indicador de Difusão Tecnológica de Interesse Social</b>	73	90	86	Nº	2	40	95	237,50	10	20	
<b>Totais (Pesos e Pontos)</b>					35					345	
<b>Nota Global (Total de Pontos / Total de Pesos)</b>											<b>9,86</b>
<b>EXCELENTE</b>											

## **CONCEITUAÇÃO TÉCNICA DOS INDICADORES**

### **Indicadores Físicos e Operacionais - Análise Individual**

#### **IGPUB - Índice Geral de Publicações**

IGPUB= NGPB/TNSE

Unidade: N.º de publicações por técnico, com duas casas decimais.

**NGPB** = (N.º de artigos publicados em periódico com ISSN indexado no SCI ou em outro banco de dados) + (N.º de artigos publicados em revista de divulgação científica nacional ou internacional) + (N.º de artigos completos publicados em congresso nacional ou internacional) + (N.º de capítulo de livros), no ano (incluindo o n.º de publicações em séries CETEM).

**TNSE** =  $\sum$  dos Técnicos de Nível Superior vinculados diretamente à pesquisa (pesquisadores, tecnologistas e bolsistas), com doze ou mais meses de atuação na Unidade de Pesquisa/MCTI completados ou a completar na vigência do TCG.

**Obs:** Considerar somente as publicações e textos efetivamente publicados no período. Resumos expandidos não devem ser incluídos.

#### **Memória de Cálculo**

NGPB = 88

TNSE = 54

IGPUB = NGPB / TNSE

#### **Resultados**

**IGPUB = 1,63**

Previsão = 1,50

#### **IPUB - Índice de Publicações**

#### **IPUB = NPSCI / TNSE**

**Unidade:** N.º de publicações por técnico, com duas casas decimais.

**NPSCI** = N.º de publicações em periódicos, com ISSN, indexados no SCI, no ano.

**TNSE** =  $\sum$  dos Técnicos de Nível Superior vinculados diretamente à pesquisa (pesquisadores, tecnologistas e bolsistas), com doze ou mais meses de atuação na Unidade de Pesquisa/MCTI completados ou a completar na vigência do TCG.

**Obs:** Considerar somente as publicações e textos efetivamente publicados no período. Resumos expandidos não devem ser incluídos. Os técnicos atuantes no indicador devem ser listados em anexo.

## **Memória de Cálculo**

**NPSCI =18**

TNSE = 54

IGPUB = NPSCI / TNSE

## **Resultados**

**IPUB = 0,33**

Previsão = 0,17

## **PPACI - Índice de Projetos, Pesquisas e Ações de Cooperação Internacional**

**PPACI = NPPACI**

Unidade: N.º de Programas, Projetos e Ações, sem casa decimal.

**NPPACI** = N.º de Programas, Projetos e Ações desenvolvidos em parceria formal com instituições estrangeiras no ano, a serem listados pela Unidade de Pesquisa. Em apêndice próprio, será apresentada lista com o nome e o país das instituições estrangeiras. No caso de organismos internacionais, será omitida a referência a país.

**Obs:** Considerar apenas os Programas, Projetos e Ações desenvolvidos em parceria formal com instituições estrangeiras, ou seja, que estejam em desenvolvimento efetivo, excluindo-se, portanto, aqueles programas e projetos que dependem da assinatura de um documento institucional. Como documento institucional/formal entende-se, também, cartas, memos e similares assinados/acolhidos pelos dirigentes da instituição nacional e sua respectiva contraparte estrangeira.

## **Memória de Cálculo**

**PPACI = NPPACI**

## **Resultados**

**PPACI = 10**

Previsão = 6

## **PPACN - Índice de Projetos, Pesquisas e Ações de Cooperação Nacional**

**PPACN = NPPACN**

Unidade: N.º de Programas, Projetos e Ações, sem casa decimal.

**NPPACN** = N.º de Programas, Projetos e Ações desenvolvidos em parceria formal com instituições nacionais, no ano, a serem listados pela Unidade de Pesquisa.

Obs: Conceito similar ao PPACI, considerando-se as partes e contra-partes nacionais.

### Memória de Cálculo

$$\text{PPACN} = \text{NPPACN}$$

### Resultados

$$\text{PPACN} = 26$$

$$\text{Previsão} = 27$$

### PcTD - Índice de Processos e Técnicas Desenvolvidos

$$\text{PcTD} = \text{NPTD} / \text{TNSE}_t$$

Unidade: N.º por técnico, com duas casas decimais.

**NPTD** = N.º total de processos, protótipos, softwares e técnicas desenvolvidos no ano, medidos pelo número de relatórios finais produzidos.

**TNSE<sub>t</sub>** = Técnicos de Nível Superior vinculados a atividades de pesquisas tecnológicas (pesquisadores, tecnologistas e bolsistas), com doze ou mais meses de atuação na UP/MCTI completados ou a completar na vigência do TCG.

### Memória de Cálculo

$$\text{NPTD} = 77$$

$$\text{TNSE} = 54$$

$$\text{PcDT} = \text{NPDT} / \text{TNSE}$$

### Resultados

$$\text{PcDT} = 1,42$$

$$\text{Previsão} = 0,90$$

### ICPC – Índice de Cumprimento de Prazos e Contratos

$$\text{ICPC} = \text{CAP} / \text{NTC} * 100$$

Unidade = % sem casa decimal

**CAP** = N.º de contratos atendidos no ano, no prazo, menos os contratos não atendidos em razão de falha do cliente do setor produtivo.

**NTC** = N.º total de contratos no ano, menos o n.º de contratos não atendidos em razão de falha do cliente do setor produtivo.

## **Memória de Cálculo**

CAP = 27.352

NTC = **28.076**

$$\text{ICPC} = (\text{CAP} / \text{NTC}) \times 100$$

## **Resultados**

**ICPC = 97**

Previsão = 93

## **IFATT – Índice Financeiro de Atendimento e Transferência de Tecnologia**

**IFATT = VALOR / TNSE**

Unidade: R\$ mil / N.º de técnicos, com duas casas decimais.

**Valor** = ( $\sum$  dos valores dos contratos de licenciamento para exploração de patentes – se houver) + (contratos de fornecimento de tecnologias industriais) + (contratos de prestação de serviços de assistência técnica e científica) + (contratos de P&D firmados com o setor produtivo, considerados pelo valor do efetivo ingresso financeiro – regime de caixa – no ano, por meio da UP, suas respectivas fundações e similares).

TNSE =  $\sum$  dos técnicos de nível superior vinculados diretamente à pesquisa (pesquisadores, tecnologistas e bolsistas), com doze ou mais meses de atuação na unidade de pesquisa/MCTI completados ou a completar na vigência do TCG.

## **MEMÓRIA DE CÁLCULO**

Valor = R\$ 4.598.994,

TNSE = 54

**IFATT = VALOR / TNSE**

## **RESULTADO**

**IFATT = R\$ 85.166,56**

Previsão = R\$ 70.000,00

## **APME - Apoio a Micro, Pequena e Média Empresas**

APME = APME / TER \* 100

**Unidade: %, sem casa decimal.**

APME = (N.º de processos e técnicas desenvolvidas - NPTD - de interesse das micro, pequena e

média empresas, conforme definição do SEBRAE) + (N.<sup>o</sup> de estudos realizados – NER - de interesse das pequenas e médias empresas), ambos medidos pelo N.<sup>o</sup> de relatórios finais concluídos no ano.

**TER** =  $\sum$  de relatórios finais de projetos, ações e estudos concluídos no ano, ou seja a soma de NPTD + NER.

### **Memória de Cálculo**

$$\text{NAPME} = 27$$

$$\text{TER} = \text{NPDT} + \text{NER} = 77$$

$$\text{APME} = (\text{NAPME} / \text{TER}) \times 100$$

### **Resultados**

$$\text{APME} = 35\%$$

$$\text{Previsão} = 35\%$$

### **IPIn - Índice de Inovação**

$$\text{IPIn} = \text{NP} / \text{TNSE}$$

Unidade: N.<sup>o</sup> de pedidos de patente por técnico, com duas casas decimais.

**NP** = (N.<sup>o</sup> de pedidos de privilégio de patente, protótipos, *softwares*, modelos de utilidade e direitos autorais, protocolados no país e no exterior) + (N.<sup>o</sup> de patentes concedidas no país e no exterior), no ano.

**TNSE** =  $\sum$  dos Técnicos de Nível Superior vinculados diretamente à pesquisa (pesquisadores, tecnologistas e bolsistas), com doze ou mais meses de atuação na Unidade de Pesquisa/MCTI completados ou a completar na vigência do TCG.

### **Memória de Cálculo**

$$\text{INOVA} = \text{NP} / \text{TNSE}$$

$$\text{NP} = 5$$

$$\text{TNSE} = 57$$

### **Resultados**

$$\text{IPIn} = 0,09$$

$$\text{Previsão} = 0,06$$

## **INDICADORES ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS – ANÁLISE INDIVIDUAL**

### **APD-Aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento**

$$APD = [1 - (DM/OCC)] * 100$$

**Unidade: %, sem casa decimal.**

DM =  $\sum$  das despesas com manutenção predial, limpeza e conservação, vigilância, informática, contratos de manutenção com equipamentos da administração e computadores, água, energia elétrica, telefone e pessoal administrativo terceirizado, no ano.

OCC = A soma das dotações de Custo e Capital, inclusive as fontes 100/150.

Obs: Considerar todos os recursos oriundos das dotações de Outros OCC, das fontes 100 e 150, efetivamente empenhados e liquidados no período, não devendo ser computados empenhos e saldos de empenho não liquidados nem dotações não utilizadas ou contingenciadas. Além das despesas administrativas de menor vulto e todas aquelas necessárias à manutenção das instalações, campi, parques e reservas que eventualmente sejam mantidas pela UP.

### **MEMÓRIA DE CÁLCULO**

$$DM = R\$ 7.365.234,$$

$$OCC = R\$ 10.155.263,$$

**Resultado:**

$$\mathbf{APD = 27}$$

$$\text{Previsão} = 25$$

### **RRP – Relação entre Receita Própria e OCC**

$$RRP = RTP/OCC * 100$$

**Unidade: %, sem casa decimal.**

RPT = Receita Própria Total incluindo a Receita própria ingressada via Unidade de Pesquisa, as extraorçamentárias e as que ingressam via fundações, em cada ano (inclusive Convênios e Fundos Setoriais de Apoio à Pesquisa).

OCC = A soma das dotações de Custo e Capital, inclusive as das fontes 150/250.

Obs: Na receita própria total (RPT), devem ser incluídos os recursos diretamente arrecadados (fonte 150), convênios, recursos extraorçamentários oriundos de fundações, fundos e agências, excluídos os auxílios individuais concedidos diretamente aos pesquisadores pelo CNPq.

## **Memória de Cálculo**

$$RRP = RTP/OCC * 100$$

$$RPT = R\$ 6.168.346,$$

$$OCC= R\$ 10.155.263,$$

### **Resultado:**

$$\mathbf{RRP = 61}$$

Previsão =50

## **IEO – Índice de Execução Orçamentária**

$$IEO=VOE / OCCe * 100$$

**UNIDADE : %, SEM CASA DECIMAL.**

VOE =  $\sum$  dos valores de custeio e capital efetivamente empenhados e liquidados.

OCCe = Limite de Empenho Autorizado.

## Memória de Cálculo

$$VOE = R\$ 10.155.263,$$

$$OCCe = R\$ 10.927.615,$$

### **Resultado:**

$$\mathbf{IEO = 93}$$

Previsão = 100

## **Indicadores de Recursos Humanos – Análise Individual**

## **ICT – Índice de Capacitação e Treinamento**

$$ICT = ACT / OCC * 100$$

**Unidade: % sem casa decimal.**

ACT = Recursos financeiros aplicados em capacitação e treinamento no ano.

OCC = A soma das dotações de Custo e Capital, inclusive as das fontes 150/250.

Obs: Incluir despesas com passagens e diárias em viagens cujo objetivo seja participar de cursos, congressos, simpósios e workshops, além de taxas de inscrição e despesas com instrutores (desde que pagos para ministrarem cursos e treinamento para servidores da UP), excluídos, evidentemente, dispêndios com cursos de pós-graduação oferecidos pela entidade.

## MEMÓRIA DE CÁLCULO

ACT= R\$ 233.191,

OCC= R\$ 10.155.263,

## RESULTADO

**ICT = 2,30**

Previsão = 2,00

## PRB – Participação Relativa de Bolsistas

**PRB = [NTB / (NTB + NTS) \* 100**

**Unidade %**, sem casa decimal.

**NTB = Σ DOS BOLSISTAS (PCI, RD, ETC.), NO ANO.**

**NTS = N.<sup>o</sup> total de servidores em todas as carreiras, no ano.**

## MEMÓRIA DE CÁLCULO

**NTB = 91**

NTS = 120

## RESULTADO

**PRB = 43**

Previsão = 40

## **PRPT – Participação Relativa de Pessoal Terceirizado**

$$\text{PRPT} = [\text{NPT} / (\text{NPT} + \text{NTS})] * 100$$

**Unidade:** %, sem casa decimal.

**NPT =  $\sum$  do pessoal terceirizado no ano.**

**NTS = N.º Total de Servidores em todas as carreiras no ano.**

### **Memória de Cálculo**

NPT = 126

NTS = 120

### **RESULTADO**

**PRPT = 51**

Previsão = 50

## **Indicador de Inclusão Social**

## **IDTIS – Indicador de Difusão Tecnológica de Interesse Social**

IDTIS = NMEA

**Unidade:** N.º

NMEA = N.º de Micro, Pequena e Média Empresas Atendidas no ano.

### **Memória de Cálculo**

NMEA = 95

IDTIS = NMEA

### **Resultados**

**IDTIS = 95**

Previsão = 40

## **2.2.3 Ações**

### **2.2.3.1 Ações - OFSS**

**QUADRO A.2.2.3.1 – AÇÕES – OFSS**

Identificação da Ação						
Código	<b>19.571.2021.4128</b>					<b>Tipo:</b> ATIVIDADE
Título	Pesquisa e Desenvolvimento no Centro de Tecnologia Mineral – CETEM					
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação			<b>Código:</b> 2021	<b>Tipo:</b> Atividade	
Unidade Orçamentária	24101 – MCTI					
Ação Prioritária	( ) Sim	(x) Não	Caso positivo: ( ) PAC		( ) Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.830.000,00	1.830.000,00	1.284.203,83	896.430,26	766.346,29	130.083,97	387.773,57
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
Produto desenvolvido			unidade	Previsto	Reprogramado	Realizado
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
356.633,34	341.741,55	11.070,39				

### **2.2.3.2 Ações/Subtítulos - OFSS**

**QUADRO A.2.2.3.2 – AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS**

Identificação da Ação						
Código	<b>19.122.2106.2000</b>					<b>Tipo:</b> Atividade
Descrição	Administração da Unidade – CETEM					
Programa	Gestão e Manutenção do MCTI			<b>Código:</b> 2106	<b>Tipo:</b> Atividade	
Unidade Orçamentária	24101 – MCTI					
Ação Prioritária	( ) Sim	(x) Não	Caso positivo: ( ) PAC		( ) Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária Anual – 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados

								Processados
0001	9.097.615,00	9.137.534,35	8.497.158,97	8.164.521,32	8.107.100,25	57.421,07	332.637,65	
<b>Execução Física da Ação – Metas</b>								
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante			Realizado		
			Previsto	Reprogramado (*)				
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>								
Nº do subtítulo/ Localizador	<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física – Metas</b>			Realizada	
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida			
00001	620.307,63	547.724,22	25.146,30					

### 2.2.3.5 Análise Situacional

**Análise Crítica:** A diferença positiva observada entre a meta prevista e a realizada pode ser justificada pelo fato de que grande parte dos produtos gerados resulta dos projetos desenvolvidos com recursos orçamentários de projetos desenvolvidos em parceria com fundações de apoio. Tal resultado está associado aos resultados de três indicadores de desempenho constantes do TCG (PCTD, APME e IDITS).

**Análise Crítica:** A ação mencionada é de responsabilidade do MCTI, desta forma o CETEM é apenas um dos participantes. A ação não possui meta física, e cabe ressaltar que o valor realizado é maior que o previsto, visto que ocorreram durante o exercício repasses de outras unidades de pesquisa participantes da referida ação.

### 2.3 Informações sobre outros resultados da gestão

Os tópicos sugeridos pela Portaria 175/2013, para preenchimento deste item, foram abordados respectivamente nos itens: **2.1,2.2 e 12** do referido relatório

## 3 PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.

### 3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos DIREX

#### QUADRO A.3.2 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

<b>ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS</b>						<b>VALORES</b>				
<b>Ambiente de Controle</b>						<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.			X							
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X						
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X					
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.						X				
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			X							
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X					
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			X							
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X						
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X						
<b>Avaliação de Risco</b>						<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X					
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X						
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X							
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X							
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X							
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X							
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X							
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais resarcimentos.					X					
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X						
<b>Procedimentos de Controle</b>						<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X					
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X							
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X							
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X						
<b>Informação e Comunicação</b>						<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.			X							
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X						
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X					
26. A informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X					
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X							
<b>Monitoramento</b>						<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		X								
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações			X							

sofridas.				
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X
<b>Análise Crítica:</b> No exercício de 2013, o Centro observou uma sensível melhora em sua estrutura de governança e controles internos, pois contou com o ingresso de novos servidores que participam ativamente das melhorias da UJ.				
<b>Escala de valores da Avaliação:</b>				
<p><b>(1) Totalmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>não observado</b> no contexto da UJ.</p> <p><b>(2) Parcialmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua minoria</b>.</p> <p><b>(3) Neutra:</b> Significa que <b>não há como avaliar</b> se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.</p> <p><b>(4) Parcialmente válida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua maioria</b>.</p> <p><b>(5) Totalmente válido.</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>observado</b> no contexto da UJ.</p>				

Fonte: Direx

### **3.5 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU**

O CETEM está em consonância com os preceitos contidos nos arts. 4º e 5º da Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, da Controladoria-Geral da União – CGU, uma vez que o número de PADs é reduzido.

## **4 PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.**

### **4.1 Execução das despesas**

#### **4.1.1 Programação**

##### **QUADRO A.4.1.1 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS**

Unidade Orçamentária :		Código UO: 24101	UGO: 240127	
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Correntes		
		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes
<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>		0,00	0,00	9.902.615,00
<b>CRÉDITOS</b>	<b>Suplementares</b>		0,00	0,00
	<b>Especiais</b>	<b>Abertos</b>	0,00	0,00
		<b>Reabertos</b>	0,00	0,00
	<b>Extraordinários</b>	<b>Abertos</b>	0,00	0,00
		<b>Reabertos</b>	0,00	0,00
	<b>Créditos Cancelados</b>		0,00	0,00
<b>Outras Operações</b>		0,00	0,00	0,00
<b>Dotação final 2013 (A)</b>		0,00	0,00	9.902.615,00
<b>Dotação final 2012 (B)</b>		0,00	0,00	9.815.425,00
<b>Variação (B/A-1)*100</b>		0,00	0,00	0,8804

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência		
			4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida			
<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>			1.025.000,00	0,00	0,00	0,00		
CRÉDITOS	<b>Suplementares</b>		0,00	0,00	0,00	0,00		
	<b>Especiais</b>	<b>Abertos</b>	0,00	0,00	0,00	0,00		
		<b>Reabertos</b>	0,00	0,00	0,00	0,00		
	<b>Extraordinários</b>	<b>Abertos</b>	0,00	0,00	0,00	0,00		
		<b>Reabertos</b>	0,00	0,00	0,00	0,00		
	<b>Créditos Cancelados</b>		0,00	0,00	0,00	0,00		
<b>Outras Operações</b>			0,00	0,00	0,00	0,00		
<b>Dotação final 2013 (A)</b>			1.025.000,00	0,00	0,00	0,00		
<b>Dotação final 2012 (B)</b>			1.864.000,00	0,00	0,00	0,00		
<b>Variação (A/B-1)*100</b>			-45,01	0,00	0,00	0,00		

**Fonte:** Siafi Gerencial

#### **4.1.1.1 Análise Crítica**

A variação negativa das dotações ocorreu, porque no exercício 2012, o CETEM foi contemplado com uma emenda parlamentar na ordem de R\$ 500.000,00, acentuada por uma redução de R\$ 404.000,00 na Ação 2000 no exercício 2013.

#### **4.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa**

##### **QUADRO A.4.1.2.1 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA POR GRUPO DE DESPESA MOVIMENTAÇÃO DENTRO DE MESMA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA ENTRE UNIDADES JURISDICIONADAS DISTINTAS**

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Rebedor a		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	-	240133	2419122210620000001	0,00	0,00	523,65
Concedidos	-	240120	2419122210620000001	0,00	0,00	508.723,33
Concedidos	-	240120	2419571202120V70001	0,00	0,00	40.282,22
Concedidos	-	240120	2419571202141280001	0,00	0,00	250.712,89
Concedidos	-	240133	2419571202141280001	0,00	0,00	25.925,70
Recebidos	240102	-	2419122210620TP0001	22.091,56	0,00	0,00
Recebidos	240101	-	2419572202120V60001	0,00	0,00	29.981,00
Recebidos	240102	-	2419122210620000001	0,00	0,00	8.797.615,00
Recebidos	240101	-	2419571202120V70001	0,00	0,00	589.888,04
Recebidos	240102	-	2419571202141280001	0,00	0,00	1.105.000,00
Recebidos	240101	-	2419573202167020001	0,00	0,00	61.438,36
Recebidos	240101	-	241957120212US0001	0,00	0,00	968.254,20
Recebidos	240133	-	2419122210620000001	0,00	0,00	38.522,90
Recebidos	240101	-	2419573202167020001	0,00	0,00	18.302,00
Recebidos	240101	-	2419572202120V60001	0,00	0,00	29.984,20
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Rebedor a		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	-	240120	2419122210620000001	71.000,00	0,00	0,00

Concedidos	-	240120	2419571202120V70001	399.049,46	0,00	0,00
Concedidos	-	240120	2419571202141250010	96.000,00	0,00	0,00
Concedidos	-	240120	2419571202141280001	237.426,74	0,00	0,00
Recebidos	240101	-	2419571202120V70001	220.000,00	0,00	0,00
Recebidos	240102	-	2419122210620000001	300.000,00	0,00	0,00
Recebidos	240101	-	2419571202120V70001	399.049,46	0,00	0,00
Recebidos	240125	-	2419571202141250010	100.000,00	0,00	0,00
Recebidos	240102	-	2419571202141280001	725.000,00	0,00	0,00
Recebidos			2419573202120UO000			
	240124	-	1	10.150,00	0,00	0,00
Recebidos	240101	-	2419122210620000001	40.000,00	0,00	0,00
<b>Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão</b>						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						

Fonte: SIAFI

**QUADRO A.4.1.2.2 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXTERNA POR GRUPO DE DESPESA**

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	-	-	-	0,00	0,00	0,00
Recebidos	320012	-	3222663204120TZ0001	0,00	0,00	79.974,00
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	-	-	-	0,00	0,00	0,00
Recebidos	-	-	-	0,00	0,00	0,00

Fonte: Siafi Gerencial

#### **4.1.3 Realização da Despesa**

##### **4.1.3.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total**

**QUADRO A.4.1.3.1.– DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS - TOTAL**

Unidade Orçamentária:	Código UO: 24101			UGO: 240127
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	1.993.355,74	2.041.623,44	1.914.520,27	1.948.893,91

a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
c) Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
d) Pregão	1.993.355,74	2.041.623,44	1.914.520,27	1.948.893,91
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>	<b>7.225.685,29</b>	<b>9.995.887,07</b>	<b>7.117.015,72</b>	<b>8.628.397,62</b>
h) Dispensa	6.904.570,37	9.136.420,74	6.795.900,80	7.840.633,56
i) Inexigibilidade	321.114,92	859.466,33	321.114,92	787.764,06
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
j) Suprimento de Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>	<b>25.308.911,78</b>	<b>24.601.434,75</b>	<b>25.308.911,78</b>	<b>24.601.434,75</b>
k) Pagamento em Folha	25.239.428,33	24.533.513,64	25.239.428,33	24.533.513,64
l) Diárias	69.483,45	67.921,11	69.483,45	67.921,11
<b>5. Outros</b>	<b>135.534,38</b>	<b>98.605,47</b>	<b>135.534,38</b>	<b>98.605,47</b>
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>34.663.487,19</b>	<b>36.737.550,73</b>	<b>34.475.982,15</b>	<b>35.277.331,75</b>

Fonte: Siafi Gerencial

#### **4.1.3.2 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ**

**QUADRO A.4.1.3.2 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS  
– VALORES EXECUTADOS DIRETAMENTE PELA UJ**

Unidade Orçamentária:	Código UO: 24101		UGO: 240127	
	Despesa Liquidada		Despesa paga	
Modalidade de Contratação	2013	2012	2013	2012
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>	<b>1.993.355,74</b>	<b>2.041.623,44</b>	<b>1.914.520,27</b>	<b>1.948.893,91</b>
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
c) Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
d) Pregão	1.993.355,74	2.041.623,44	1.914.520,27	1.948.893,91
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>	<b>6.932.270,35</b>	<b>9.995.887,07</b>	<b>6.823.600,78</b>	<b>8.628.397,62</b>
h) Dispensa	6.611.155,43	9.136.420,74	6.502.485,86	7.840.633,56
i) Inexigibilidade	321.114,92	859.466,33	321.114,92	787.764,06
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
j) Suprimento de Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>	<b>25.308.911,78</b>	<b>24.601.434,75</b>	<b>25.308.911,78</b>	<b>24.601.434,75</b>
k) Pagamento em Folha	25.239.428,33	24.533.513,64	25.239.428,33	24.533.513,64
l) Diárias	69.483,45	67.921,11	69.483,45	67.921,11
<b>5. Outros</b>	<b>65.842,04</b>	<b>98.605,47</b>	<b>65.842,04</b>	<b>98.605,47</b>
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>34.300.379,91</b>	<b>36.737.550,73</b>	<b>34.475.982,15</b>	<b>35.277.331,75</b>

Fonte: Siafi Gerencial

### 4.1.3.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total

**QUADRO A.4.1.3.3 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS - TOTAL**

Unidade Orçamentária:			Código UO: 24101		UGO: 240127			
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquida		RP não processados		Valores Pagos	
Exercícios	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
<b>1. Despesas de Pessoal</b>	<b>22.091,56</b>	<b>32.956,07</b>	<b>22.091,56</b>	<b>32.956,07</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>32.956,07</b>
08 – Outros Benefícios Assistenciais	22091,56	23.160,06	22091,56	23.160,06	0,00	0,00	22091,56	23.160,06
13 – Obrigações Patronais	0,00	9.796,01	0,00	9.796,01	0,00	0,00	0,00	9.796,01
<b>2. Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>	<b>9.850.447,51</b>	<b>12.440.682,44</b>	<b>8.820.959,09</b>	<b>10.855.535,02</b>	<b>1.029.488,42</b>	<b>1.585.247,42</b>	<b>8.748.712,94</b>	<b>9.898.843,54</b>
37 – Locação de Mão-de-Obra	3.863.684,90	3.663.251,90	3.848.530,93	3.602.761,94	15.153,97	60.489,96	3.848.530,93	3.366.415,82
39 – O.S.T. Pessoa Jurídica	3.457.337,71	5.899.050,65	3.165.202,27	4.747.783,49	292.135,44	1.151.267,16	3.119.719,08	4.257.107,00
30 – Material de Consumo	1.264.587,81	1.020.245,40	590.801,16	858.716,73	673.786,65	161.628,67	565.031,92	746.439,88
Demais elementos do grupo	1.264.837,09	1.858.134,49	1.216.424,73	1.646.272,86	48.412,36	211.861,63	1.215.431,01	1.528.880,84
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquida		RP não Processados		Valores Pagos	
Exercícios	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
<b>4. Investimentos</b>	<b>1.023.470,59</b>	<b>1.622.083,16</b>	<b>603.099,77</b>	<b>854.233,44</b>	<b>420.370,82</b>	<b>767.849,72</b>	<b>487.840,88</b>	<b>358.750,39</b>
52 – Equipamento e Material Permanente	966.697,87	1.029.907,63	584.338,20	596.558,45	382.359,67	433.349,18	473.079,31	165.640,26
39 – O.S.T. Pessoa Jurídica	45.560,22	32.429,00	7.549,07	19.050,00	38.011,15	13.379,00	7.549,07	15.510,00
51 – Obras e Instalações	11.212,50	559.746,53	11.212,50	238.624,99	0,00	321.121,54	7.212,50	177.600,13
<b>5. Inversões Financeiras</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>6. Amortização da Dívida</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Siafi Gerencial

**4.1.3.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores executados Diretamente pela UJ**

---

**QUADRO A.4.1.3.4 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – VALORES EXECUTADOS DIRETAMENTE PELA UJ**

Unidade Orçamentária:					Código UO: 24101	UGO: 240127	
<b>DESPESAS CORRENTES</b>							
Grupos de Despesa	<b>Empenhada</b>		<b>Liquidada</b>		<b>RP não processados</b>		<b>Valores Pagos</b>
Exercícios	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013
<b>1. Despesas de Pessoal</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2. Juros e Encargos da Dívida</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>	<b>9.066.318,95</b>	<b>10.429.139,38</b>	<b>8.664.380,48</b>	<b>9.959.919,34</b>	<b>401.938,47</b>	<b>469.220,04</b>	<b>8.592.134,33</b>
37 – Locação de Mão-de-Obra	3.863.684,90	3.663.251,90	3.848.530,93	3.602.761,94	15.153,97	60.489,96	3.848.530,93
39 – O.S.T. Pessoa Jurídica	3.316.651,48	3.809.550,27	3.152.291,06	3.580.722,07	164.360,42	228.828,20	3.106.807,87
30 – Material de Consumo	690.837,82	931.262,36	516.826,10	784.673,44	174.011,72	146.588,92	491.056,86
Demais elementos do grupo	1.195.144,75	5	1.146.732,39	1.991.761,89	48.412,36	33.312,96	1.145.738,67
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>							
Grupos de Despesa	<b>Empenhada</b>		<b>Liquidada</b>		<b>RP não Processados</b>		<b>Valores Pagos</b>
Exercício	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013
<b>4. Investimentos</b>	<b>715.043,85</b>	<b>758.113,16</b>	<b>396.571,10</b>	<b>310.504,98</b>	<b>318.472,75</b>	<b>447.608,18</b>	<b>281.312,21</b>
52 – Equipamentos e Material Permanente	665.820,20	579.907,63	385.358,60	246.558,45	280.461,60	333.349,18	274.099,71
39 – O.S.T. Pessoa Jurídica	38.011,15	32.429,00	0,00	19.050,00	38.011,15	13.379,00	0,00
51 – Obras e Instalações	11.212,50	145.776,53	11.212,50	44.896,53	0,00	100.880,00	7.212,50
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>5. Inversões Financeiras</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>6. Amortização da Dívida</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Siafi Gerencial

#### 4.1.3.5 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

**QUADRO A.4.1.3.5 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO– CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO**

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga		Valores em R\$ 1,00
	2013	2012	2013	2012	
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>	<b>65.000,00</b>	<b>1.971.429,64</b>	<b>65.000,00</b>	<b>1.904.182,80</b>	
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00	
b) Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00	
c) Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00	
d) Pregão	65.000,00	1.971.429,64	65.000,00	1.904.182,80	
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00	
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00	
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas		0,00	0,00	0,00	
	0,00				
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>	<b>456.590,03</b>	<b>8.972.593,62</b>	<b>422.256,08</b>	<b>7.850.109,06</b>	
h) Dispensa	394.156,08	8.370.142,42	370.156,08	7.290.474,27	
i) Inexigibilidade	62.433,95	602.451,20	52.100,00	559.634,79	
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
j) Suprimento de Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>	<b>0,00</b>	<b>24.561.643,46</b>	<b>0,00</b>	<b>24.561.643,46</b>	
k) Pagamento em Folha	0,00	24.533.513,64	0,00	24.533.513,64	
l) Diárias	0,00	28.129,82	0,00	28.129,82	
<b>5. Outros</b>	<b>33.647,16</b>	<b>62.336,07</b>	<b>33.647,16</b>	<b>62.336,07</b>	
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>555.237,19</b>	<b>35.568.002,79</b>	<b>520.903,24</b>	<b>34.378.271,39</b>	

Fonte: Siafi Gerencial

**QUADRO A.4.1.3.5 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO– CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO**

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga		Valores em R\$ 1,00
	2013	2012	2013	2012	
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>	<b>15.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>15.000,00</b>	<b>0,00</b>	
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00	
b) Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00	
c) Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00	
d) Pregão	15.000,00	0,00	15.000,00	0,00	
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00	
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00	
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas		0,00	0,00	0,00	
	0,00				
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>	<b>34.974,00</b>	<b>14.980,00</b>	<b>34.974,00</b>	<b>14.980,00</b>	
h) Dispensa	34.974,00	14.980,00	34.974,00	14.980,00	
i) Inexigibilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
j) Suprimento de Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
k) Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00	
l) Diárias	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>5. Outros</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>49.974,00</b>	<b>24.548.493,64</b>	<b>49.974,00</b>	<b>24.533.513,64</b>	

#### 4.1.3.6 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

**QUADRO A.4.1.3.6 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO**

<b>DESPESAS CORRENTES</b>								
<b>Grupos de Despesa</b>	<b>Empenhada</b>		<b>Liquidada</b>		<b>RP não processados</b>		<b>Valores Pagos</b>	
<b>Exercício</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>1. Despesas de Pessoal</b>	0,00	32.956,07	0,00	32.956,07	0,00	0,00	0,00	32.956,07
08 – Outros Benefícios Assistenciais	0,00	23.160,06	0,00	23.160,06	0,00	0,00	0,00	23.160,06
13 – Obrigações Patronais	0,00	9.796,01	0,00	9.796,01	0,00	0,00	0,00	9.796,01
<b>2. Juros e Encargos da Dívida</b>	0,00	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>	<b>1.776.062,48</b>	<b>2.344.283,02</b>	<b>602.211,19</b>	<b>1.389.884,31</b>	<b>1.173.851,29</b>	<b>954.398,71</b>	<b>567.877,24</b>	<b>1.042.333,00</b>
39 – O.S.T. Pessoa Jurídica	1.103.387,66	2.089.500,38	302.416,46	1.167.061,42	800.971,20	922.438,96	294.416,46	844.969,42
35 – Serviços de Consultoria	342.600,00	0,00	52.100,00	0,00	290.500,00	0,00	52.100,00	0,00
36 – O.S.T. Pessoa Física	155.844,00	138.083,00	121.544,00	123.983,00	34.300,00	14.100,00	121.544,00	123.983,00
Demais elementos do grupo	174.230,82	116.699,64	126.150,73	98.839,89	48.080,09	17.859,75	99.816,78	73.380,58
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>								
<b>Grupos de Despesa</b>	<b>Empenhada</b>		<b>Liquidada</b>		<b>RP não Processados</b>		<b>Valores Pagos</b>	
<b>Exercícios</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>4. Investimentos</b>	<b>274.150,00</b>	<b>1.279.731,55</b>	<b>3.000,00</b>	<b>684.475,42</b>	<b>271.150,00</b>	<b>595.256,13</b>	<b>3.000,00</b>	<b>284.327,09</b>
51 – Obras e Instalações	220.000,00	524.290,00	0,00	203.168,46	220.000,00	321.121,54	0,00	153.020,13
52 – Equipamento e Material Permanente	53.941,00	736.176,55	3.000,00	470.026,96	50.941,00	266.149,59	3.000,00	120.026,96
39 – O.S.T. Pessoa Jurídica	209,00	19.265,00	0,00	11.280,00	209,00	7.985,00	0,00	11.280,00
<b>5. Inversões Financeiras</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>6. Amortização da Dívida</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Siafi Gerencial

#### 4.1.3.7 Análise crítica da realização da despesa

A análise dos quadros permite observar que ocorreu o recebimento, com fluxo adequado, dos recursos aprovados na Lei Orçamentária Anual de 2013 – LOA nº 12.798, de 04/04/2013, da ordem de R\$10.927.615,00 (Dez milhões novecentos e vinte e sete mil seiscentos e quinze reais), para as despesas de Custeio e Capital, correspondentes aos limites de empenho que foram determinados a partir da publicação do Decreto n.º 7995 de 02/05/2013 e portaria do MPOG n.º 268 de 30/07/2013 autorizando os mesmos, dos quais R\$ 125.000,00 (Cento e vinte e cinco mil reais) corresponde a receita própria (Fonte 150).

Cabe ressaltar que a Portaria 268/2013 limitou gastos na ordem de R\$ 525.198,00 em alguns elementos de despesa imprescindíveis à manutenção do Centro.

Logo, conclui-se que praticamente não houve alteração relacionada à programação originária. Os repasses orçamentários ocorreram de forma satisfatória, permitindo que a UJ alcançasse quase todas as metas pactuadas no TCG/2013, conforme demonstrado nos Indicadores Institucionais. Em comparação ao exercício 2012, não ocorreu nenhuma alteração relevante.

---

#### **4.3 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores**

---

**QUADRO A.4.3 – RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES**

Valores em R\$ 1,00

<b>Restos a Pagar não Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante 01/01/2013</b>	<b>Pagamento</b>	<b>Cancelamento</b>	<b>Saldo a pagar 31/12/2013</b>
2012	2.191.468,47	1.882.732,64	29.705,04	279.030,79
2011	66.755,65	47.985,00	13.639,75	5.130,90
<b>Restos a Pagar Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante 01/01/2013</b>	<b>Pagamento</b>	<b>Cancelamento</b>	<b>Saldo a pagar 31/12/2013</b>
2012	1.460.218,98	1.448.481,70	11.737,28	0,00
2011	5.813,14	5.800,00	0,00	13,14
2010	2.191,60	0,00	0,00	2.191,60

**Fonte:** Siafi Operacional

---

##### **4.3.1 Análise Crítica**

---

Não houve impacto na gestão financeira da UJ no exercício de referência, decorrentes do pagamento de RP de exercícios anteriores. Porém cabe ressaltar as seguintes informações:

- a) O valor de R\$ 13,14 (Treze reais e quatorze centavos) refere-se a ajuste de retenção de tributos advindos da IN 1234 da RFB sobre pagamento a fornecedor. Esta obrigação será liquidada no exercício de 2014.
- b) O valor de R\$ 2.191,60 (Dois mil, cento e noventa e um reais e sessenta centavos) refere-se a uma pendência de pagamento vinculada a crédito de fornecedor. Esta obrigação será ajustada no exercício de 2014.

## 4.4 Transferências de Recursos

### 4.4.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

**QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA**

Posição em 31.12.2013

Unidade Concedente ou Contratante													
Nome: FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO													
CNPJ: 08.804.832/0001-72			UG/GESTÃO: 240901 / 00001										
Informações sobre as Transferências													
Modalidad e	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigênci a						
			Global	Contrapartida	No Exercíci o	Acumulad o até o Exercício							
3	04.11.0151.00	04.074.457/0001-00	604.343,00		0,00	0,00	514.445,34	17/05/2011 17/05/2013 1					

**LEGENDA**

Modalidade:	Situação da Transferência:
1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Cooperação	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Compromisso	4 - Concluído
	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

**Fonte:** SIAFI Operacional

Posição em 31.12.2013

Unidade Concedente ou Contratante													
Nome: SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL – SGM do MME													
CNPJ: 37.115.383/0001-53			UG/GESTÃO: 320012 / 00001										
Informações sobre as Transferências													
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigênci a						
			Global	Contrapartida	No Exercíci o	Acumulad o até o Exercício							
3	03/2013	04.074.457/0001-00	45.000,00		0,00	45.000,00	45.000,00	Out/13 Jun/14 1					
3	02/2013	04.074.457/0001-00	15.000,00		0,00	15.000,00	15.000,00	Jun/13 Dez/13 1					
3	01/2013	04.074.457/0001-00	20.000,00		0,00	20.000,00	20.000,00	Jun/13 Set/13 1					
3	04/2013	04.074.457/0001-00	20.000,00		0,00	20.000,00	20.000,00	Nov/13 Dez/13 1					

**LEGENDA**

Modalidade:	Situação da Transferência:
1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Cooperação	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Compromisso	4 - Concluído
	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

**Fonte:** Siafi Operacional

#### 4.4.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

---

**QUADRO A.4.4.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS**

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO					
	CNPJ:	08.804.832/0001-72				
UG/GESTÃO:	240901 / 00001					
	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
Modalidade	2013	2012	2011	2013	2012	2011
<b>Convênio</b>	-	-	-	0,00	0,00	0,00
<b>Contrato de Repasse</b>	-	-	-	0,00	0,00	0,00
<b>Termo de Cooperação</b>	-	-	1	0,00	0,00	514.445,34
<b>Termo de Compromisso</b>	-	-	-	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	-	-	1	0,00	0,00	514.445,34

Fonte: Siafi Operacional

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL					
	CNPJ:	37.115.383/0001-53				
UG/GESTÃO:	320012 / 00001					
	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
Modalidade	2013	2012	2011	2013	2012	2011
<b>Convênio</b>	-	-	-	0,00	0,00	0,00
<b>Contrato de Repasse</b>	-	-	-	0,00	0,00	0,00
<b>Termo de Cooperação</b>	4	1	-	99.974,00	14.980,00	0,00
<b>Termo de Compromisso</b>	-	-	-	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	4	1	-	99.974,00	14.980,00	0,00

Fonte: Siafi Operacional

## **4.5 Suprimento de Fundos**

### **4.5.1 Suprimento de Fundos – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo**

**QUADRO A.4.5.1 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)**

Valores em R\$  
1,00

Exercícios	Suprimento de Fundos						Total (R\$)	
	Conta Tipo “B”		CPGF					
	Quantidade	(a) Valor	Saque	Fatura				
2013	-	0,00	-	0,00	-	0,00	0,00	
2012	-	0,00	-	0,00	-	0,00	0,00	
2011	-	0,00	-	0,00	3	2.461,46	2.461,46	

### **4.5.4 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos**

Situação	Suprimento de Fundos											
	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	
PC não Apresentadas	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00
PC Aguardando Análise	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00
PC em Análise	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00
PC não Aprovadas	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00
PC Aprovadas	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	3	2.461,46

Fonte:

### **4.5.5 Análise Crítica**

Não ocorreu no exercício de 2013 a utilização de Suprimento de fundos.

## 5 PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.<sup>o</sup> 127, DE 15/5/2013.

### 5.1 Estrutura de pessoal da unidade

#### 5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

##### 5.1.1.1 Lotação

QUADRO A.5.1.1.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	122	122	43	05
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	122	122	43	05
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	120	120	43	05
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	1	1	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1	1	0	0
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	0	0	0	0
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	0	0	0	0
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	122	122	43	05

Fonte: SIAPE/SIAPECAD

---

### **5.1.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada**

---

**QUADRO A.5.1.1.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ**

<b>Tipologias dos afastamentos</b>	<b>Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro</b>
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>02</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	02
1.2. Exercício de Função de Confiança	-
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	-
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	-
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	-
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	-
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	-
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	-
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	-
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	-
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	-
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	-
<b>4. Licença Remunerada (4.1+4.2)</b>	-
4.1. Doença em Pessoa da Família	-
4.2. Capacitação	01
<b>5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	-
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	-
5.2. Serviço Militar	-
5.3. Atividade Política	-
5.4. Interesses Particulares	-
5.5. Mandato Classista	-
<b>6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	<b>02</b>
a) Licença para trato de saúde por junta médica oficial	01
b) art. 471 da CLT suspensão contrato de trabalho Decreto 5452/43) Anistiado	01
<b>7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>05</b>

Fonte: SIAPE /SIASS /SIAPECAD

---

### **5.1.2 Qualificação da Força de Trabalho**

---

---

#### **5.1.2.1 Estrutura de Cargos e de Funções**

---

**QUADRO A.5.1.2.1 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)**

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	<b>16</b>	<b>16</b>	<b>04</b>	<b>03</b>
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	15	15	04	02
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	01	01	-	-
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	-	-	-
1.2.4. Sem Vínculo	-	-	-	01
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
<b>2. Funções Gratificadas</b>	<b>01</b>	<b>01</b>	<b>01</b>	<b>01</b>
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	01	01	01	01
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	-	-	-
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	<b>17</b>	<b>17</b>	<b>05</b>	<b>04</b>

Fonte: SIAPE/SIAPECAD

**5.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade**

**QUADRO A.5.1.2.2 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA**

**SITUAÇÃO APURADA EM 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	<b>24</b>	<b>19</b>	<b>18</b>	<b>39</b>	<b>19</b>
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	24	19	18	39	19
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	1	-
2.3. Funções Gratificadas	-	-	1	-	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>24</b>	<b>19</b>	<b>19</b>	<b>40</b>	<b>19</b>

Fonte: SIAPE/SIAPECAD

Obs.:

EMPREGADO PUBLICO				01	03
-------------------	--	--	--	----	----

---

### **5.1.2.3 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade**

---

**QUADRO A.5.1.2.3 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE  
SITUAÇÃO APURADA EM 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>									
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos									
1.2. Servidores de Carreira				5	27	38	1	7	40
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>									
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior						1			
2.3. Funções Gratificadas									1
<b>3. Totais (1+2)</b>				5	27	39	1	7	41

**Fonte:** SERH

OBSERVAÇÃO: EMPREGADOS PUBLICOS					1				
<b>LEGENDA</b>									
<b>Nível de Escolaridade</b>									
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.									
<b>Fonte:</b> SIAPE/SIAPECAD									

### 5.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

**QUADRO A.5.1.3 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES**

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis							Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Membros de Poder e Agentes Políticos</b>											
Exercícios	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão</b>											
Exercícios	2013	4.390.974, 78	47.067,15	888.175,43	5.711.366, 02	595.852,15	1.464.467,99	1.420,08	-	-	13.099.323,60
	2012	3.063.732, 83	77.916,84	1.049.674,22	4.488.668, 74	362.263,31	1.453.035,59	-	32.997,0 0	1.420,0 8	10.529.708,61
	2011	2.860.358, 48	115.182,60	1.077.155,85	426.959,15	363.624,30	1.528.655,43	4.603.968 .71	-	953,68	10.976.858,20
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>											
Exercícios	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença</b>											
Exercícios	2013	133.752,48	-	34.384,99	111.516,91	4.476,00	48.976,58	-	-	-	333.106,96
	2012	76.633,20	-	12.290,89	72.324,24	-	34.651,94	-	-	-	195.900,27
	2011	185.823,12	38.384,88	37.741,15	12.580,38	1.824,00	26.513,28	184.565,9 4	-	-	487.432,75
<b>Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>											
Exercícios	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>											
Exercícios	2013	1.186.352, 99	351.797,51	291.891,14	1.466.357, 43	77.978,94	466.237,68	-	66.446,59	-	3.907.062,28
	2012	914.503,36	302.972,18	236.869,59	1.475.703, 41	58.781,40	369.238,88	-	-	-	3.358.068,82
	2011	732.092,77		190.149,95	105.084,18	63.205,92	313.685,55	1.399.07 0,04	-	-	2.803.288,41
<b>Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas</b>											
Exercícios	2013	85603,16	5139,7	47713,64	228826,73	9710	42611,78	-	58,7	-	419663,71
	2012	58673,25	5052,12	17943,31	101607,83	5784	20470,54	-	-	-	209531,05
	2011	44.234,88	-	13.131,25	8.800,57	4.716,00	18.054,94	108.916,68	-	-	197.854,32

Fonte: SIAPE

### 5.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

---

#### **5.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria**

---

**QUADRO A.5.1.4.1 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO**

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
<b>1. Integral</b>	28	-
1.1 Voluntária	26	04
1.2 Compulsória	-	-
1.3 Invalidez Permanente	2	-
1.4 Outras	-	-
<b>2. Proporcional</b>	17	-
2.1 Voluntária	15	-
2.2 Compulsória	1	-
2.3 Invalidez Permanente	1	-
2.4 Outras	-	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	45	04

Fonte: SIAPE

---

#### **5.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada**

---

**QUADRO A.5.1.4.2 - INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12**

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
<b>1. Aposentado</b>	9	0
1.1. Integral	5	0
1.2. Proporcional	4	0
<b>2. Em Atividade</b>	10	0
<b>3. Total (1+2)</b>	19	0

Fonte:SIAPE

---

#### **5.1.5 Cadastramento no Sisac**

---

### **5.1.5.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC**

**QUADRO A.5.1.5.1 – ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)**

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	42		42	
Concessão de aposentadoria	4	01	4	01
Concessão de pensão civil	-	03	-	01
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-	-	-	-
Concessão de reforma	-	-	-	-
Concessão de pensão militar	-	-	-	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	1	02	1	02
<b>Totais</b>	<b>47</b>	<b>06</b>	<b>47</b>	<b>04</b>

### **5.1.5.2 Atos Sujeitos à comunicação ao TCU**

**QUADRO A.5.1.5.2 – ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)**

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Desligamento	1	02	1	02
Cancelamento de concessão	1	-	0	0
Cancelamento de desligamento	0	-	0	0
<b>Totais</b>	<b>2</b>	<b>02</b>	<b>1</b>	<b>02</b>

### **5.1.5.3 Regularidade do cadastro dos atos no Sisac**

**QUADRO A.5.1.5.3 – REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC**

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
<b>Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Admissão	17	22	-	3
Concessão de aposentadoria	4	0	-	2
Concessão de pensão civil	0	0	-	2
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-	-	-	-
Concessão de reforma	-	-	-	-
Concessão de pensão militar	-	-	-	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	1	-	-	1
<b>Total</b>	<b>22</b>	<b>22</b>	<b>-</b>	<b>8</b>
<b>Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Desligamento	-	-	-	-
Cancelamento de concessão	-	-	-	-
Cancelamento de desligamento	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

---

#### **5.1.5.4 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico**

---

##### **A.5.1.5.4 – ATOS SUJEITOS À REMESSA FÍSICA AO TCU (ART. 14 DA IN TCU 55/2007)**

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao envio ao TCU		Quantidade de atos enviados ao TCU	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Pensões gratosas ou indenizatórias	-	-	-	-
Desligamento	1	-	-	-
Cancelamento de desligamento	-	2	-	2
<b>Totais</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>-</b>	<b>2</b>

---

#### **5.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos**

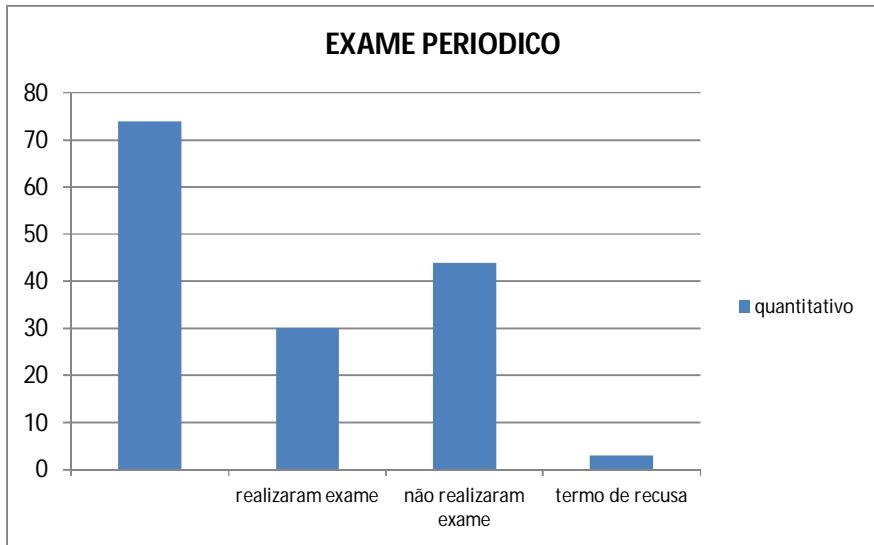
---

##### **Absenteísmo;**

O Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS), através das Unidades Credenciadas, no caso do CETEM, o Nucleo do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro – NERJ/MS, é responsável pelo controle de afastamento referentes as ações médicas, através de pericia oficial.

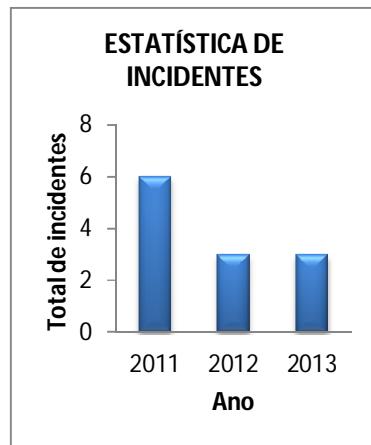
No ano de 2013 o SIASS implantou a realização do exame periódico dos Servidores Públicos Federais , com a finalidade de prevenir doenças, melhorar a qualidade de vida e estimular os cuidados com a saúde. Esses exames fazem parte da Política de Atenção à Saúde do Servidor, instituída no âmbito da Administração Pública Federal.

<b>Relação dos Exames Realizados de 01/10/2013 a 23/10/2013</b>	
Servidores que realizaram o exame	30
Servidores que NÃO realizaram o exame	44
Servidores que apresentaram Termo de Recusa	3
Total de servidores Convocados	77



- Incidentes de Trabalho;

ANO	INCIDENTES
2011	6
2012	3
2013	3



- **Afastamentos por Licença para tratamento de saúde por junta médica oficial;**

Do total de 121 servidores, no ano de 2013, 5% destes servidores estiveram afastados por motivo de doença, sendo que um dos afastamentos foi superior a 60% do período laboral.

- **Rotatividade (turnover);**

EXERCÍCIO	ENTRADA	SAÍDA
2011	-	5
2012	3	4
2013	42	5

**Fonte:** Siape

- **Educação Continuada;**

Cursos:

- 1) Curso de Língua Inglesa, com o objetivo de capacitar os servidores no processo de escrita de artigos científicos, bem como habilidade de expressar ideias de forma eficaz.

- **Disciplina;**

EXERCÍCIO	Nº DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES
2011	01
2012	-
2013	-

Fonte: CGU-PAD

- **Aposentadoria versus reposição do quadro.**

EXERCÍCIO	CARGO	APOSENTADORIA	REPOSIÇÃO
2011	Pesquisador	01	-
	Técnico	01	-
2012	Analista	01	-
	Técnico	01	-
2013	Pesquisador	02	01
	Tecnologista	-	01
	Técnico	-	02
	Assistente	02	01

Fonte: Siape

CARGO	ENTRADA	SAÍDA	MOTIVO
Pesquisador	2	2	Aposentadoria
Tecnologista	2	-	
Analista	0	-	
Técnicos	11	-	
Assistentes	27	2 1	Aposentadoria Exoneração

## 5.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

### 5.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

**QUADRO A.5.2.1 – CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE JURISDICIONADA**

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2013	2012	2011		
Técnico	0	06	06	0	06
Assistente em C e T.	0	20	15	0	20
<b>Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão</b>					
O exercício de 2013 representou um marco histórico para o CETEM. O Centro completou 35 anos de existência e recebeu 41 novos servidores, sendo que 20 para atuar diretamente na Administração. O concurso público realizado em agosto/2012 foi o primeiro para contratação de servidores para atuarem na área administrativa.					
Além de permitir a substituição de mão de obra terceirizada, contratada em desacordo com o Decreto n.º 2.271/1997, parte destes servidores corresponde à substituição de colegas que se aposentaram ou faleceram desde a criação do CETEM.					
Apesar do quantitativo recebido, o quadro ainda não corresponde ao necessário, bem como ainda encontra-se distante do ideal para que o Centro continue a desenvolver sua Missão e também possa assumir novos desafios, uma vez que vários servidores estão bem próximos da aposentadoria.					
Cabe ressaltar que somente a partir de março/2013 esses servidores começaram a tomar posse. Durante o exercício de 2013 realizaram processo de capacitação para atuarem nas respectivas áreas, uma vez que somente a área de Recursos Humanos recebeu servidores com experiência na administração pública. Na área de contratações três servidores realizaram curso de pregoeiro.					
Fato é que a carência de todos os setores da Administração foi suprida, mesmo que ainda não totalmente, em especial o Setor de licitações e contratações, que encontrava-se em situação bastante crítica.					

Fonte: COAD/SERH

### **5.2.3 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada**

**QUADRO A.5.2.3 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA**

Unidade Contratante											
Nome: Centro de Tecnologia Mineral											
UG/Gestão:024752					CNPJ:04.074.457/0001-00						
Informações sobre os Contratos											
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados				Sit.
					Início	Fim	P	C	P	C	
2012	V	E	017/2012	31.245.699/0001-83	26/09/12	24/03/13			16	16	
2013	V	E	009/2013	31.245.699/0001-83	25/03/2013	20/09/2013			16	16	E
2013	V	E	015/2013	31.245.699/0001-83	21/09/2013	20/03/2014			16	16	A
2012	V	*	002/2012	032.659.996/0001/55	27/01/2012	27/01/2013			04	04	E
2013	V	E	001/2013	032.659.996/0001/55	28/01/2013	26/07/2013			04	04	E
2013	V	E	012/2013	032.659.996/0001/55	27/07/2013	23/01/2014			04	04	E
2012	L	E	027/2012	29.000841/0001-80	28/12/12	25/06/13	27	27			
2013	L	E	010/2013	29.000841/0001-80	26/06/13	22/12/2013	26	26			
2013	L	E	013/2013	29.000841/0001-80	23/12/2013	20/06/2014	26	26			

**Observações:** O contrato 002/2012 é de natureza excepcional.

#### **LEGENDA**

**Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte:SMPI

## **5.2.4 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão**

**QUADRO A.5.2.4 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA**

Unidade Contratante											
Nome: Centro de Tecnologia Mineral											
UG/Gestão:024752					CNPJ:04.074.457/0001-00						
Informações sobre os Contratos											
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados				Sit.
					Início	Fim	P	C	P	C	
2012	4	E	012/2012	028.775.660001-21	28/08/2012	23/02/2013	1	1			E
2012	5	E	012/2012	028.775.660001-21	28/08/2012	23/02/2013			2	2	E
2012	2	E	012/2012	028.775.660001-21	28/08/2012	23/02/2013			3	3	E
2012	8	E	012/2012	028.775.660001-21	28/08/2012	23/02/2013	3	3	1	1	E
2012	12	E	012/2012	028.775.660001-21	28/08/2012	23/02/2013	6	5	24	24	E
2013	4	E	005/2012	29000841/000180	25/02/2013	23/08/2013	1	1			E
2013	5	E	005/2012	29000841/000180	25/02/2013	23/08/2013			2	2	E
2013	2	E	005/2012	29000841/000180	25/02/2013	23/08/2013			3	3	E
2013	8	E	005/2012	29000841/000180	25/02/2013	23/08/2013	3	3	1	1	E
2013	12	E	005/2012	29000841/000180	25/02/2013	23/08/2013	1	1	14	14	E
2013	4	E	013/2013	29000841/000180	23/08/2013	18/02/2014	1	1			A
2013	5	E	013/2013	29000841/000180	23/08/2013	18/02/2014			2	2	A
2013	2	E	013/2013	29000841/000180	23/08/2013	18/02/2014			3	3	A
2013	8	E	013/2013	29000841/000180	23/08/2013	18/02/2014	3	3	1	1	A
2013	12	E	013/2013	29000841/000180	23/08/2013	18/02/2014	1	1	15	15	A
2013	9	*	002/2013	02566106/0001-82	02/01/2013	01/01/2014	5	5	17	17	A

**Observações:** O contrato 002/2012 é de natureza excepcional.

### **LEGENDA**

#### **Área:**

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
12. Outras

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

**Fonte:**SMPI

---

### **5.2.5 Análise Crítica dos itens 5.2.3 e 5.2.4**

---

A carência de servidores na área administrativa, em especial no setor de licitações e contratações, começou a ser suprida a partir de março/2013, com a posse de novos servidores na Administração do Centro. Uma vez que a maioria destes servidores não possuíam quaisquer experiências no âmbito da administração pública, foram submetidos a processos de capacitação ao longo do exercício. Este fato fez com que ocorressem novas autorizações para contratações de serviços continuados por dispensa de licitação em caráter emergencial.

Cabe ressaltar que com a recomposição da equipe, o Setor de licitações iniciou procedimentos no sentido de eliminar os processos emergenciais. Já a partir de 2013 quatro processos licitatórios foram enviados para análise da CJU/RJ, sendo que dois pregões já estão com data marcada para 26/03/2014. Até o final de março/2014, conforme foi pactuado em 2013 com a equipe de Auditoria da CGU/RJ, submeteremos à análise da CJU/RJ todos os processos que visam à contratação de serviços continuados com dedicação de mão de obra exclusiva, que hoje ainda encontram-se em caráter emergencial.

---

### **5.2.6 Composição do Quadro de Estagiários**

---

**QUADRO A.5.2.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS**

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>1. Nível superior</b>	<b>8</b>	<b>8</b>	<b>8</b>	<b>7</b>	<b>34.147,33</b>
1.1 Área Fim	8	8	8	7	34.147,33
1.2 Área Meio	0	0	0	0	0
<b>2. Nível Médio</b>	<b>10</b>	<b>14</b>	<b>12</b>	<b>11</b>	<b>7.032,65</b>
2.1 Área Fim	1	3	2	2	7.032,65
2.2 Área Meio	0	0	0	0	0
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>9</b>	<b>11</b>	<b>10</b>	<b>9</b>	<b>41.179,98</b>

Fonte: SIAPE

## **6 PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.**

---

### **6.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros**

---

#### **Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada**

- a) A Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos é a Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008.
- b) A frota de veículos é imprescindível para as atividades do CETEM.
- c) São 7 (sete) veículos em uso, sob a responsabilidade do CETEM, no transporte institucional, como segue:
  - c.1) Veículo caminhonete, Marca TOYOTA, Modelo Bandeirante, ano/modelo: 1989, Placa: LIP 3953, combustível diesel;

- c.2) Veículo de passageiro, Marca FIAT , Modelo Pálio Weekend, ano/modelo: 2005, Placa: LCI 9282, combustível álcool/gasolina;
- c.3) Veículo caminhonete, Marca MITSUBISHI, Modelo L200, ano/modelo: 2005/2006, Placa: KZR 4114, combustível diesel;
- c.4) Veículo caminhonete, Marca FIAT, Modelo STRADA, ano/modelo: 2007, Placa: KYR 0360, combustível álcool/gasolina;
- c.5) Veículo caminhonete, Marca MITSUBISHI, Modelo L200, ano/modelo: 2007/2008, Placa: KXH 1386, combustível diesel;
- c.6) Veículo caminhonete Furgão, Marca FIAT, Modelo DUCATO, ano/modelo: 2010/2011, Placa: KVK 6675, combustível diesel;
- c.7) Veículo caminhonete, Marca TOYOTA, Modelo HILUX, ano/modelo: 2013, Placa: zero KM, combustível diesel.
- d) c.1 – 2.521 km; c.2 – 13.650 km; c.3 – 21.030 km; c.4 – 13.317 km; c.5 – 21.053 km; c.6 – 1.462 km; c.7 – 5.173 km;
- e) c.1 – 25 anos; c.2 – 9 anos; c.3 – 8 anos; c.4 – 7 anos; c.5 – 6 anos; c.6 – 3 anos; c.7 – 1;
- f) R\$ 202.261,54 (3 motoristas + manutenção mecânica + combustível)
- g) 8 anos de uso;
- h) A razão da existência dos veículos oficiais, e não locação, tem por motivo os trabalhos de campo do CETEM, haja vista a frota composta com somente 1(um) veículo de passageiro.
- i) O uso do transporte é controlado pelo Sistema de Informações Gerenciais e Tecnológicas - SIGTEC, alimentado pelo formulário de nome “Solicitação de Transporte”, com aprovação do Coordenador do setor requisitante, com numeração sequencial, com registro da quilometragem, com registro da data/hora de saída e chegada, assinatura do usuário e assinatura do condutor.

## **6.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário**

### **6.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial**

**QUADRO A.6.2.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO**

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	RJ	1	1
	Rio de Janeiro		
	Subtotal Brasil	1	1
	Subtotal Exterior	0	0
	Total (Brasil + Exterior)	1	1

Fonte:Siafi

### 6.2.3 Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ

**QUADRO A.6.2.3 – DISCRIMINAÇÃO DE IMÓVEIS FUNCIONAIS DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ**

Situação	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
Ocupados							
240127	6001.02 788.500 -400	5	14997269,6 6	27/12/2013	18.881.729,11	227212,50	971.384,82
<b>Total</b>							
<b>Fonte:SIAFI</b>							

## 7 PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013.

### 7.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

**Quadro A.7.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada**

Quesitos a serem avaliados		
<b>1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:</b>		
x	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.	
	x monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.	
x	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.	
	x aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.	
	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.	
	x aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.	
	x aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.	
	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.	
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.	
x	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.	
x	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.	
	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.	
<b>2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da Instituição:</b>		
x	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.	
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.	
	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.	
	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.	
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.	

	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
<b>3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:</b>	
	Auditória de governança de TI.
	Auditória de sistemas de informação.
	Auditória de segurança da informação.
	Auditória de contratos de TI.
	Auditória de dados.
	Outra(s). <span style="float: right;">Qual(is)?</span>
x	Não foi realizada auditória de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
<b>4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênero:</b>	
x	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
x	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
x	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
x	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
x	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
x	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
x	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
x	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
x	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI:
<b>5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:</b>	
	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
x	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
<b>6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:</b>	
x	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
x	Classificação da informação para o negócio, nos termos da Lei 12.527/2011 (p.ex. divulgação ostensiva ou classificação sigilosa).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
<b>7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre</b>	
(3)	são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
(1)	nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
(1)	são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
(4)	os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
(4)	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
(1)	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
<b>8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009):</b> (assinale apenas uma das opções abaixo)	
x	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).

A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<b>9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?</b>
<input checked="" type="checkbox"/> Entre 1 e 40%.
<input type="checkbox"/> Entre 41 e 60%.
<input type="checkbox"/> Acima de 60%.
<input type="checkbox"/> Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
<b>Comentários</b>
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.

### 7.1.1 Análise Crítica

## 8 PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU N.<sup>o</sup> 127, DE 15/5/2013.

### 8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

**QUADRO A.8.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS**

Aspectos sobre a gestão ambiental Licitações Sustentáveis	Avaliação				
	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.			X		
<input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				X	
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).				X	
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i> ), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.				X	
<input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).				X	
<input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).				X	

<input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					
7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).			X		
<input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?					
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).			X		
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012.					X
<input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade.					
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.			X		
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X		
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
Considerações Gerais:					
<b><u>LEGENDA</u></b>					
<b>Níveis de Avaliação:</b>					
<b>(1) Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
<b>(2) Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
<b>(3) Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
<b>(4) Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
<b>(5) Totalmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

## 8.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

**QUADRO A.8.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA**

Adesão a Programas de Sustentabilidade					
Nome do Programa		Ano de Adesão	Resultados		
Esplanada Sustentável		2013	Diminuição de todas as contas apuradas, como : energia elétrica, água, copos plásticos, cartuchos de tinta, papel para impressão e telefone.		
Recurso Consumido		Quantidade		Valor	
		Exercícios			
		2013	2012	2011	2013
<b>Papel (resma)</b>		1200	1200	1500	13.416,00
<b>Água (m³)</b>		12.087,5	17929	14015	166.758,34
<b>Energia Elétrica (KWh)</b>		1.921.805	2.057.822	1.996.968	875.277,80
				Total	<b>1.055.452,14</b>
					<b>1.254.302,58</b>
					<b>1.092.634,74</b>

Fonte: CGPGLES

## 9 PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.

### 9.2 Tratamento de Recomendações do OCI

#### 9.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

**QUADRO A.9.2.1 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI**

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL			<b>024752</b>
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201306032	1.1.1.1	Ofício 30695/2013/NAC-5/CGU-Regional/RJ/CGU-PR
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL			<b>024752</b>
Descrição da Recomendação			
Atualizar a avaliação do Imóvel de Uso Especial da União sob a responsabilidade do CETEM de acordo com o Manual do SPIUnet, bem como implementar rotinas para avaliação dos imóveis.			
Providências Adotadas			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
SMPI/SEOF			<b>024752</b>
Síntese da Providência Adotada			
O CETEM atualizou a o valor do seu imóvel, e estabeleceu como rotina promover a sua atualização de valor.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Obteve o valor do imóvel atualizado.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A nomeação de novos servidores, propiciou aos setores competentes adotarem as providências cabíveis.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL			024752
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	201306032	1.1.1.1	Ofício 30695/2013/NAC-5/CGU-Regional/RJ/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL			024752
Descrição da Recomendação			
Realizar anualmente o Inventário de bens imóveis de uso especial da União sob a responsabilidade do CETEM.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
SMPI/SEOF			024752
Síntese da Providência Adotada			
O CETEM atualizou a o valor do seu único imóvel, e estabeleceu como rotina promover a sua atualização de valor.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Manteve seu inventário atualizado.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A nomeação de novos servidores, propiciou aos setores competentes adotarem as providências cabíveis.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL			024752
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	201306032	1.1.3.1	Ofício 30695/2013/NAC-5/CGU-Regional/RJ/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL			024752
Descrição da Recomendação			
Criar norma interna que estabeleça atribuições dos agentes responsáveis pelo registro dos atos de pessoal, definindo priorização e periodicidade das atividades.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
SERH			024752
Síntese da Providência Adotada			
Criou norma interna que estabeleceu atribuições dos agentes responsáveis pelo registro dos atos de pessoal, definindo priorização e periodicidade das atividades .			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Atualização dos registros dos atos de pessoal no SISAC.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A nomeação de novos servidores, propiciou aos setores competentes adotarem as providências cabíveis.			

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL			<b>024752</b>
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	201306032	1.1.5.1	Ofício 30695/2013/NAC-5/CGU-Regional/RJ/CGU-PR
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL			<b>024752</b>
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Capacitar o setor de aquisições e contratações do CETEM no que se refere ao exame da legislação específica de forma a contribuir para a melhoria da gestão.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
COAD/SMPI			<b>024752</b>
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
A administração do Centro iniciou a capacitação de todos os novos servidores do setor de aquisições e contratações.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Melhoria significativa na classificação das licitações.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
A nomeação de novos servidores, propiciou aos setores competentes adotarem as providências cabíveis.			

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL			<b>024752</b>
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	201306032	1.1.5.1	Ofício 30695/2013/NAC-5/CGU-Regional/RJ/CGU-PR
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL			<b>024752</b>
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Capacitar o setor de aquisições e contratações do CETEM no que se refere ao exame da legislação específica de forma a contribuir para a melhoria da gestão.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
COAD/SMPI			<b>024752</b>
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
A administração do Centro promoveu a capacitação de todos os novos servidores do setor de aquisições e contratações.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Melhoria significativa na classificação das licitações.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
A nomeação de novos servidores, propiciou aos setores competentes adotarem as providências cabíveis.			

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL			024752
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	201306032	1.1.5.2	Ofício 30695/2013/NAC-5/CGU-Regional/RJ/CGU-PR
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL			024752
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Realizar o levantamento das necessidades anuais de aquisições e contratações do CETEM, visando à elaboração do planejamento correspondente.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
SMPI/COAD			024752
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
A Administração do CETEM, passou a realizar consultas constantes às coordenações técnicas, com intuito de identificar necessidades de contratações e aquisições de bens e serviços possibilitando a elaboração de um planejamento anual de compras. Uma agenda de licitações foi elaborada e implementada no exercício 2014.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Diminuição de processo por dispensa de licitação.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
A nomeação de novos servidores, propiciou aos setores competentes adotarem as providências cabíveis.			

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL			024752
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	201306032	1.1.8.4	Ofício 30695/2013/NAC-5/CGU-Regional/RJ/CGU-PR
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL			024752
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Estabelecer rotinas que verifiquem o cumprimento de todas as etapas e documentação necessária à aquisição de bens e serviços de tecnologia da informação.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
SEIN/SMPI			024752
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Os procedimentos e processos definidos pela IN04 e seus anexos já foram adotados e estão em uso pela instituição, seja pelo setor de Compras ou pelo SEIN (Serviço de Informação). Foi publicada uma ordem interna formalizando a necessidade de aprovação pelo SEIN de todos os processos de aquisição de produtos e serviços de TI.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Os resultados serão apresentados no próximo exercício.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
A observância das determinações contidas na IN 04 e a utilização dos roteiros e modelos do SISP permitem o maior controle do processo de aquisição de TI, reduzindo erros e riscos envolvidos.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL			024752
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
8	201306032	1.1.8.2	Ofício 30695/2013/NAC-5/CGU-Regional/RJ/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL			024752
Descrição da Recomendação			
Acompanhar os trabalhos da recém-criada Comissão da Tecnologia da Informação (CTIC) quanto ao estabelecimento de prazos e metas de modo a que o CETEM institua uma Política de Segurança da Informação e Comunicações ainda em 2013 e atualizada com uma adequada periodicidade.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
SEIN			024752
Síntese da Providência Adotada			
A partir da emissão e publicação da Ordem Interna nº 54 de 19 de dezembro de 2013, o CETEM implantou a PoSIC.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Os resultados serão apresentados no próximo exercício.			
Podemos considerar como principais resultados imediatos:			
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Formalização de procedimentos a serem adotados pela instituição e alinhamento com diretrizes e instruções do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República</li> <li>- Direcionamento às áreas para execução de programas específicos</li> <li>- <b>Direcionamento às aquisições em alinhamento à PoSIC.</b></li> </ul>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A implantação da PoSIC teve o apoio das áreas da instituição, bem como da Comissão de TIC e da Diretoria, o que facilitou o desenvolvimento.			

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL			024752
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
9	201306032	1.1.2.1	Ofício 30695/2013/NAC-5/CGU-Regional/RJ/CGU-PR
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL			024752
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Elaborar estudo que fundamente a composição do quantitativo ideal de servidores do CETEM.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
DIRETORIA/COAD			024752
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
O CETEM realizou um novo estudo que permitiu fundamentar a sua carência de servidores.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
O estudo realizado ainda não produziu efeitos, em função da dependência do CETEM em relação ao MCTI.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL			024752
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	201306032	1.1.7.2	Ofício 30695/2013/NAC-5/CGU-Regional/RJ/CGU-PR
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL			024752
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Avaliar a possibilidade de, nas reuniões semestrais de acompanhamento, discutir o conjunto de indicadores estabelecidos para o CETEM, abordando, principalmente, aspectos de completude e utilidade para uma melhor adequabilidade às necessidades da unidade.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
DIRETORIA/CPGI			024752
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
O CETEM, na reunião de avaliação semestral do TCG 2013 realizada em julho do corrente exercício com gestores do MCTI comunicou a recomendação apresentada no relatório.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
A providência não obteve resultado.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
O CETEM entende que a recomendação <b>não se aplica</b> , uma vez que o modelo de indicadores adotado pelo MCTI é peculiar a todos os seus Centros de Pesquisa			

## 9.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

**QUADRO A.9.2.2 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO**

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa		Código SIORG			
CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL			024752		
Recomendações do OCI					
Recomendações Expedidas pelo OCI					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
1	201306032	1.1.2.1	Ofício 30695/2013/NAC-5/CGU-Regional/RJ/CGU-PR		
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG		
CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL			024752		
Descrição da Recomendação					
Solicitar vagas, por meio de concurso público, com base no estudo realizado para dimensionar o quantitativo ideal de servidores.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação		Código SIORG			
DIRETORIA		024752			
Justificativa para o seu não Cumprimento					
Apesar de não ter sido formalizada a solicitação de vagas para concurso público, o tema foi abordado em duas ocasiões. A primeira com o então Ministro de Estado em Ciência, Tecnologia e Inovação e o Secretario Executivo do MCTI, quando da realização da 65. <sup>a</sup> Reunião da SBPC. A Segunda com o Coordenador Geral das UP's, quando da reunião de avaliação dos resultados do TCG/2013. Nos dois eventos fomos informados que o MCTI solicitou ao MPOG autorização para a realização de concurso público, tanto para suprir carências no âmbito do MCTI, quanto para suas UP's. Porém, a distribuição das vagas aprovadas seria discutida em momento apropriado.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL			<b>024752</b>
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	201306032	1.1.5.1	Ofício 30695/2013/NAC-5/CGU-Regional/RJ/CGU-PR
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL			<b>024752</b>
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Estabelecer a obrigatoriedade de submissão dos procedimentos de contratação direta à análise jurídica.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
COAD/SMPI			<b>024752</b>
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>			
O procedimento de submissão à CJU/RJ, de contratações por inexigibilidade e processos com a finalidade de eliminar com as contrações emergenciais de serviços continuados, começou a ser adotado no final do exercício 2013. Porém, devido a quantidade de processos, o cumprimento desta recomendação será totalmente atendido em 2014.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
O setor competente, é formado basicamente por servidores que ingressaram no Serviço Público no exercício 2013, logo precisavam de capacitação para desenvolverem suas atividades.			

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL			<b>024752</b>
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	201306032	1.1.5.2	Ofício 30695/2013/NAC-5/CGU-Regional/RJ/CGU-PR
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL			<b>024752</b>
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Definir rotinas e procedimentos de controle interno na área de licitações e compras, com o objetivo de assegurar a seleção da modalidade de licitação correta para cada aquisição e contratação realizada			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
COAD/SMPI			<b>024752</b>
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>			
Embora sem formalizar rotinas e procedimento de controle interno, os procedimentos começaram a ser adotados a partir do 2.º semestre de 2013. Porém esta recomendação será totalmente atendida no exercício 2014.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
O setor competente, é formado basicamente por servidores que ingressaram no Serviço Público no exercício 2013, logo precisavam de capacitação para desenvolverem suas atividades.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL			024752
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	201306032	1.1.5.3	Ofício 30695/2013/NAC-5/CGU-Regional/RJ/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL			024752
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Submeter os procedimentos de dispensa de licitação fundamentados no inciso IV do artigo 24 da Lei 8.666/1993 ao exame da Advocacia Geral da União.			
<b>Providências Adotadas</b>			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
COAD/SMPI			024752
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>			
O procedimento de submissão à CJU/RJ, com a finalidade de eliminar com as contrações emergenciais de serviços continuados, começou a ser adotado no final do exercício 2013. Porém, devido a quantidade de processos, o cumprimento desta recomendação será totalmente atendido em 2014.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
O setor competente, é formado basicamente por servidores que ingressaram no Serviço Público no exercício 2013, logo precisavam de capacitação para desenvolverem suas atividades.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL			024752
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	201306032	1.1.5.2	Ofício 30695/2013/NAC-5/CGU-Regional/RJ/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL			024752
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Planejar e realizar processos licitatórios para contratação de serviços de limpeza, conservação e jardinagem, serviços especializados de apoio à infraestrutura administrativa e serviços de vigilância e segurança patrimonial ostensiva armada.			
<b>Providências Adotadas</b>			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
COAD/SMPI			024752
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>			
O procedimento de submissão à CJU/RJ de processos com a finalidade de contratar os serviços continuados supracitados, que ao final do exercício ainda se encontravam em situação emergencial, começou a ser adotado no final do exercício 2013. Porém, devido a quantidade de processos, bem como a falta de experiência dos novos servidores, esta recomendação será totalmente atendido em 2014.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
O setor competente, é formado basicamente por servidores que ingressaram no Serviço Público no exercício 2013, logo precisavam de capacitação para desenvolverem suas atividades.			

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL			024752
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	201306032	1.1.8.3	Ofício 30695/2013/NAC-5/CGU-Regional/RJ/CGU-PR
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL			024752
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Elaborar uma Metodologia de Desenvolvimento e Produção de Sistemas que busque garantir que as etapas do desenvolvimento de sistemas sejam executadas de forma sistemática e documentadas.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
SEIN			024752
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>			
A metodologia ainda não foi concluída.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
Os resultados serão apresentados no próximo exercício, conforme pactuado no PPP da UJ.			

## 9.4 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei n° 8.730/93

### 9.4.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

**QUADRO A.9.4.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR**

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades  (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas  (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	17
	Entregaram a DBR	-	-	13
	Não cumpriram a obrigação	-	-	04

Fonte: SERH

---

#### **9.4.2 Situação do Cumprimento das Obrigações**

---

O Serviço de Recursos Humanos efetuou cobrança aos servidores, que ainda não atenderam a solicitação. Cabe ressaltar que o setor não possui sistema Informatizado para gerenciamento de DBRs, porem estas são lacradas e alocadas em separado.

---

#### **9.6 Alimentação SIASG E SICONV**

---

**QUADRO A.9.6 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV**

**DECLARAÇÃO**

Eu, Durval Costa Reis, CPF nº 663.669.337-15, Chefe do Serviço de Material, Patrimônio e Infraestrutura, exercido no Centro de Tecnologia Mineral, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2014.

Durval Costa Reis

663.669.337-15

Chefe do Serviço de Material, Patrimônio e Infraestrutura

## **10 PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N.<sup>o</sup> 127, DE 15/5/2013.**

### **10. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE**

O canal de acesso do cidadão ao CETEM para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, etc é o site institucional [www.cetem.gov.br](http://www.cetem.gov.br).

Através da aba “Transparéncia” está disponilizados aos cidadãos diversos relatórios gerenciais, bem como um item específico de acesso ao SIC – Serviço de Informação ao Cidadão, atendendo o disposto na Portaria n. 149 de 28/02/2012 – MCTI.

O SIC oferece formulários que permitirá ao cidadão/usuário dos produtos e serviços resultantes da atuação do CETEM fazer quaisquer tipos de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, etc.

Durante o ano de 2013 foram realizadas reuniões com o objetivo de discutir os mecanismos mais apropriados para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços resultantes da atuação desta unidade de pesquisa.

## **11 PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU N.<sup>o</sup> 127, DE 15/5/2013.**

---

### **11.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público**

---

O CETEM está aplicando os dispositivos contidos nas NBC T 16.9, que trata da depreciação, porém em função do ingresso de novos servidores no decorrer do exercício, não foi constituída uma nova comissão com intuito de atender os dispositivos da NBC T 16.10. Cabe ressaltar que o referido Centro utiliza o método de cotas constantes para cálculo de depreciação, amortização e exaustão. Observa-se que o principal impacto das utilizações dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 foi a atualização do valor dos bens adquiridos a partir de 2010.

---

## **11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis**

---

### **11.2.1 Declaração Plena**

---

**QUADRO A.11.2.1 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO  
REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA  
UNIDADE JURISDICIONADA.**

<b>DECLARAÇÃO DO CONTADOR</b>	
<b>Denominação completa (UJ)</b>	<b>Código da UG</b>
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2013, refletem adeuada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p>	
<p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>	
<b>Local</b>	<b>Rio de Janeiro</b>
<b>Contador Responsável</b>	<b>Dailza de Oliveira</b>
	<b>Data</b>
	<b>CRC nº</b>
	<b>31/12/2013</b>
	<b>079946/O-7/RJ</b>

## **12 PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU N.<sup>o</sup> 127, DE 15/5/2013.**

### **12.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ**

#### **INAUGURAÇÃO DAS NOVAS INSTALAÇÕES DO NÚCLEO REGIONAL DO CETEM NO ESPÍRITO SANTO**

FINEP/MCTI

**Principais Parceiros:** Prefeitura de Cachoeira de Itapemirim e Instituto Federal de Educação Superior - IFES

**Coordenação CETEM:** Carlos Peiter

Volume dos recursos envolvidos: R\$ 2 milhões e quinhentos mil

**Objetivo:** Atender as demandas tecnológicas dos produtores e de exportadores de rochas ornamentais visando aprimoramento da qualidade de produtos, melhoria de desempenho de processos e redução de rejeitos e resíduos e seu reaproveitamento e reciclagem.

**Importância/ impacto para a sociedade:** melhoria da competitividade do setor, aumento da geração de empregos e renda no arranjo produtivo local. Disseminação do conhecimento técnico através de treinamentos e eventos científicos e apoio em feiras comerciais

#### **LABORATÓRIO DE PESQUISAS GEMOLÓGICAS**

(FINEP/FNDCT/Encomenda Vertical

Projeto ABNT/Gemas, CT-Mineral: Projeto Corgema II, TDC Lítio, MCTI/CETEM

**Principais Parceiros:**

**Coordenação CETEM:** Jurgen Schnellrath

ABNT,

INMETRO

Departamento de Física da UFMG

Deutsche Gemmologische Gesellschaft (Laboratório de Gemas da Alemanha)

Volume dos recursos envolvidos: R\$ 1 milhão de reais

**Objetivo:** Fazer do LAPEGE um laboratório de referência para o setor de gemas, joias e afins. Para isto iremos buscar a acreditação de ensaios previstos em normas da ABNT, onde coordenamos uma Comissão de Estudos do CB-33 e participamos/secretariamos outras duas. Estes ensaios deverão passar a ser demandados dentro dos Programas de Avaliação da Conformidade que o INMETRO vir a executar em função das demandas do setor. Previsão: julho de 2014

**Importância/impacto para a sociedade:** O LAPEGE também atende o micro e pequeno empresário ou indivíduo interessado na análise de gemas e promove ações de difusão e divulgação do conhecimento científico-tecnológico na área da gemologia (promoção de cursos, palestras e oficinas; participação em feiras do setor).

#### **PROJETO ENTIDADES ASSOCIADAS AO CETEM – UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE- UFCG**

(FINEP/FNDCT/Encomenda Vertical

Projeto ABNT/Gemas, CT-Mineral: Projeto Corgema II, TDC Lítio, MCTI/CETEM

**Principais Parceiros:**

**Coordenação CETEM:** Francisco Hollanda

Universidade Federal do Ceará

Universidade Federal de Campina Grande

Volume dos recursos envolvidos: R\$ 1 milhão e oitenta e dois mil

**Objetivo:** Realizar ações integradas destinadas à pesquisa e desenvolvimento dos processos para o aproveitamento de minerais de pegmatitos e rochas de quartzitos.sobre da região da Província Mineral da Borborema nos Estados da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.

**Importância/impacto para a sociedade:** os beneficiários desse projeto serão as cooperativas de pequenos mineradores, como a COOPERVARZEA e a COOPERJUNCO, localizadas nos municípios de Várzea e Juncos do Seridó, no Estado da Paraíba, o que trará benefícios diretos para aproximadamente 600 pessoas dessas cooperativas. O projeto também beneficiará micro empresas do Rio Grande do Norte e do Ceará, bem como as comunidades acadêmicas da UFCG e UFC, propiciando melhoria no nível de qualificação de recursos humanos. Primeira etapa : dezembro de 2014

**PROJETO ENTIDADES ASSOCIADAS AO CETEM – UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE**

**Principais Parceiros:**

**Coordenação CETEM:** Francisco Hollanda

Universidade Federal de Pernambuco

Núcleo Regional do Espírito Santo NR-ES - CETEM

Volume dos recursos envolvidos: R\$ 1 milhão

**Objetivo:** Caracterização de minerais industriais & gemas do nordeste e estudo de controle ambiental das atividades de mineração.

**Importância/impacto para a sociedade:** os principais beneficiários desse projeto serão as Pedreiras da Região do Espírito Santo (parceria com o NR-ES) (Grande Vitória/ES, Pólo de Rochas Ornamentais e Pedreiras de Calcário de Cachoeiro de Itapemirim/ES e as Pedreiras de britas da Região Metropolitana do Recife - RMR, bem como produtores de Gemas (Província da Borborema - PB, RN, CE) e de outras ocorrências gemológicas no estado de Pernambuco. Uma outra contribuição visa o aproveitamento sustentável dos recursos minerais da região, diante das adversidades ambientais e sociais incidentes. Primeira etapa: dezembro de 2014

**PROJETO PROTERRARAS - PD&I EM TECNOLOGIA DE PROCESSOS PARA A OBTEÇÃO DE COMPOSTOS DE TERRAS - RARAS.**

ENCOMENDA MCTI/SETEC/CT-MINERAL - CNPQ COCQG 2013 (APQ)

**Principais Parceiros:**

**Coordenação CETEM:** Marisa Nascimento

Universidade Federal de Goiás

Volume dos recursos envolvidos: R\$ 2 milhões

Previsão: agosto de 2015

**Objetivo:** Implementar ações de PD&I nas linhas temáticas de caracterização mineralógica, análises químicas, processamento mineral, metalurgia extrativa e reciclagem de terras raras a partir de fontes secundárias para obtenção de elementos de terras raras e seus compostos.

**Importância/impacto para a sociedade:** além da modernização e consolidação da infraestrutura laboratorial do CETEM em terras raras o projeto contribui para o aperfeiçoamento de mão de obra qualificada com desenvolvimento de competência tecnológica para fazer frente aos desafios de implantação de uma cadeia produtiva de terras raras no País.

### **SIMULAÇÃO E ESCALONAMENTO DE PRENSAS DE ROLO DE ALTA PRESSÃO PRAP. APLICAÇÃO NA MOAGEM DE ROCHAS PARA ROCHAGEM**

MCT/CT-Mineral/CNPq Nº 44/2010

#### **Principais Parceiros:**

**Coordenação CETEM:** Claudio Luiz Schneider

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa Solos

Instituto de Física - Universidade Federal do Rio de Janeiro –

Volume dos recursos envolvidos: R\$ 183 mil

**Objetivo:** Neste projeto pretende-se caracterizar as propriedades dessas rochas quanto à moabilidade em diversos sistemas de cominuição, com enfoque especial no potencial de geração de finos. As PRAP tendem a gerar mais finos (superfície específica) que outros processos de cominuição e com menor demanda energética. Além disso, as PRAP operam sem água, fato que preclude perdas por solubilização durante o processo de cominuição, minimizando o consumo de água.

**Importância/ impacto para a sociedade:** Ultimamente vem crescendo o interesse pelo uso de rochas moídas como adubos fertilizantes para as culturas. No Brasil, há uma vasta fonte de rochas ricas em K, P, Mg e Ca que poderia reduzir a dependência excessiva das fontes convencionais de adubos. Para projeções futuras, há a necessidade de se implantar novos processos de produção de fertilizantes de liberação lenta e o aumento da capacidade de produção de rochas moídas; a minimização dos custos energéticos de fragmentação dessas rochas; o potencial de solubilização de nutrientes em função do tamanho e da liberação dos minerais das rochas e a seguir; a disponibilização desses nutrientes às plantas. Previsão: julho de 2014

**PARTE B DO ANEXO II DA DN 127/2013– CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS.**

## **20 PARTE B, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU N° 127, DE 15/5/2013.**

### **20.1 Indicadores de Gestão das ICT nos Termos do Acórdão TCU n° 2.267/2005**

O quadro proposto não pela DN TCU nº 119, não se aplica a natureza do Centro, porém entedemos que os indicadores mencionados encontram-se no **ITEM 2.2** deste relatório.

### **20.2 Análise dos Resultados dos Indicadores de Gestão das ICT**

O quadro proposto não pela DN TCU nº 119, não se aplica a natureza do Centro, porém entedemos que os indicadores mencionados encontram-se no **ITEM 2.2** deste relatório.

### **20.3 Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio**

#### **QUADRO B.8.2 – RELAÇÃO DE PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS FUNDAÇÕES DE APOIO**

valores em R\$ 1,00

Fundação de Apoio										
FUNDAÇÃO DE CIENCIA, APLICAÇÕES E TECNOLOGIA ESPACIAIS – FUNCATE					CNPJ: 51.619.104/0001-10					
Projeto		Instrumento Contratual								
		Contrato								
Nº	Tipo	Nº	Objetivo	Vigencia	Valor					
				Inicio	Fim	Bruto	Repass			
Contrato 460034078	5	Contrato 460034078	Aplicação de Bioproduto para remediação de solos multicontaminados com hidrocarbono e metais	17/11/11	17/10/14	3.561.147,45	0,00			
Contrato 264/2010 1 T. Aditivo e II T. Aditivo	5	Contrato 264/2010 1 T. Aditivo e II T. Aditivo	Contaminação Ambiental por arsênio e um estudo epidêmico lógico de exposição ambiental associada em populações humanas de Paracatu/MG.	11/08/10	11/06/13	400.000,00	0,00			
Termo de Compromisso 0050.0023.16 3.0604 Referencia: 4600246888	5	Termo de Compromisso 0050.0023.16 3.0604 Referencia: 4600246888	"Aspectos Químicos, Físico-químicos e Biológicos da qualidade de Solos Impactados por Atividades da Indústria do Petróleo (Projeto Solo Integral)"Petrobras	23/10/07	13/03/13	692.013,00	0,00			

Termo de Compromisso 0050.0023.163 .0604 Referencia: 4600246888	5	Termo de Compromisso 0050.0023.163. 0604 Referencia: 4600246888	"Implantação de infraestrutura laboratorial nas escalações de bancada e piloto para a realização de ensaios de biorremediação em consonância com as diretrizes de biossegurança (CTNBIO, ANVISA e NRs do TEM)" Petrobra	24/11/06	18/06/13	747.625,00	0,00			
				<b>TOTAL</b>		5.400.785,45	0,00			
<b>Projeto</b>		<b>Instrumento Contratual</b>								
		<b>Contrato</b>								
<b>Nº</b>	<b>Tipo</b>	<b>Nº</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Vigencia</b>		<b>Valor</b>				
				<b>Inicio</b>	<b>Fim</b>	<b>Bruto</b>	<b>Repas</b>			
Convenio 01.10.0542.00	5	Convenio 01.10.0542.00	"Apóio à pesquisa científica, tecnológica e de inovação para redução dos impactos ambientais da exploração e uso do carvão mineral brasileiro" FINEP	17/11/10	17/05/14	1.083.177,12	0,00			
Convenio 01.11.0155.00	5	Convenio 01.11.0155.00	"Apóio a Implantação do Campus Avançado do Cetem , Teresina, PI" FINEP	04/05/11	04/05/14	538.270,00	0,00			
Convenio 01.09.0326.00	5	Convenio 01.09.0326.00	"Amplificação da Infraestrutura dos Laboratórios Multusuários de Processamento Mineral" FINEP	10/08/09	28/06/14	732.537,00	0,00			
				<b>TOTAL</b>		2.353.984,12	0,00			
<p>Tipo:</p> <p class="list-item-l1">(1) Ensino</p> <p class="list-item-l1">(2) Pesquisa e Extensão</p> <p class="list-item-l1">(3) Desenvolvimento Institucional</p> <p class="list-item-l1">(4) Desenvolvimento Científico</p> <p class="list-item-l1">(5) Desenvolvimento Tecnológico</p>										

VALORES EM R\$ 1,00

Fundação de Apoio											
Nome: FUNDAÇÃO BIORIO				CNPJ: 31.165.384/0001-26							
Projeto		Instrumento Contratual									
		Contrato									
Nº	Tipo	Nº	Objetivo	Vigencia	Valor						
				Inicio	Fim	Bruto	Repass				
(Contrato) 8461/11	5	(Contrato) 8461/11	Desenvolvimento de rotas tecnológicas para a extração de metais de interesse contido em rejeitos/minérios	14/02/12	14/02/13	873.169,23	0,00				
Termo de Cooperação 50.0066589.11.9	5	Termo de Cooperação 50.0066589.11.9	Desenvolvimento de métodos para caracterização química de rochas	26/05/11	26/05/13	5.025.134,78	0,00				
Termo de Cooperação 50.0077266.12.2	5	Termo de Cooperação 50.0077266.12.2	Caracterização Química de Soluções Salinas	27/9/12	27/09/15	2.670.631,65	0,00				
(Contrato) 50.0000000.12.2	5	(Contrato) 50.0000000.12.2	Analise de desenvolvimento do Bio Reactor para diferentes cenários de contaminação e de oferta tecnológica	25/10/12	25/04/14	224.845,34	0,00				
<b>Tipo:</b>						<b>TOTAL</b>	8.793.781,00				
(1) Ensino							0,00				
(2) Pesquisa e Extensão											
(3) Desenvolvimento Institucional											
(4) Desenvolvimento Científico											
(5) Desenvolvimento Tecnológico											

Obs.: Os valores mencionados na coluna “Valor Bruto” correspondem aos valores de contratos ou convênios efetuados entre as instituições (mencionadas no objeto) e a BIO RIO. Cabe ressaltar que o CETEM atua como executor e não houve qualquer repasse para a Fundação citada.

valores em R\$1,00

Fundação de Apoio

FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA COMPUTAÇÃO CIENTÍFICA - FACC							CNPJ:06.220.430/001-03		
Projeto		Instrumento Contratual							
		Contrato							
Nº	Tipo	Nº	Objetivo	Vigencia		Valor			
				Inicio	Fim	Bruto	Repass		
Acordo de Cooperação 023/00/2012	5	Acordo de Cooperação 023/00/2012	Processamento mineral por difração de raio x. Quantificação de Fases / SERGEO/COAM	05/10/12	05/10/17	398.520,00	0,00		
OC. 182.2098	5	OC. 182.2098	Ensaios de bancada de HPGR/ VALE/COMP	25/07/11	23/07/14	144.451,30	0,00		
Acordo de Cooperação 019/00/2012	5	Acordo de Cooperação 019/00/2012	Processamento mineral por difração de raio X quantificação de fases/Rio de Contas/COAM/SCT	20/11/12	20/11/17	312.659,66	0,00		
Acordo de Cooperação 023/00/2012	5	Acordo de Cooperação 023/00/2012	Caracterização de amostras minérios do catalão/SERGEO/COPM	05/10/12	05/10/17	98.100,00	0,00		
Contrato 5288/12	5	Contrato 5288/12	Caracterização para processos de flotação / Vale/COPM	01/07/12	31/06/13	219.251,00	0,00		
Contrato C.5436	5	Contrato C.5436	Testes de moagem semi autógena para projeto de bauxita de Paragominas/PA-COPM	11/09/10	11/09/14	3.780.000,00	0,00		
Acordo de Cooperação 019-00/2012	5	Acordo de Cooperação 019-00/2012	Materiais de Referencia Certificados de Bauxita / Rio de Contas/COPM	20/11/12	20/11/17	400.000,00	0,00		
Contrato 5288/2012	5	Contrato 5288/2012	Recuperação de níquel contido em resíduos da Votorantim Metais/COPM	01/07/12	31/06/13	210.000,00	0,00		
DPT 0050/00-13	5	DPT 0050/00-13	Preparação de materiais de referencia de Bauxita.	25/09/13	25/09/14	100.000,00	0,00		
DPT 0050/01-13	5	DPT 0050/01-13	Desenvolvimento tecnológico p/ recuperação de níquel contido em rejeito da Votorantim Metais unidade fortaleza de Minas Fase II	14/02/14	14/07/14	68.500,00	0,00		
OPT – 085.00-11	5	OPT – 085.00-11	Preparação de Materiais de REFERENCIA de Amostras de Minerais/BIOSAN	16/11/11	16/11/13	500.000,00	0,00		
				TOTAL		6.231.481,96	0,00		
Projeto		Instrumento Contratual							
		Contrato							
Nº	Tipo	Nº	Objetivo	Vigencia		Valor			
				Inicio	Fim	Bruto	Repass		
01.10.0490.01	5	01.10.0490.01	Modernização da Infraestrutura Laboratorial do CETEM.	05/10/10	05/10/14	1.767.000,00	0,00		
				TOTAL		1.767.000,00	0,00		
<b>Tipo:</b> (1) Ensino									

- (2) Pesquisa e Extensão**
- (3) Desenvolvimento Institucional**
- (4) Desenvolvimento Científico**
- (5) Desenvolvimento Tecnológico**

Obs.: Os valores mencionados na coluna “Valor Bruto” correspondem aos valores de contratos ou convênios efetuados entre as instituições (mencionadas no objeto) e a FACC. Cabe ressaltar que o CETEM atua como executor e não houve qualquer repasse para a Fundação citada.